



MEMÓRIA SERIDÓ: NATUREZA, CULTURA E PATRIMÔNIO

Manoel Cirício Pereira Neto
Ariane de Medeiros Pereira



VOLUME III



MEMÓRIA SERIDÓ: NATUREZA, CULTURA E PATRIMÔNIO

Manoel Cirício Pereira Neto
Ariane de Medeiros Pereira



VOLUME III





Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretor da Editora Universitária da Uern - Eduern

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária - Eduern

Jacimária Fonseca de Medeiros



Conselho Editorial das Edições UERN

Edmar Peixoto de Lima

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista

Identidade

Coleção Ciência também é vida:

Alice Kelly Silva Oliveira

Ilustração faces: Priscila Kruger

Ilustração da capa:

Lucas Gabriel Fernandes Nunes

Diagramação:

Bianca Mires Gomes

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Memória Seridó: natureza, cultura e patrimônio. Vol. III. [recurso eletrônico] / Manoel Cirício Pereira Neto, Ariane de Medeiros Pereira (orgs.). – Mossoró, RN: Edições UERN, 2024.

147 p.

ISBN: 978-85-7621-515-8 (E-book).

Coleção: Ciência Também é Vida!

1. Instituições culturais - Brasil. 2. Patrimônio cultural. 3. Memória histórica. 4. Seridó. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 306.0981

Bibliotecário: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783

Todo ano [Juvenal Lamartine] repetia essa façanha, sempre à mesma época, quando assistia em suas fazendas, com os vaqueiros, à ferra dos bezerros e, com os moradores, discutia as empreitadas para o cerco das pedras e o desmatamento para a cultura do algodão. [...] Quando cheguei ao Governo do Estado [Dinarte Mariz], já o encontrei cego e costumava fazer-lhe uma visita semanal. Nunca ouvi de sua boca uma queixa contra a insidiosa moléstia que o impedirá de exercer atividade constante na administração de sua fazenda; mesmo assim, jamais deixou de visitá-la, utilizando táxi-aéreo. Certa vez, o seu filho Olavo, que costumava acompanhá-lo nessas viagens, por ele solicitado a conseguir um avião, interrogou-o: — “O que adianta o Senhor ir lá, se já não enxerga?” A resposta foi pronta: - “Vou sentir o cheiro das plantas”.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	06
2 – OS ASPECTOS DA NATUREZA E ALGUMAS NOTAS DA CULTURA SERTANEJA DO SERIDÓ.....	12
3 – HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO E A FORMAÇÃO DOS SERTÕES DO SERIDÓ.....	20
3.1 ENTRE FAZENDAS E CIDADES: RELAÇÕES SIMBÓLICAS GESTADAS À LUZ DA VIDA COTIDIANA.....	30
4 – CULTURA E IDENTIDADE: UMA CONSTRUÇÃO REGIONAL DO SERIDÓ POTIGUAR.....	39
4.1 ASPECTOS DA ECONOMIA.....	45
4.2 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO.....	51
4.3 ASPECTOS DA POLÍTICA.....	61
4.4 ASPECTOS DA RELIGIOSIDADE.....	69
5 – MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: OS BENS MATERIAIS E IMATERIAIS.....	78
5.1 OS SABERES.....	83
5.2 AS FESTAS E AS FORMAS DE CELEBRAÇÕES.....	92
5.3 AS FORMAS DE EXPRESSÕES.....	101
5.4 OS LUGARES E OS ESPAÇOS DE IMPORTÂNCIA HISTÓRICA.....	111
6 – VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ROTEIROS PATRIMONIAIS PARA O SERIDÓ POTIGUAR.....	120
7 – CONCLUSÃO.....	127
REFERÊNCIAS.....	129
APÊNDICE.....	141

INTRODUÇÃO



1 – INTRODUÇÃO

Em meio à tapeçaria da história e da vida, frequentemente tecido com os fios de grandes e imponentes eventos, há uma trama mais sutil, porém não menos significativa: a do trabalho humano, da persistência cotidiana e da memória viva de um povo. Essa é uma perspectiva trazida pelo mestre potiguar Câmara Cascudo (1948, p. 2) ao destacar que a pátria não está somente nas muralhas, mas nos homens! E que do trabalho humano, pequenino, diário, obstinado, maravilhoso, pouco, muito pouco se fala. “Sugiro que se inclua o trabalho humano na conquista da terra, na fixação da cidade e na criação do plantio”, destaca o referido autor.

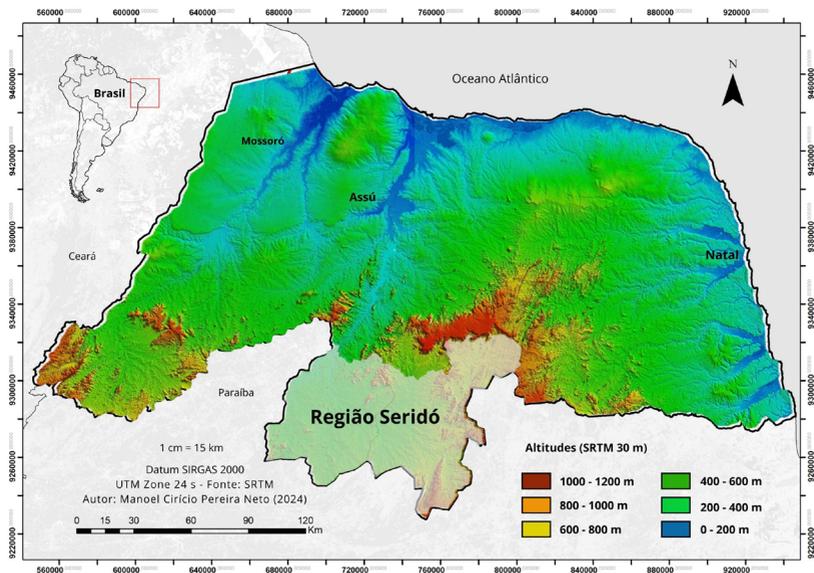
Assim, o livro “Memória Seridó: Natureza, Cultura e Patrimônio” é uma obra que explora alguns dos elementos identitários constituintes dos sertões do Seridó, abrangendo suas diversas perspectivas. A narrativa é tecida através dos espaços naturais, histórias e interações entre lugares e saberes, entrelaçada com as histórias de seu povo e de sua espacialidade. A obra busca identificar aspectos da natureza, cultura, memória e patrimônio dos seridoenses, celebrando os ritos e rituais que se perpetuam ao longo do tempo. Uma obra que se revela em cada contorno da terra, em cada sopro do vento que carrega o cheiro das plantas e na essência de seus habitantes, cujas vidas parecem ser o verdadeiro alicerce dessa região.

A identidade seridoense é construída e reconstruída a partir das múltiplas influências, incluindo traços e heranças indígenas, africanas e europeias, que juntos formam um mosaico cultural próprio. Um Seridó que se reconhece e origina experiências complexas a partir do lugar vivido e experienciado por meio das memórias, delegando o que, atualmente, pode ser considerado como base de seu patrimônio, reproduzido no modo de vida dos seridoenses.

O conceito de identidade no Seridó é definido pelos elementos que seus habitantes usam para se associar à região. Inclui desde a geografia local até as práticas culturais e sociais desenvolvidas ao longo do tempo no semiárido brasileiro. Essa identidade é reconhecida tanto internamente pelos seridoenses quanto externamente por outros grupos sociais (Morais, 2020), destacando a importância das práticas materiais e simbólicas da região.

Nesse cenário, a obra destaca a complexidade dos sertões do Seridó, uma região de traços fortemente demarcados e evidenciados na formação de seus vinte e três municípios atuais (Figura 01). O livro aborda a construção de uma identidade seridoense ao longo do tempo, reconhecendo a multiplicidade de discursos que a definem, desde a perspectiva dos primeiros colonizadores até as visões mais recentes de políticos, educadores, intelectuais e agricultores.

Figura 01: Localização da região do Seridó, no contexto do estado do Rio Grande do Norte



Fonte: elaborado pelos autores

Neste trabalho, adotamos a perspectiva de Maurice Halbwachs (1990), que distingue as memórias individuais das coletivas. Segundo ele, as memórias individuais se tornam coletivas quando compartilhadas entre os membros de um mesmo grupo. No contexto dos sertões do Seridó, é esse conjunto de memórias e práticas que acaba por (re)construir e sustentar a identidade do ser seridoense, preservando seu patrimônio ao longo de séculos.

O conceito de patrimônio, conforme estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2012), abrange as criações e valores de uma comunidade. Este conceito, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2012, inclui tanto aspectos materiais quanto imateriais, refletindo a identidade cultural de uma comunidade e enriquecendo a memória coletiva. Os elementos patrimoniais são dotados de *valor social, simbólico ou afetivo* (Guillaud, 2015).

No contexto do território brasileiro, o patrimônio cultural imaterial é regulado pelo Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. Este decreto fornece as diretrizes para o inventário de bens culturais imateriais e os categoriza em quatro grupos distintos: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. Essa classificação é adotada pelo próprio IPHAN para orientar a proteção e valorização das riquezas culturais do país.

O patrimônio dos sertões do Seridó englobaria tanto as representações materiais quanto as imateriais, refletindo a identidade e memória da região e de seu povo. Em torno dessa memória coletiva e de patrimônio, adotamos a expressão “sertões do Seridó” para refletir a riqueza simbólica e a variabilidade do termo “sertão” ao longo do tempo e espaço (Amado, 1995). Assim, nota-se inicialmente as diferentes narrativas sobre o Seridó, gestadas ao longo do tempo, seja como uma região distante do litoral, seja por perspectivas políticas, educativas, intelectuais e econômicas, como no caso do algodão Mocó. Portanto, “sertões do Seridó” não só parece capturar a essência de uma região, mas também reflete sua pluralidade.

A compilação de aspectos sobre a região, embora rica e multifacetada, apresenta-se atualmente como um conjunto de fragmentos aparentemente desconexos, especialmente quando se trata da discussão do patrimônio cultural e natural. A pesquisa bibliográfica, o exame de fontes iconográficas, a realização de entrevistas e a análise de jornais de diferentes períodos constituem a base documental que permite o cruzamento das fontes documentais e o entrelace desses fragmentos, visando a construção de uma narrativa coesa e abrangente neste livro.

O material analisado está organizado em quatro capítulos temáticos, além dos elementos introdutórios que contextualizam o leitor, das considerações finais que sintetizam os achados e das referências bibliográficas. Cada capítulo mergulha em uma dimensão particular da região do Seridó, a saber: I) A relação entre espaço e natureza junto à interação dinâmica entre o ambiente semiárido e as formas de vida que nele persistem, moldando a paisagem e a experiência humana. II) A formação das primeiras fazendas e cidades, com seus aspectos socioeconômicos, desvenda a evolução da ocupação humana, as práticas agrícolas e as redes de comércio que sustentaram o desenvolvimento regional; III) A influência da educação, da política e da religião no Seridó revela como essas esferas de atividade humana contribuíram para a conformação de uma sociedade com características próprias, refletindo e ao mesmo tempo moldando a identidade seridoense e; IV) A memória e o patrimônio seridoense são discutidos no contexto da formação identitária e da valorização da cultura local.

Apesar da multiplicidade dos aspectos a serem abordados, ao nos aventurarmos entre os diálogos e a escrita deste livro, deparamo-nos com o entendimento de um dos nossos entrevistados, o Padre Gleiber Fernandes de Araújo Medeiros Melo Ramalho e Dantas (2024)¹, que nos oferece inicialmente uma perspectiva sábia sobre a complexidade de tal empreitada.

1 Entrevista concedida na casa de São Francisco, localizada no município de Caicó/RN, no ano de 2024.

Ninguém pense que vai conseguir dizer tudo sobre determinado tema. Então, vocês reconhecem que muito do Seridó já foi escrito e que muito está fragmentado, mas essa obra que vocês pretendem fazer ainda não dirá tudo sobre o Seridó. Porque o Seridó é um mistério. E o que é mistério? Mistério não é algo enigmático, inatingível, ininteligível. O mistério é uma realidade que o ser humano toca, sobre a qual estuda, a partir da qual reflete, mas nunca esgotada. Portanto, ninguém nunca vai conseguir dizer tudo sobre o Seridó. Porque o Seridó é um mistério. Nesse sentido de ser uma realidade que ultrapassa a nossa capacidade de domínio.

Assim, esse diálogo ampliaria de tal maneira nossa perspectiva inicial ao apontar e destacar no horizonte a complexidade do objeto pesquisado. Ao abordar o Seridó como um mistério, o Padre Gleiber Dantas (2024) não apenas eleva a concepção do objeto de estudo a um patamar de referência, mas também relembra a fonte inesgotável e complexa do conhecimento humano sobre qualquer tema. Além disso, o entrevistado resgata um registro e ensinamento do professor Muirakytan Macêdo ao nos convidar a olhar para o passado de forma crítica, sem o romantismo que frequentemente o envolve:

A forma como nós tendemos a olhar para o passado é com muito romantismo, como se o passado fosse um lugar perfeito de elaborações exatas, de encaixes ideais. E o passado não é isso. O passado é o presente de outra época. Assim como hoje nós temos conflitos, dificuldades, desafios, problemas, o passado também conheceu tudo isso. Então, olhar para os antigos com justiça, mas sem romantismo, sem imaginar que nossos ancestrais não tiveram suas dificuldades para viverem em paz suas violências, seus conflitos, suas desigualdades, suas maldades e suas crueldades. Nós tendemos a olhar para o passado com perfeccionismo, negando a sua própria realidade.

Essa reflexão inicial nos desafia, portanto, a reconsiderar a maneira como percebemos e discutimos o passado, alertando contra a tendência de idealizá-lo ao negar suas complexidades e dificuldades. Trata-se de uma perspectiva que convida a abordar a história com um olhar crítico, reconhecendo a humanidade daqueles que viveram antes de nós e evitando a armadilha da idealização do passado. Ao fazer isso, aprendemos com a história, entendendo tanto seus triunfos quanto seus desafios – e suas possibilidades para o presente e o futuro.

Essas reflexões nos convidam a abordar a história e a cultura do Seridó com humildade e curiosidade, reconhecendo que cada contribuição é apenas uma parte de um todo muito mais amplo e complexo, um mosaico de memórias e patrimônios que continuam a desafiar nossa compreensão plena a respeito da região e de seu patrimônio natural e cultural.

Ao nos aprofundarmos nos capítulos que se seguem, somos convidados a adentrar o universo rico e multifacetado do Seridó. Cada página desta obra é um convite à reflexão sobre como o passado e o presente se entrelaçam, moldando a identidade de um povo que, apesar dos desafios, mantém viva a chama de suas tradições e valores. É um mergulho em narrativas que revelam não apenas fatos históricos, mas também sentimentos, opiniões, desafios diversos e esperanças que permeiam o povo seridoense.

Assim, esperamos que este seja mais um ponto de reflexão sobre a importância das iniciativas de conservação e valorização do patrimônio cultural e natural regional. Que em cada página seja possível sentir a energia dessa terra sertaneja e de suas vozes ancestrais, compreendendo a profundidade de uma cultura que resiste e se reinventa a cada dia. Em última instância, em possível divagação, que este livro não seja somente mais um registro estático, mas um instrumento vivo que possibilite os diálogos, as reflexões e a ação, contribuindo para que o patrimônio sertanejo e do Seridó continue florescendo, influenciando positivamente as gerações futuras. Em todo caso, como nos lembra Câmara Cascudo (1978), é preciso considerar que “quem não teve debaixo dos pés da alma a areia de sua terra, não resiste aos atritos de sua viagem na vida; acaba incolor, inodoro e insípido, parecido com todos”.

O livro é, portanto, um convite ao reconhecimento do trabalho humano e da persistência cotidiana que moldaram o Seridó, a partir de traços regionais e identitários. Trata-se de uma revisitação e valorização do trabalho humano que conquistou a terra, fixou a cidade, fez o plantio e semeou a cultura de um povo – seu maior patrimônio – a partir da interação entre natureza e sociedade. A discussão sobre o patrimônio constitui ainda na identidade seridoense.



OS ASPECTOS DA NATUREZA

2 – OS ASPECTOS DA NATUREZA E ALGUMAS NOTAS DA CULTURA SERTANEJA DO SERIDÓ

A região do Seridó, situada no estado do Rio Grande do Norte, é caracterizada por aspectos naturais peculiares que desempenharam um papel crucial em seu processo de ocupação e colonização. O clima semiárido, com a irregularidade anual e interanual das chuvas, é uma das principais características que influenciaram fortemente a forma como os habitantes se estabeleceram nesse espaço. A escassez de chuvas e os consequentes períodos de seca tornavam o acesso à água e a prática da agricultura particularmente desafiadores.

A região está inserida no chamado polígono das secas. O clima regional é caracterizado como semiárido, do tipo quente e seco, com precipitação média anual de 300-800 mm, influenciado pela irregularidade e má distribuição das chuvas, que se concentram nos primeiros meses do ano. A insolação média é de 2.988 horas/ano e a temperatura média das máximas é de 33° C e a das mínimas de 22° C (Freire, 2002; Valadão, 2010; Pereira Neto, 2013; Diniz; Pereira, 2015; Morais, 2020). A rede hidrográfica é um reflexo direto do clima e do embasamento cristalino, com rios intermitentes que fluem em função do regime de chuvas e frequentemente secam ou mantêm fluxos de água reduzidos.

Além disso, essa condição climática foi um fator importante no processo de povoamento e na dinâmica dos grupos indígenas, bem como no próprio processo de colonização, concentrado ao longo dos principais cursos d'água da região, em especial a Ribeira do Seridó, onde a disponibilidade hídrica era mais confiável. As margens dos rios ofereciam não apenas água para consumo e irrigação, mas também acesso facilitado e solos mais férteis, adequados para a agricultura, em contraste com os solos rasos e pedregosos que predominam na região. Nesse cenário, o Padre Gleiber Dantas (2024) ainda nos lembra que:

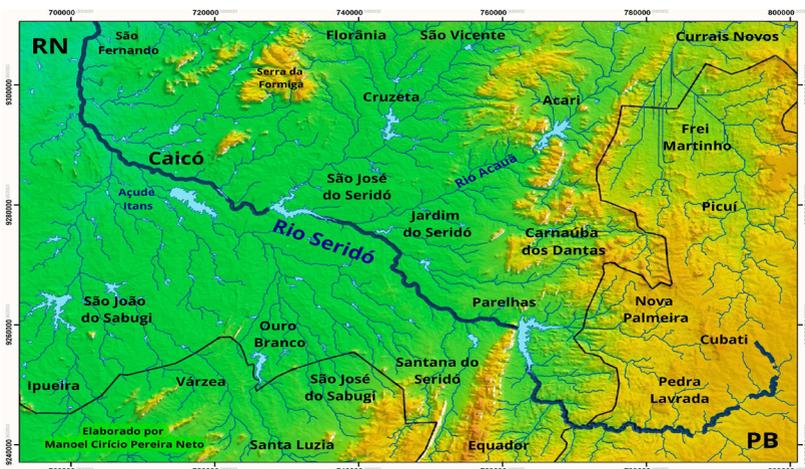
[...] O Seridó fez uma espécie de seleção natural. Porque, oh, região difícil! Uma região semiárida não é fácil. Uma região onde falta água! Então, o Seridó passa a maior parte do seu tempo no cinza do semiárido, mas só mostra a beleza a quem teve a coragem de resistir e permanecer aqui. O Seridó em si, por ser muito duro e áspero, para algumas pessoas, é antipático. Mas quem tem coragem de olhar para o Seridó descobrirá a beleza que ele esconde, a simpatia que ele traz na sua alma. Existe aquela música sobre o Baião: 'De onde vem o Baião? Vem debaixo do barro do chão.' Então, de onde vem a vida do Seridó? Vem debaixo das pedras do nosso chão. Porque até nossas pedras guardam vida, porque guardam calor [...]. Então o calor do Seridó é marca característica da vida que aqui se esconde.

Assim, os silvícolas e os primeiros colonizadores, estes últimos atraídos pela promessa de terras inexploradas, rapidamente aprenderam a interpretar os sinais da natureza – a partir da leitura da terra e do céu. No Seridó, os povoados de Caicó e Acari foram estabelecidos em locais onde a água era disponível. O Rio Seridó – como atualmente é chamado –, que dá nome à região, tornou-se essencial para a vida, sendo comparado ao Nilo em sua importância regional.

Os cursos fluviais se tornaram elementos vitais para as comunidades do Seridó, com a construção de barragens e açudes, que têm sido uma estratégia constante para assegurar o armazenamento de água durante os períodos de seca na região. Essa necessidade surge da combinação da escassez pluviométrica com a estrutura geológica da região, que dificulta a formação de grandes aquíferos. A partir da metade do século XX, açudes públicos começaram a ser construídos no Seridó (Pereira Neto, 2017), como verdadeiros baluartes de esperança, com o objetivo de capturar cada gota de chuva.

Nesse cenário, Moraes (2020) ressalta que a configuração geográfica esculpida pelo Rio Seridó e seus afluentes, ao descerem as escarpas da Borborema em direção ao vale do Rio Piranhas, formou um complexo sistema hidrográfico que definiu a delimitação territorial da Ribeira, posteriormente nomeada em sua homenagem (Figura 02). A Ribeira do Seridó, também conhecida como Ribeira do Acauã, estendendo-se pelos territórios das antigas capitanias do Rio Grande e da Paraíba, representou uma das primeiras demarcações espaciais que prenunciaram o território dos currais e fazendas. Esse delineamento inicial foi o precursor do processo de regionalização que, ao longo do tempo, moldou a cartografia do Seridó.

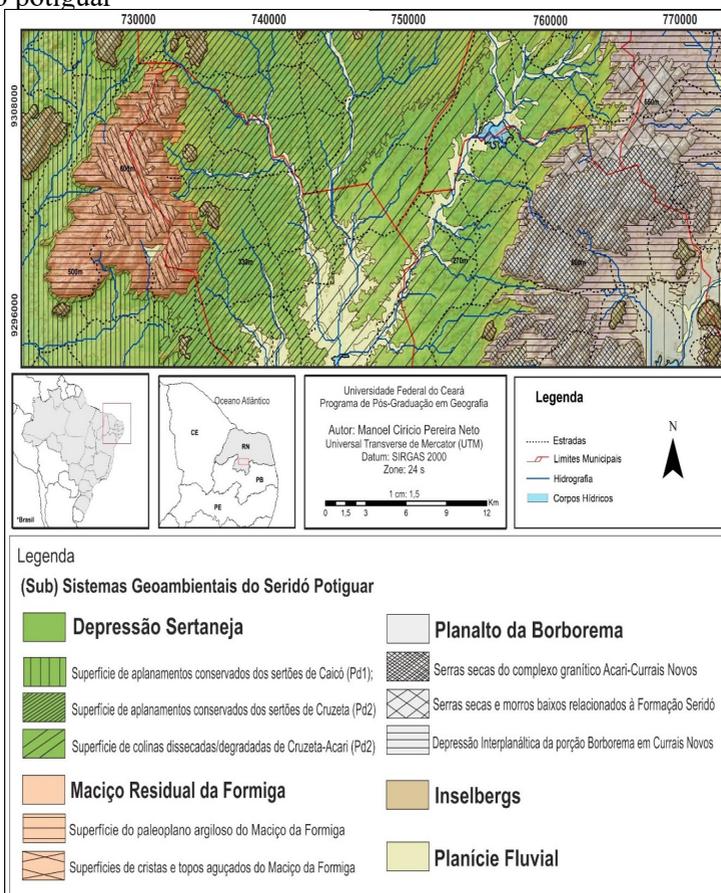
Figura 02: Ribeira do Seridó, localizada entre os estados do Rio Grande do Norte e a Paraíba.



Fonte: acervo dos autores

O relevo está inserido no domínio da Depressão Sertaneja, situado nos contrafortes e sota-vento do Planalto da Borborema, e tem a forma de um amplo anfiteatro erosivo pontilhado por alguns inselbergs e pelo Maciço da Formiga. Essa área se caracteriza por rochas do embasamento cristalino Pré-Cambriano. A topografia da região exibe altitudes que variam de 250 a 700 metros, por vezes com a presença de alguns platôs serranos (Serras de Santana e de João do Vale) que são recobertos pela Formação Serra do Martins. Nas áreas mais baixas, sobretudo nos vales, encontram-se as planícies fluviais, locais de deposição de sedimentos pelos rios e de vital importância para a prática agrícola de vazante. Essa configuração topográfica desempenha um papel determinante na configuração e diversidade de unidades ambientais da região do Seridó potiguar (Pereira Neto; Fernandes; Sales, 2023) (Figura 03).

Figura 03: Unidades geoambientais representativas da região do Seridó potiguar



Fonte: Pereira Neto, Fernandes e Sales (2023)

Para os primeiros colonizadores que chegaram ao Rio Grande, provenientes de Pernambuco via Paraíba, o relevo representava um desafio considerável. Para os indígenas, muitas vezes, era um ponto de morada devido às condições de maior umidade. Em todo caso, as planícies fluviais facilitaram o acesso às áreas mais remotas, de tal forma que pelo Seridó e Acauã se estabeleceram importantes vias de acesso, a partir de Jardim de Piranhas e dos boqueirões de Parelhas e Acari, que permitiam a penetração e o estabelecimento nessa região.

Assim, por entre as caatingas retorcidas e espinhentas, os rios temporários desciam as serras, esculpindo as terras e desenhando caminhos d'água por onde se fixaram homens e currais, plantando “as sementes das primeiras localidades regionais” (Moraes, 2020, p. 87).

A Caatinga, vegetação predominante na região do Seridó, com sua fisionomia caracterizada por folhas reduzidas, espinhos e galhos retorcidos, é uma resposta evolutiva à escassez e irregularidade das chuvas e às altas temperaturas. Este ecossistema é um complexo sistema de resiliência, onde cactos, arbustos e árvores como a jurema, o pereiro, o juazeiro e a aroeira desempenham um papel crucial, fornecendo abrigo e recursos para a biodiversidade local. A fauna do Seridó, de acordo com Freire (2002), é composta por mamíferos, aves e répteis que possuem adaptação à aridez, incluindo espécies endêmicas e, hoje cada vez mais ameaçadas, tais como: raposa, guaxinim, mocó, preá, gato vermelho, andorinhões, entre outros.

Nesse cenário, a ocupação humana na região também foi influenciada pela predominância das plantas xerófitas presentes que, embora resistentes, limitaram as opções de culturas agrícolas e restringiram as práticas de subsistência dos colonizadores.

A região do Seridó apresenta um padrão fitogeográfico curioso, com distintas fácies de caatingas, refletindo os sistemas geoambientais e a degradação ambiental (Pereira Neto, 2024). Diante das peculiaridades encontradas no Nordeste brasileiro, Duque (1964) categorizou o Seridó como sendo uma das dez regiões naturais identificadas. Segundo o autor, trata-se de uma área caracterizada por uma vegetação de porte baixo, com cactos espinhosos e arbustos espaçados, intercalados com capins e áreas descobertas. A presença do núcleo de desertificação se caracteriza pela ocorrência de solos, marcados por intensa erosão e bastante pedregosos, que atestam a ação erosiva ao longo do tempo, conferindo à paisagem uma aparência áspera e singular (Pereira Neto, 2023). Além disso, haveria nas áreas de vazantes os solos aluviais, férteis e propícios para a agricultura de subsistência, que permitiriam o cultivo de milho, feijão, macaxeira, melancias e jerimuns caboclos, contribuindo para a fixação do homem na terra.

Em todo caso, o sertanejo e o seridoense desenvolveram historicamente uma relação íntima e profunda com a natureza que os cerca, aguçando os sentidos e aprendendo a interpretar seus sinais para sobreviver em um ambiente, muitas vezes, inóspito. Essa sabedoria tradicional se manifesta em diversas práticas e ofícios que são essenciais para a vida no sertão. Podemos pensar em um Seridó formado por uma identidade cultural e por seus aspectos naturais únicos. O professor e historiador Adauto Guerra Filho (2024)² destaca que:

A região do Seridó fica no sul do Rio Grande do Norte. Eu acho que o Seridó deveria ser um estado, tal é a sua importância pelas suas características. Por duas coisas: primeiro, o Seridó é uma região que tem a sua cultura própria; e segundo, o Seridó é uma região diferente das outras. É diferente nesse sentido, na sua corografia, na sua localização. Por exemplo, quando você vai para Natal, quando você chega na Serra do Doutor, você vê uma vegetação totalmente diferente da nossa. Se você vai para Mossoró, quando passa de Jucurutu, você já começa a ver diferenças. E assim, para qualquer lado que você viaja, você vê uma corografia. A corografia, que é o estudo do lugar.

Igualmente ao historiador Adauto Guerra Filho, outros estudiosos da região do Seridó nos lembram de sua identidade a partir dos aspectos culturais e naturais, tais como a professora e pesquisadora Ione Moraes (2020, p. 18), que aponta que tais elementos foram firmados e reafirmados “em uma histórica relação entre sociedade e espaço, através da qual a manifestação de pertença e de identidade conferiu legitimidade à região”.

É nesse cenário que, conforme é destacado por Oswaldo Lamartine, no percurso de sua obra bibliográfica, os caçadores observam os rastros deixados pelos animais e conhecem os hábitos da fauna local para garantir uma caça bem-sucedida. Eles sabem quando e onde encontrar as espécies que buscam, utilizando-se de técnicas passadas de geração em geração. Os pescadores, por sua vez, estão atentos aos meios de pesca e aos ciclos das águas, conhecendo os melhores períodos e locais para a pesca. Eles interpretam o comportamento dos rios e lagoas, assim como os sinais dados pelos próprios peixes, para determinar o momento ideal para lançar suas redes e anzóis. Os tiradores de mel, especialistas na apicultura tradicional, entendem o ciclo das flores e o comportamento das abelhas. Eles sabem quando as colmeias estão cheias e prontas para a coleta, realizando sua atividade com respeito ao equilíbrio do ecossistema.

Nesse lugar de vivências, os vaqueiros, ícones do sertão, são mestres na arte de lidar com o gado e o mato seco espinhento. Eles conhecem as vastas terras por onde conduzem suas manadas, lendo

o terreno e o clima para encontrar os melhores pastos e água para os animais, mesmo durante as secas prolongadas. Por fim, os profetas das chuvas nesses sertões se destacam como figuras emblemáticas que, através da observação de padrões na flora, na fauna e nos astros, fazem previsões sobre a chegada das chuvas. Suas previsões são aguardadas com expectativa, pois delas dependem o planejamento agrícola e a esperança de dias mais férteis.

Tais conhecimentos foram gravados no âmago da memória do seridoense antigo e ainda em sua pele, junto à ocorrência da seca e falta d'água, do sol escaldante e do chão rachado, dos retirantes, das filas da emergência, em meio à previsão das secas e do racionamento. No entanto, o sertanejo resiste e oferece resistência ao caos da natureza rústica e primitiva dos sertões.

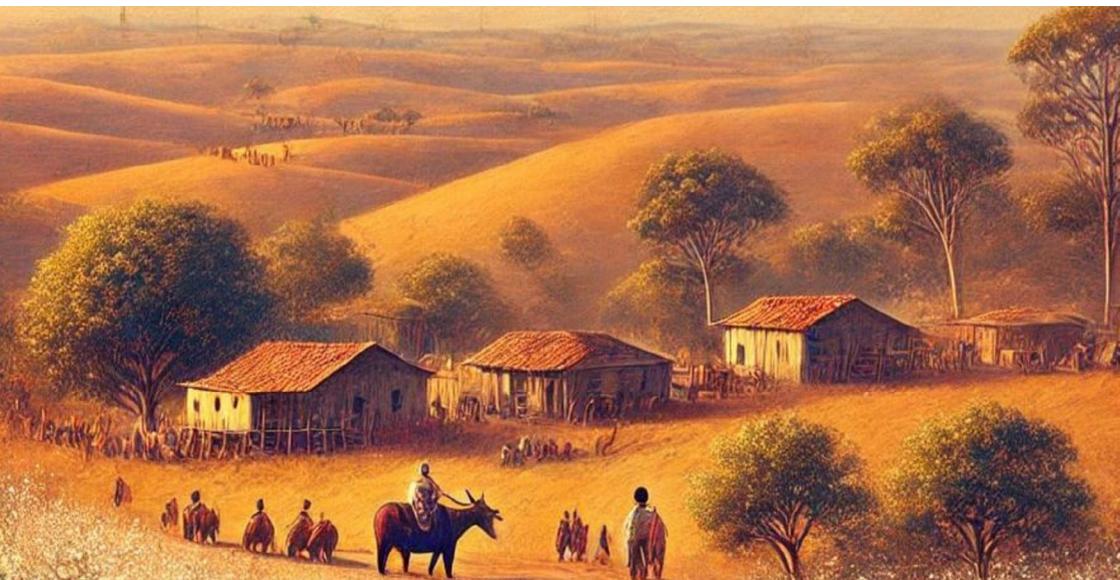
Essa resistência é também fruto da memória e dos sentidos, da amabilidade e do reconhecimento identitário por esse mesmo sertão de desatinos. Um lugar de abrigo e relação íntima do sertanejo com sua terra, o seu torrão vital, em que ainda se enterram umbigos em mourões de porteiras - acompanhados de perto por outras tantas gerações familiares. O Seridó ainda se faz presente por uma memória de invernadas e rios que descem ribeiras de barreira a barreira, açudes que sangram, curimatãs ovadas pescadas para a ceia da semana santa, da umbuzada, do filhós com mel, o próprio ato de comer melancia no roçado plantado, com milho e feijão das nossas vazantes – tudo isso em meio também à fartura dos sertões do Seridó.

Assim, memoriza-se uma terra marcada por contrastes, onde a estrutura e dinâmica natural do ambiente impõem desafios severos àqueles que nela habitam. Neste cenário, os conhecimentos tradicionais, que mesclam observação atenta, experiência acumulada e a transmissão de saberes de geração em geração, tornam-se ferramentas essenciais para a sobrevivência e a cultura sertaneja. Essa troca de saberes não apenas preserva a cultura, mas também reforça os laços comunitários e a resiliência do povo diante das adversidades.

A trama regional do Seridó é, portanto, marcada por uma construção histórico-geográfica e simbólica, nas quais seus habitantes aprenderam a conviver com as adversidades impostas pelo ambiente semiárido e pelo terreno desafiador de forte rusticidade. Mais ainda, a trama regional fundamentou sua estruturação político-administrativa, econômica e sociocultural, delineando os cenários de resistência e, ao se projetarem no espaço, reescreveram o texto regional, fazendo emergir a *Geografia da Resistência* (Morais, 2020).

O Seridó, com seu clima rigoroso e escassez hídrica, tende a ensinar lições de sobrevivência sob um sol quase onipresente o ano inteiro. As chuvas, embora escassas, chegam como bênçãos, insti-

gando a esperança, a resistência e impondo novos desafios. A cada amanhecer, uma nova promessa de resistência e renovação, no qual o Seridó permanece como um palco vibrante e espetáculo de criatividade. Assim, a relação entre natureza, cultura e patrimônio no Seridó se apresenta ao longo do tempo, e ainda atualmente, como uma interação complexa e simbólica entre os habitantes e o território. Essa relação não apenas garantiu a sobrevivência em condições extremas, mas também fortaleceu os laços comunitários e possibilitou a criação de um valioso patrimônio natural e cultural.



A HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO



3 – HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO E A FORMAÇÃO DOS SERTÕES DO SERIDÓ

A região do Seridó, situada na porção central do Rio Grande do Norte, possui uma rica história humana marcada pela presença de diversos povos indígenas que contribuíram para o processo de ocupação, e de tradições que caracterizam a região (Medeiros Filho, 1984; Macêdo, 2000). Esses povos não apenas habitaram o Seridó, mas também interagiram profundamente com o ambiente, deixando um legado de conhecimento e práticas culturais.

Ao adaptar-se aos desafios naturais, como os períodos de seca e os irregulares ciclos das chuvas, os indígenas desenvolveram habilidades adaptativas, aprendendo a identificar as espécies vegetais, os cursos d'água e a fauna local. Esses conhecimentos, adquiridos de forma empírica, eram essenciais tanto para a alimentação quanto para a proteção e sobrevivência.

A busca por recursos hídricos, seja em reservatórios naturais ou ao longo dos rios, era fundamental para a subsistência dessas comunidades, que se valiam do que a natureza oferecia, como mel, frutas nativas e caça. Além disso, algumas comunidades indígenas, a exemplo dos Tairaius, desenvolveram a agricultura, com o cultivo de milho sendo uma das práticas documentadas por emissários holandeses que visitaram a região (Macêdo, 2013).

Somente a partir da segunda metade do século XVII, os sertões do Rio Grande passaram a testemunhar mudanças significativas com a chegada de colonizadores europeus que buscavam desenvolver atividades econômicas nos sertões. A criação de gado, nos sertões de dentro da colônia, emergiu como uma atividade complementar à economia canavieira do litoral, impulsionada pela necessidade de expandir os canaviais e pela incompatibilidade entre a criação do gado e a agricultura de cana-de-açúcar. A Carta Régia de 1701 reflete essa tensão, haja vista a proibição da criação de gado a menos de 10 léguas do litoral (Macêdo, 2000).

Assim, a colonização dos sertões do Rio Grande, iniciada por volta de 1680, século XVII, foi um processo socialmente complexo que envolveu a formação de alianças e desavenças entre os colonizadores europeus e os povos indígenas locais. Os indígenas com suas visões de mundo e conhecimentos específicos do território, tornaram-se, por vezes, guias e aliados essenciais para os europeus, que buscavam explorar e sobreviver em um ambiente até então desconhecido. Essa relação de interdependência era benéfica para ambos os lados: os indígenas aproveitavam o apoio europeu para obter vantagens nas disputas “tribais”, enquanto os colonizadores adquiriam segurança e conhecimento da região (Lima, 2004).

A relação pragmática entre indígenas e europeus, destacada por Fátima Martins Lopes (1999), permitiu ainda que os vaqueiros da região aprendessem a manejar a caatinga e a pecuária com a ajuda dos nativos, que, por sua vez, incorporaram técnicas e ferramentas europeias em suas práticas diárias. No entanto, com o estabelecimento dos currais de gado e a consolidação da presença europeia, os indígenas passaram a ser vistos como mão de obra potencial, o que levou a conflitos e ao fim da harmonia inicial. A resistência indígena à invasão colonial, em muitos casos, resultou em violência extrema, incluindo massacres, mas também em resistência e perseverança dos povos nativos (Macêdo, 2013).

O historiador Helder Alexandre de Medeiros Macedo (2024), em entrevista concedida aos autores², aponta a presença indígena na região do Seridó no processo de colonização e suas práticas estabelecidas até os dias atuais. O referido pesquisador ainda destaca que:

[...] Uma coisa importante a se dizer é que outras pessoas, antes de mim, já tinham dado pistas importantes para isso, né? E não posso deixar de falar de Dom Adelino Dantas, que, no artigo sobre a morte no Seridó, já mostra que os nossos livros de óbito da paróquia Santana traziam índios. Sinval Costa, em um livro sobre a família Álvares ou Alves dos Santos, fala dessa família, mas, no anexo, coloca casamento de indígenas. E o próprio Olavo de Medeiros Filho, que tem uma trajetória muito... Eu não diria que irregular, mas ele muda o pensamento dele. Se no primeiro livro que ele publica, que é Velhas Famílias do Seridó, em 1981, está enfatizado uma homenagem, uma proeminência à família dos portugueses e filhos de portuguesas, com o passar dos anos e quando ele vai conhecendo outras fontes, ele percebe que elas não eram as únicas. Então, ele chega ao ponto de considerar, no livro Cronologia Seridoense, em 2002, que em alguns momentos da história do Seridó religiosa, nós temos mais pessoas não brancas do que brancas sendo registradas. Então, ele muda com o tempo o pensamento; então, na minha monografia de graduação, eu consegui avançar com essas pistas importantes. Eu continuei o trabalho dessas pessoas mostrando que, sim, os índios não desapareceram como Câmara Cascudo diz e como outros intelectuais do Seridó também falaram. Mas sim, eles sobreviveram, uma pequena parcela sobreviveu. E sendo chamada de índio e de índia ou de tapuia também, né? Nos documentos, só paróquia de Santana, ou seja, índios sobreviveram. Se cristianizaram até que ponto vai essa cristianização; é uma coisa que a gente não sabe, né? Mas eles estavam ali, batizando seus filhos nas igrejas e capelas, casando-se e sendo sepultados dentro das igrejas. Ou seja, se integrando, entre muitas outras, na sociedade colonial.

2 Entrevista concedida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Caicó/RN, no ano de 2024.

É interessante perceber que, pelo relato do professor Helder Macedo, os indígenas no Seridó sobreviveram aos massacres dos colonizadores portugueses e souberam criar formas de se inserir e perpetuar-se nos sertões do Seridó, sendo agentes que formavam famílias, casavam-se, batizavam-se e realizavam seus ritos fúnebres nas igrejas católicas do Seridó. Ele aponta para a importância de estudos específicos sobre a presença indígena no Seridó, bem como para um olhar criterioso sobre as fontes paroquiais, que muitas vezes não apresentam a nomenclatura “índio” ou “índia”, mas sim “p” de pardos, que são os filhos de indígenas com pardos. Algo que hoje está sendo por ele pesquisado. Dessa forma, a presença indígena se faz presente na região do Seridó, mesmo com os rigores e horrores cometidos no período colonial contra os nativos.

Ao considerar o olhar criterioso do historiador Helder Macedo, percebemos ainda a complexidade social que se formou nos sertões do Seridó a partir do processo de colonização. Ele nos permite visualizar, sobretudo, o processo de miscigenação que aconteceu nessa espacialidade. Helder Macedo (2024), ainda nos aponta que:

Não são raros os casos em que filhos de índios e índias, aqui no Seridó, pelo menos desde 1788, que é o nosso livro mais antigo da paróquia, são também chamados de índios. O que é que acontece? Os padres chamavam os filhos de índios, ou de índio com negro, ou de índio com pardo, de pardos. Então, durante muito tempo, a gente sabia que tinha uma pessoa parda ali que encontrava. Mas quem são os pardos, né? [...] Nós temos diversas situações para elas. Tem pessoas pardas que têm ancestrais indígenas, pardos que têm ancestrais pardos, e outros que têm ancestrais pretos, africanos e crioulos. Então, existem diversas situações do que era ser pardo.

Conforme é apresentado pelo entrevistado, o processo de miscigenação no Seridó torna-se um imperativo. Existe a inter-relação étnica desde o indígena com o pardo, que já seria a miscigenação entre o branco e o negro, entre o indígena e o africano, e entre os próprios africanos. Portanto, ainda são necessárias pesquisas históricas e genealógicas que permitam conhecer um pouco mais sobre esse processo de miscigenação no Seridó, bem como compreender as relações sociais que foram tecidas e forjadas naqueles sertões do Rio Grande do Norte.

Interessantemente, no contexto histórico e regional, é possível ainda encontrar o crioulo forro Nicolau Mendes da Cruz com data de terras na Ribeira do Acauã, já no ano de 1717 (Macedo, 2020). Isso evidencia que, nos sertões do Seridó, o processo de colonização não

aconteceu somente pela mão do colonizador branco. Havia uma complexidade nas relações sociais estabelecidas e um jogo de poder que visava à ocupação das terras do Seridó, para além dos povos tradicionais que viviam naquele espaço. Existia o colonizador com terras, mas também havia o negro possuidor de terras e animais de criação.

Tais casos levantam novos questionamentos: como um crioulo conseguia uma data de terras – sesmaria – nos sertões do Seridó? No caso específico, ele talvez tivesse se apossado de alguma terra devoluta e, posteriormente, solicitado a concessão à Coroa Portuguesa por meio da legislação colonial (Macedo, 2020, p. 89-90). Além disso, algumas pistas sugerem que esses indivíduos poderiam ter sido elevados à condição de vaqueiros e senhores de terras, acumulando cabeças de gado e posses suficientes para solicitar as devidas terras.

Assim, essa é uma perspectiva importante ao destacarmos que o vaqueiro que estava ao lado do colonizador branco poderia ser ainda o crioulo, filho de uma escravizada que veio da África, mas que conseguia se tornar proprietário. Esse cenário não é impensável quando, na segunda metade do século XIX, encontramos pessoas escravizadas recorrendo à justiça para requerer sua liberdade, ora alegando que faziam parte de um cativo ilegal por suas mães terem entrado no Brasil após 1831 – quando já existia a lei que proibia a entrada de pessoas escravizadas pelo tráfico transoceânico – e, portanto, eram livres; ora porque já haviam pago uma parte de sua alforria com seu pecúlio e tinham condições de pagar a parte restante para obter a liberdade (Pereira, 2020).

Esse contexto é fortalecido com base no discurso de Manoel Dantas (1924, p. 185), ao destacar a relação existente entre o seridoense Thomaz de Araújo (3º) (1765-1847) e o Pai Benguella, um africano que era um homem escravizado de confiança. Este último, ainda de acordo com Dantas (1924), era “o escravo fiel, que foi o companheiro inseparável de sua vida. Pai Benguella era um africano que, pelos traços de nobreza revelados em sua conduta, talvez houvesse sido nos sertões da África um grande chefe”. Nesse caso, algumas questões merecem ser pensadas com algumas perspectivas para pesquisas futuras: o próprio nome do escravizado citado nos leva a pensar que ele seria uma espécie de “preto velho”, figura presente nas religiões de matriz africana, e trazido de uma região de mesmo nome. Mais interessante ainda, o orador destaca que o escravizado “era o arrieiro” da comitiva que estava indo com Thomaz Pereira à Festa das Almas em Caicó – o que nos leva a considerá-lo como um provável vaqueiro da fazenda.

Aos episódios que ainda hoje perduram no Seridó a respeito do modo de viver entre Thomaz de Araújo e Pae Benguella, amigos inseparáveis até a morte, amizade, porém, que não isentava Pae Benguella da palmatória e da caíca. Havia por esse tempo, como ainda hoje no Caicó, a festa das Almas da qual Thomaz de Araújo era de voto fervoroso. Todos os anos, ia assistia, acompanhado de grande comitiva da qual **Pae Benguella era o arrieiro** [grifo nosso] (Dantas, 1924).

Assim, é evidente que, desde o período colonial até o período imperial, negros, indígenas e brancos mantiveram relações muito particulares na região do Seridó. Houve momentos em que a única saída para evitar conflitos era a negociação por meio de acertos costumeiros de palavra; outros, em que prevaleciam os acordos judiciais. Ao longo dos séculos, a presença latente de culturas diversas no Seridó é um reflexo de sua formação social.

O fato é que, com a introdução da pecuária a partir de 1670, introduziu-se uma nova e importante socioeconomia para os sertões, atendendo às demandas da Coroa Portuguesa e fornecendo recursos essenciais para as populações do litoral e do interior. O gado se tornou uma fonte de produtos diversos, como couro, sebo, carne e leite, impulsionando o comércio e a interação entre diferentes regiões. A dinâmica de trabalho na pecuária influenciou a configuração social e cultural, com a mescla de tradições e a formação de novas relações sociais estabelecidas — ora harmônicas, ora bastante conflituosas. As trocas culturais resultantes desse encontro são evidentes até hoje, influenciando a alimentação, os costumes e as festas da região.

Os sertões ofereciam condições favoráveis para o desenvolvimento da pecuária, com vastas extensões de terra ainda não ocupadas por atividades econômicas europeias. Os vaqueiros tinham a liberdade de se deslocar em busca de pastagens para o gado. Além disso, a lida com o gado não exigia grandes quantidades de mão de obra devido à extensão das terras disponíveis e ao apoio de dadas alianças entre indígenas e vaqueiros (Macêdo, 2000).

Ao contemplar a decisão dos vaqueiros de se aventurarem nos sertões do Rio Grande, é plausível pensar que as motivações residiam ainda no desejo pessoal de ascensão social e econômica. A proibição da Coroa Portuguesa de criar gado nas proximidades dos canaviais, aliada à percepção de que a pecuária exigia investimentos iniciais relativamente baixos, desde que houvesse pasto e água, incentivava os vaqueiros a enfrentar o desconhecido.

A possibilidade de se tornarem fazendeiros e donos de terras era um atrativo significativo. Demonstrando sucesso na atividade pecuarista, os vaqueiros poderiam solicitar à administração colonial uma

concessão de terras, o que lhes conferiria não apenas a posse da terra, mas também prestígio social. A figura do vaqueiro não era apenas a de um trabalhador rural, mas uma possibilidade real de reconhecimento pela sociedade e pela Coroa Portuguesa.

Em todo caso, o início da criação de gado nos sertões não exigia um grande rebanho; um touro e três vacas eram suficientes para começar (Macêdo, 2005). Com o tempo, o vaqueiro poderia expandir sua fazenda e, eventualmente, solicitar uma sesmária da Coroa Portuguesa. O empreendimento pecuarista nos sertões era viável com recursos modestos e refletia uma economia que podia ser iniciada com simplicidade, utilizando utensílios básicos para o manejo do gado e a construção de moradias (Medeiros Filho, 1984).

O gado, mais do que uma atividade econômica, tornou-se um elemento central na formação de uma chamada “Civilização do Couro” (Castelo Branco, 1942; Barroso, 1962) no que viria a ser mais tarde o Nordeste brasileiro. A pecuária influenciou a cultura local de sobremaneira, associada desde a vestimenta, a alimentação, o lazer, até os utensílios de trabalho (Azevedo, 2007). A necessidade de expansão territorial para essa atividade também moldou a sociedade, com a vida cotidiana sendo ditada pelos saberes e exigências na Caatinga.

Nesse cenário, os desafios enfrentados pelos colonizadores nos sertões incluíam a adaptação a um ambiente árido e hostil, a necessidade de conhecimento sobre os recursos naturais e hídricos, especialmente durante as secas, e a construção de relações sociais com os povos indígenas, que detinham o conhecimento essencial para a sobrevivência na região.

Os rios desempenharam um papel crucial na ocupação e no desenvolvimento dos sertões, sendo essenciais para a sustentabilidade da vida e para a fundação das primeiras fazendas de criação. A presença de água era um indicativo de viabilidade para a agricultura e a pecuária, e muitas fazendas foram estabelecidas nas ribeiras, com os rios dividindo as sesmarias e servindo como referências geográficas nas cartas de concessão de terras e na criação de freguesias (Macêdo, 2000). A proximidade aos rios facilitava o acesso à água e delineava uma cartografia de poder, a partir da administração e do controle territorial. Sobre a perspectiva do processo de colonização no Seridó, Manoel Dantas (1941) ainda destaca que:

O [sertão] do Seridó, situado na grande bacia, que, em remotos períodos geológicos, as águas cavaram, escorrendo, em torrentes impetuosas, do planalto da Borborema até encontrarem as várzeas do rio Piranhas. Este núcleo de população foi o último a se formar, porque, até o fim da guerra dos índios, no século XVII quando a expedição militar, saindo da casa forte do Jardim de

Piranhas, subiu, rio acima, até o Valle da Acauã, no sopé da Borborema, chacinando os últimos aborígenes que resistiam aos invasores, o Seridó não era conhecido.

A relação entre o surgimento das fazendas e as ribeiras era tão significativa que muitas áreas de povoamento foram nomeadas e tiveram suas toponímias em referência a eles, tais como os “Sertões do Acauã, Açu, Seridó, Espinharas, entre outros”, evidenciando a centralidade dos cursos d’água na vida e na organização social dos sertanejos (Macêdo, 2000).

Igualmente importante, à medida que os vaqueiros se estabeleciam nos sertões do Rio Grande, desenvolvendo a pecuária, outros agentes sociais começaram a chegar à região. Entre eles estavam os padres e os jesuítas, que não somente cuidavam das almas, mas também se envolviam na criação de gado e no cultivo de lavouras. E, por volta de 1720, século XVIII, as primeiras famílias começaram a se assentar nos sertões, marcando o início de uma sociedade mais diversificada e estruturada. No Seridó, esse trabalho estoico é sempre lembrado e destacado pela fixação dos primeiros patriarcas dos quais descendem grande parte das famílias da região: Thomaz Araújo Pereira, Caetano Dantas Correia, Rodrigo de Medeiros Rocha, Sebastião de Medeiros Matos, Cipriano Lopes Galvão e outros (Medeiros Filho, 1981).

Desse modo, na origem do povoamento do Seridó, são esses patriarcas que se dedicavam à criação de gado e eram fazendeiros prósperos, donos de vastos rebanhos e terras, que descendem grande parte das famílias que persistem na região até os dias atuais. Assim, a pecuária emergiu como a pedra angular da economia seridoense, sendo a principal geradora de riqueza e estabelecendo o alicerce para o desenvolvimento comercial e histórico do Seridó (Medeiros Neta, 2008). Além disso, e igualmente interessante, destaca-se que, na região, conforme lembrado pelo Padre Gleiber Dantas (2024) na entrevista concedida:

O Seridó é um dos lugares onde a endogamia é tão forte, que é o casamento entre si. O casamento de famílias entre si, mas eu digo o seguinte: *proteção é uma necessidade*. [...] E humanamente falando, essa proteção, essa endogamia, foi crescer para dentro. Essa endogamia é uma forma de conservação. Você armazena para si. [...] Então, nós fizemos um movimento centrípeto para dentro. Ou seja, nós estamos juntando forças. Quanto mais unidos nós estivermos, mais protegidos nós somos. Por isso a necessidade de uma endogamia aqui no Seridó, porque nós somos mais protegidos, nós nos conhecemos, nós conseguiremos manter vínculos com a Terra e uns com os outros. Isso é bonito, agora se torna perigoso quando isso é uma forma de expulsão dos novos elementos que chegam. É quando você se fecha para as surpresas da vida.

Assim, a chegada desses novos habitantes trouxe consigo uma transformação não apenas social, mas também ambiental. Novos animais foram introduzidos, como cavalos para o manejo do gado, ovelhas e cabras para alimentação, e jumentos ou burros para transporte de cargas e pessoas (Macêdo, 2000). A sociedade nos sertões ganhava dinamismo e complexidade, com essas novas relações e interações se estabelecendo a cada dia.

A rotina de trabalho estava ligada às necessidades da pecuária. O trabalho dos homens iniciava antes do raiar do dia com a ordenha do gado, seguido pelo pastoreio, tratamento do gado, construção e manutenção de currais e dos roçados. A marcação do gado com ferros das fazendas era essencial para identificar e recuperar animais que se perdiam nas vastas terras dos sertões. As mulheres de famílias mais tradicionais, por sua vez, dedicavam-se aos afazeres e cuidados domésticos, enquanto aquelas de famílias mais pobres também auxiliavam nas roças. Os homens livres, pobres e escravizados trabalhavam lado a lado nas fazendas.

Com o estabelecimento do criatório nos sertões, delineou-se, portanto, uma cartografia espacial que refletia o poder da Coroa Portuguesa e também da Igreja Católica na configuração e ordenamento territorial. A administração colonial seguia a lógica do processo colonizador em outras partes do império português, com concessões de terras que consideravam tanto o ordenamento jurídico quanto às delimitações eclesiásticas impostas pela Igreja. As freguesias, instituições herdadas do poder eclesiástico português, serviam como meio de administrar a crescente população que se estabeleceu nas terras dos sertões (Hoornaert, 1982).

Essa fase inicial de colonização dos sertões do Rio Grande se apresenta como um período de formação e consolidação de uma sociedade que refletia as influências tanto da Coroa quanto da Igreja, com a pecuária desempenhando um papel central na economia e na organização social da região. A construção de capelas no Seridó, como as erigidas em Queiquó (Caicó) em 1700, na Fazenda Serra Negra e em Acauã (Acari) em 1735, refletia essa herança cultural e religiosa trazida pelos portugueses. Esses espaços sagrados passaram a abrigar práticas devocionais, como a oração do terço, novenas e missas, enraizando a fé católica na vida cotidiana dos sertanejos (Macêdo, 2000). Com o crescimento da população e a importância do dízimo, o Bispo de Olinda, responsável pela jurisdição eclesiástica do Rio Grande, autorizou a criação da Freguesia do Seridó em 1748, sob a invocação de Senhora Sant'Ana, com a matriz situada no que hoje é a cidade de Caicó/RN. A nova freguesia foi desmembrada dos curatos da Freguesia do Piancó ou

Pombal (Paraíba)³ e representou um passo importante na definição territorial do Seridó, que até então era demarcado pelas ribeiras dos rios.

A instituição da freguesia trouxe consigo a delimitação de marcos territoriais mais amplos e abrangentes, estendendo-se além dos cursos dos rios para incluir diversas outras bacias hidrográficas. A Freguesia do Seridó, por exemplo, teve seu território demarcado considerando os rios Acauã, Seridó, Sabugy, Espinharas e Piranhas, uma estratégia que visava otimizar a arrecadação do dízimo para a Coroa e para a Igreja (Macêdo, 2000). Além disso, de acordo com o que é apontado pelo Padre Gleiber Dantas (2024), destaca-se o fato de que:

[...] Existem vários atos de fundação. Há um ato que deflagra politicamente o início do Arraial de Caicó, da povoação de Caicó, do município de Caicó, mas são atos fundadores. Então, os atos de fundação do Seridó, quem foi o primeiro a chegar ao Seridó? Quem estava aqui! As pessoas perguntam quantos anos têm o Seridó, se ele é uma das regiões mais antigas do Rio Grande do Norte. Do ponto de vista europeu, Olavo de Medeiros Filho assinala, em seu livro *Cronologia Seridoense*, que em meados do século 16, alguém já tinha vindo a uma localidade chamada Vale do Seridó, mas, em termos de chegada e permanência, eu digo muito que é 1683. Isso é quando as tropas de Olinda vêm para deflagrar aquele genocídio, que é a chamada Guerra dos Bárbaros. Então, 1683, chegada das tropas de Olinda, 1695, construção da igreja da primitiva Capela de Santana, no Forte do Cuó. Então, quantos anos têm o Seridó? Contados a partir de 1683, tem 341. Agora, contados a partir da chegada dos indígenas, a permanência dos indígenas aqui, tem mais de 10 mil anos.

Apesar da influência crescente das freguesias, os rios continuavam a ser fundamentais na delimitação geográfica e na construção dos primeiros marcos territoriais no período colonial. As freguesias, por sua vez, introduziram novos símbolos de poder na sociedade colonial, como o cruzeiro e o pelourinho, instalados no local de fundação da matriz, reforçando a presença e a autoridade da Igreja e da Coroa nas mentes e corações dos habitantes dos sertões (Monteiro, 1945), com a utilização de mão de obra escravizada.

3 O desmembramento dessas freguesias ocorreu em abril de 1748, sendo o bispo de Olinda, d. Francisco Luiz de Santa Thereza. A 26 de julho desse mesmo ano foi designado o local para a matriz, assistindo o padre Francisco Alves Maia, seu primeiro parocho, e pessoas notáveis do lugar, tendo de tudo se lavrado termo em livro próprio (do qual hoje não há mais que esta notícia) - *Jornal O Povo*, 15 de fevereiro de 1890.

A Igreja desempenhava um papel crucial na condução espiritual dos sertanejos, enquanto o progresso da pecuária e o processo de colonização avançavam sob a égide do poder colonial (Pereira, 2021). Essa transformação na paisagem social e cultural dos sertões do Rio Grande, no período colonial brasileiro, ilustra a interação entre a fé, a administração colonial e a geografia natural e regional, moldando a identidade e a organização social.

Até a primeira metade do século XIX, a sociedade do Seridó era predominantemente rural, focada na pecuária e na agricultura de subsistência. Com o passar do tempo, a região testemunhou o desenvolvimento da cotonicultura com o algodão Mocó e uma expansão econômica significativa. A administração colonial, inicialmente concentrada na Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, evoluiu para a formação de outras vilas e cidades, como Caicó e Acari, que foi elevada de povoação a vila e, posteriormente, a cidade (Macêdo, 2015).

A transição de freguesia para vila e de vila para cidade reflete as mudanças nas funções administrativas e na organização espacial nos sertões. Assim, a “Civilização do Couro” é um termo que encapsula a identidade cultural do Seridó, onde a pecuária não apenas moldou a economia, mas também a vida cotidiana, as tradições e os símbolos identitários da região. Os produtos derivados do gado, como o leite transformado em coalhada, queijo e manteiga, e o couro utilizado em roupas e utensílios, são alguns exemplos (Guerra Filho, 2020).

Dessa forma, torna-se evidente a complexidade e a riqueza histórico-geográfica dos sertões seridoenses. A interação entre os povos indígenas, africanos e os colonizadores europeus, a introdução da pecuária e o desenvolvimento da “Civilização do Couro” são elementos que compõem o mosaico histórico dessa região semiárida do Rio Grande do Norte. A sobrevivência e a resistência dos povos indígenas, a adaptação dos primeiros vaqueiros e colonizadores ao ambiente semiárido e a formação de uma sociedade tradicional que valoriza a terra e os recursos naturais são aspectos que destacam a região do Seridó.

À medida que avançamos para o próximo capítulo, é importante refletir sobre como a configuração de fazendas e cidades no Seridó se tornaram bases memoriais que perpetuam a história e a cultura da região. A transição de uma sociedade predominantemente rural para a formação de vilas e cidades marca um novo período na história do Seridó, onde a pecuária continua a ser um pilar econômico, mas novas dinâmicas sociais e culturais emergem.

As fazendas, com suas histórias de resistência, trabalho e desenvolvimento, são testemunhas vivas do passado e do presente nos sertões. As cidades, por sua vez, refletem o crescimento e a diver-

sificação da sociedade seridoense, abrigo arquitetura, casarões, becos e vielas, avenidas, praças, mercados, feiras, tradições, festas e práticas culturais que são essenciais para a identidade da região. Tais elementos são espaços de memória e identidade, onde o passado e o presente se entrelaçam. Através das práticas socioeconômicas e culturais e das tradições que persistem, a terra e a história refletem a vida de seus habitantes.

3.1 Entre fazendas e cidades: relações simbólicas gestadas à luz da vida cotidiana

Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram donos de sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite haviam em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por defeito do solo, pela falta de chuva durante a maior parte do ano. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do majolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez (Abreu, 1954, p. 217).

O povoamento dos sertões foi um processo que exigiu dos primeiros colonizadores uma notável resiliência e um profundo entendimento do espaço para a fundação dos currais e o desenvolvimento da agricultura de subsistência (Abreu, 1954). A criação de gado, atividade central na região, convivia com a agricultura, que se mostrava vital para a fixação do homem no território. Os pioneiros, muitos vindos de capitâneas vizinhas como a Paraíba e Pernambuco, souberam aproveitar os recursos naturais e introduziram culturas como a mandioca e a cana-de-açúcar, impulsionando a produção agrícola e a aplicação de novas técnicas.

Com o estabelecimento das fazendas, aprimoravam-se os costumes, ritos e rituais que moldaram e ainda moldam a vivência dos sertanejos nessa área geográfica do Rio Grande do Norte. Distante das áreas mais desenvolvidas, como o litoral, a sociedade sertaneja buscava na fé e nos rituais a força para enfrentar as adversidades do cotidiano. Práticas diversas surgiram com o objetivo de curar e pedir a intercessão divina para o melhoramento da vida humana e natural. Gustavo Barroso (1956, p. 155) descreve algumas dessas práticas: “Para curar bicheiras dos gados e doenças dos homens; para encontrar objetos perdidos ou adivinhar auctores de furtos mysteriosos; para salvar pessoas mordidas de cobra, levantar espinhêlas cahidas, fazer pas-

sar dôres atrozes de dentes [...]”. As curas eram realizadas por meio de rezas e devoção a santos católicos, mas também refletiam um sincretismo religioso, mesclando saberes curativos indígenas e africanos que se entrelaçavam ainda na formação dos sertões do Seridó.

As fazendas estabelecidas nos sertões do Seridó foram palco de inúmeras experiências de vida, marcadas pela diversidade dos grupos sociais que ali se instalaram. A região foi povoada por europeus de diferentes condições financeiras, incluindo aqueles que buscavam refúgio de desavenças em outras partes do Brasil. Um exemplo é o sexto avô do seridoense José Pires, que se estabeleceu na Ribeira do Acary, local hoje conhecido como a cidade de Florânia, conforme relata Araújo (2003). Vindo do Recife, esse pioneiro obteve uma sesmaria por meio de uma solicitação à Coroa Portuguesa, que foi aprovada e permaneceu na família Pires por gerações, embora as terras tenham sido fragmentadas ao longo do tempo devido à divisão proveniente das heranças. Eventualmente, essas terras foram vendidas a pessoas fora da família.

Esse processo ilustra como os sertões do Seridó foram se desenvolvendo a partir da concessão de terras e do estabelecimento de fazendas ao longo das ribeiras, mesmo por aqueles que não possuíam grandes recursos econômicos. A Coroa Portuguesa cedia terras àqueles que demonstravam capacidade de habitá-las, cultivá-las e criar gado. Com o tempo, as propriedades passavam de geração em geração, sendo vendidas apenas por novos interesses ou necessidades.

As crônicas de Juvenal Lamartine (1996) oferecem um vislumbre da formação das fazendas de criação e dos laços familiares no Seridó. Ele relata que seu 6º avô, Manoel Pereira Monteiro, herdou de seu tio, Manoel Barbosa de Freitas, uma fazenda de gado situada na ribeira do Rio Espinharas, descrita como “duas léguas de terra pelo Rio Espinharas abaixo, com três léguas para a nascente e três para o poente do mesmo rio”. Ali, a família Monteiro construiu suas moradas e estabeleceu laços matrimoniais com famílias do Pernambuco, tornando-se criadores de gado e formando numerosa descendência no Seridó e na Paraíba.

Os relatos de Lamartine (1996) permitem identificar características marcantes da sociedade seridoense. A fazenda dos Pereira Monteiro, por exemplo, estava localizada no lado oposto à dos Pires, mas ambas compartilhavam o foco na pecuária. A propriedade permaneceu produtiva e pulsante nas mãos da mesma família por várias gerações, mesmo após casamentos com membros de famílias pernambucanas. Isso reflete o profundo vínculo e identificação que essas famílias desenvolveram com a terra, um espaço que não apenas moldou suas vidas, mas também se tornou objeto de grande apego

e amor.

Manoel Antônio Dantas Correia, filho do Coronel Caetano Dantas Correia, fornece um relato valioso sobre a instalação de fazendas nos sertões do Seridó. Segundo Manoel Antônio, seu pai iniciou sua jornada como vaqueiro do irmão, Antônio Dantas Correia, e com dedicação e habilidade na lida com o gado, conseguiu formar sua própria boiada. Posteriormente, Caetano Dantas Correia migrou para a região do Seridó, onde solicitou uma sesmaria para estabelecer sua fazenda. Com o tempo, consolidou-se nas terras do sertão e casou-se com a filha de Tomaz de Araújo Pereira, um dos pioneiros no povoamento do Seridó (Correia, 1909, p.15-24).

As memórias de Manoel Antônio evidenciam que a profissão de vaqueiro poderia ser frutífera, permitindo a ascensão social e a transformação em proprietário de terras. Caetano Dantas Correia estabeleceu-se no que hoje é o município de Acari/RN, casando-se com uma descendente dos primeiros povoadores do Seridó. Assim, perpetuou-se na região com a autoridade e o poder que um senhor de terras possuía ao fundar sua fazenda de criação.

Caetano Dantas Correia elevou sua condição social a partir de seu trabalho como vaqueiro, tornando-se um proprietário de terras e “oficial” da Coroa Portuguesa devido ao seu papel no povoamento do Seridó. As solicitações de sesmaria feitas por ele, documentadas por Diniz (2013, p. 39), mostram como os sesmeiros buscavam expandir suas terras para suas atividades pecuárias. Os pedidos de Caetano Dantas Correia, que datam desde a primeira metade do século XVIII até o final do mesmo século, justificavam-se pela necessidade de criação de gado e pelos serviços prestados à Coroa a partir do povoamento bem-sucedido.

As sesmarias contribuíram para a definição geográfica dos sertões, ainda que com limites imprecisos, e os colonizadores passavam a demarcar o espaço. Caetano Dantas Correia definia os limites de suas terras utilizando elementos naturais, como descrito por Diniz (2013, p. 39): “[...] diz que possui um sítio de gados chamado Riacho Fundo, cabeceira do riacho da Carnaúba, de que também é senhor [...]”. As fazendas recebiam geralmente o nome do elemento natural predominante na área, como o sítio “Riacho Fundo”, localizado entre as atuais cidades de Acari e Carnaúba dos Dantas no Rio Grande do Norte.

Os relatos históricos dos sertões do Seridó revelam que os povoadores chegavam a essas terras sob as mais diversas circunstâncias, seja fugindo de conflitos ou buscando ascensão social por meio da fundação de fazendas. Esses colonizadores europeus deixaram um legado significativo na região, não apenas na administração das terras e na pecuária, mas também ao estabelecer os primeiros laços matrimo-

niais e ampliar as relações de compadrio entre as famílias fazendeiras. A demarcação de terras e a construção social deram forma aos sertões, que passaram a ser vistos como uma terra de oportunidades para crescimento social e dinamismo econômico, atraindo mais colonizadores e famílias.

Apesar dos desafios impostos na “conquista da terra”, a partir do século XVIII, o Seridó acabou por testemunhar a consolidação das fazendas de gado e dos roçados de subsistência, bem como a formação de uma sociedade baseada na constituição de famílias e casamentos entre descendentes dos colonizadores. A nucleação familiar, aliada à criação de fazendas, contribuiu para a continuidade da vida e costumes na região, que se assentava em uma base rural, com relações servis entre os escravizados, trabalhadores livres pobres e os proprietários de terras.

A agricultura, desenvolvida ao longo dos cursos dos rios, era caracterizada pela presença e técnica de vazantes, que dependiam da umidade do solo para prosperar. Nas margens dos rios, os fazendeiros cultivavam milho, feijão, mandioca, melancia e batata-doce, com plantações que se estendiam, de acordo com Araújo (2003, p. 61), da “vazante do Acauã para outros rios da bacia Piranhas-açu e em outras direções”. Esses roçados, de um lado a outro das margens dos rios, simbolizavam o povoamento e a fixação da população, preenchendo os sertões com vida.

A organização econômica e a subsistência, no entanto, eram desafiadas pelos períodos de seca, quando a escassez de água reduzia a produção agrícola. Era necessário desenvolver técnicas para armazenar alimentos em silos, construir cacimbas nos leitos dos rios e adaptar as formas de vida sertaneja, mas sem nunca desistir de habitar aquelas terras. O determinismo geográfico influenciava o perfil sertanejo, nos quais homens e mulheres exibiam “a rudeza, a honradez, a bondade, a simplicidade, a calma e a serenidade” (Barroso, 1912, p. 175), atributos que lhes permitiam resistir e prevalecer no amor por suas terras e suas realizações.

Ao penetrar nos sertões do Seridó, os colonizadores foram cativados pelo potencial forrageiro daquelas terras e impulsionados pelo desejo de prosperar. Eles vislumbraram a oportunidade de fazer a terra florescer através da pecuária e do cultivo de vegetais, introduzindo novas espécies à paisagem local. Após se estabelecerem, empreenderam na construção de suas moradias nas fazendas, que haviam sido concedidas pela Coroa Portuguesa por meio de sesmarias. Essas solicitações eram justificadas pela necessidade de expansão das atividades econômicas e pelo bem-estar de suas famílias e da parentela que os acompanhava.

Os primeiros colonizadores portugueses trouxeram consigo a cultura europeia e a devoção aos santos católicos, elementos que se refletiam na construção de suas moradias e currais de gado. As casas

eram equipadas com utensílios de uso diário, e objetos de trabalho, mas também com uma mesa para as refeições, tamboretos feitos da madeira local e imagens de sua devoção, estabelecendo a religião católica como parte integrante da vida no Seridó.

Gustavo Barroso (1912) descreve as casas sertanejas como estruturas rústicas e simples, construídas com materiais resistentes e cercadas por alpendres. Eram edificações baixas, com terreiros limpos ao redor, situadas próximas às roças de subsistência e aos currais de gado. Os materiais de construção eram extraídos da natureza local: o Mororó para as ripas, a Umburana para as portas e o barro para as paredes. Os objetos relacionados ao trabalho com o gado, como arreios, cangalhas, cordas, chicotes e roupas de couro, eram mantidos expostos nas paredes, prontos para uso. Nos cômodos, havia potes de barros para água, uma mesa, um oratório para a devoção familiar e castiçais para iluminação noturna (Barroso, 1912).

As residências sertanejas refletiam a identidade, a lógica produtiva e funcional dos colonizadores brancos. A disposição dos objetos e a simplicidade da mobília atendiam às necessidades diárias, tanto na subsistência e no trabalho quanto na vida espiritual.

A presença de oratórios e imagens sacras nas moradias era uma prática comum, servindo como lembrete das devoções e para perpetuar os ritos católicos nos sertões do Seridó. Os costumes pretéritos foram incorporados ao cotidiano com a chegada das famílias dos patriarcas que se estabeleceram na região. Cada espaço da casa tinha sua finalidade: a sala ou copiar era destinada ao recebimento de visitas; o alpendre ou as “latadas”, para o passar do tempo e observação das terras; a cozinha, com o cheiro e a fumaça do fogão a lenha – o coração da produção alimentícia – onde se preparavam as refeições diárias, os queijos, a manteiga da terra e os doces diversos; e os quartos, espaços de descanso e armazenamento de mantimentos, com a presença de silos para os períodos de seca, contendo redes, malotes e outros.

Com o passar dos anos, as casas das fazendas evoluíram em sua construção, utilizando novos materiais. Juvenal Lamartine descreve que as residências eram “assentadas no alto – para melhor aproveitar a frescura dos ventos e oferecer posição mais vantajosa quando dos ataques de cangaceiros – era de construção sóbria, alpendrada, de duas águas e levantadas com madeira, pedra, tijolo e telha da própria fazenda” (Lamartine, 1996, p. 23). Essa evolução arquitetônica, com o uso de tijolo e telha, indica o desenvolvimento de novas atividades econômicas, além da pecuária e da agricultura. A escolha por locais mais elevados e planos para a construção das casas refletia o conhecimento dos sertanejos em aproveitar as condições climáticas, especialmente os ventos, para amenizar o calor intenso da região.

As fazendas geralmente se localizavam próximas a fontes de água, como os rios ou riachos, para a sobrevivência durante os períodos de estiagem. A fachada principal das casas era voltada para o lado nascente, em que se transmitia uma sensação de poder e solidez. Muitas dessas residências possuíam alpendres e, em alguns casos, sótãos ou porões. Os currais de gado ficavam próximos às casas, facilitando a supervisão das atividades pecuárias pelo fazendeiro.

No século XIX, a mobília das casas sertanejas manteve-se simples, composta por itens essenciais para a vida no campo: bancos e mesas rústicas para as refeições, tamboretos de madeira da caatinga e redes para dormir. Alguns lares possuíam camas de armação, malas, arcas e baús para guardar roupas e documentos. Os utensílios de serviço incluíam ainda tachos, pilões, potes de barro, bacias, tinhas, arreios, roupas de couro, selas e ferramentas agrícolas, todos necessários para o sustento e o desenvolvimento dos trabalhos no ambiente rural.

A vida nos sertões do Seridó, com o passar do tempo, foi adquirindo uma dinâmica própria. As produções diárias de alimentos e a criação de animais de pequeno porte, como cabras, bodes, porcos, ovelhas e carneiros, começaram a gerar excedentes. Isso possibilitou que os produtores comercializassem seus produtos nas feiras-livres, que se estabeleceram como os primeiros centros de troca comercial e de encontro entre as pessoas. Essas feiras ocorriam em locais específicos e em dias determinados, geralmente aos sábados ou domingos.

Os espaços de comércio e convívio social foram essenciais para o desenvolvimento urbano no Seridó, atuando como catalisadores para o surgimento de capelas e igrejas que, com o tempo, se tornaram o núcleo de freguesias. Essas feiras-livres desempenharam um papel crucial na fundação de povoados e vilas que, por sua vez, deram origem às cidades da região. Conforme é apontado por Araújo (2013, p. 67), muitas cidades do Seridó emergiram em torno de vilas que se formaram graças à doação de terras por fazendeiros para a edificação de igrejas. Aduauto Guerra Filho (2024) colabora com esse pensamento ao destacar em entrevista que:

O doutor José Augusto já registra em seu livro que, em 1679, o colonizador branco já existia em Acari, numa fazenda chamada Saco dos Pereiras. [...] A partir da chegada do colonizador branco, tivemos a Guerra dos Bárbaros, que terminou em 1724. Então, as fazendas de gado foram sendo organizadas. Aquelas fazendas onde havia arraiais, quase todas se transformaram em cidades. Teodoro de Oliveira Ledo, que foi o maior genocida da nossa história, construiu em 1696 um arraial que ele chamou de Nossa Senhora do Bom Sucesso, hoje a cidade de Pombal. Outro fundou o Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres, que hoje é a cidade de Assú. Outro

ainda fundou a Casa Forte do Cuó, que é hoje a cidade de Caicó. E em Pernambuco, o mais famoso foi o Arraial de Bom Jesus.

Entre as áreas na região relacionadas à Guerra dos Bárbaros, a partir de 1680, o professor Aduino Guerra (2024) ainda menciona o Totoró em Currais Novos, o Saco do Xique-Xique em Carnaúba dos Dantas, e o Vale do Piranhas, onde está situada a cidade de Assú.

As primeiras cidades nos sertões surgiram seguindo um ritual imposto pela Coroa Portuguesa, que envolvia a fixação das fazendas, a elevação das vilas e, finalmente, a elevação a cidades. As cidades dos sertões do Seridó seguiram esses critérios e gradativamente se formaram. Elas surgiram a partir da instalação de fazendas, arraiais e vilas, até se tornarem cidades, sempre sob a proteção de um santo ou santa para a devida proteção da população.

As primeiras construções consideradas “urbanas” eram erguidas ao redor dessas igrejas, moldando o desenho das futuras vilas e cidades. Contudo, muitas dessas residências permaneciam fechadas durante grande parte do ano, sendo ocupadas apenas quando os fazendeiros visitavam a cidade para participar de festividades, feiras e eventos religiosos, uma vez que mantinham suas residências principais nas fazendas da região.

As vilas desenvolveram uma dinâmica própria, com símbolos de poder como a igreja, o pelourinho, a câmara e a cadeia, muitas vezes localizados em uma única construção. A câmara, situada na parte superior do edifício, era o local onde os proprietários de terra, os chamados “homens bons”, tomavam decisões sobre a administração da vila ou cidade. Já a cadeia, localizada na parte inferior, era o local de detenção dos criminosos e, em alguns casos, onde pessoas escravizadas eram punidas (Pereira, 2021).

É importante notar que as primeiras capelas eram construídas nas fazendas e que, posteriormente, esses locais se tornariam o núcleo das futuras cidades. Araújo (2013) menciona que a primeira capela do Seridó foi a de Nossa Senhora do Ó, construída em 1735 na Fazenda Serra Negra pelo Capitão Manoel Pereira Monteiro. Essa localidade viria a se tornar a cidade de Serra Negra do Norte. Em 1738, foi erguida a capela de Nossa Senhora da Guia, na ribeira do Acauã, por Manoel Estevês de Andrade, local onde hoje se encontra a cidade de Acari (Araújo, 2013, p. 68). Os responsáveis pela construção dessas capelas eram, em geral, proprietários de terras e gado e desempenhavam um papel crucial na organização dos ritos religiosos e na manutenção da devoção aos santos católicos e futuros padroeiros na região.

A formação histórica de uma região é um processo complexo, influenciado por fatores diversos. As configurações socioespaciais refletem os interesses da sociedade e a interação com o meio ambiente.

No Seridó, as fazendas, vilas e cidades foram moldadas pela ação dos fazendeiros e elementos naturais, como rios e riachos. A urbanização e a elevação de vilas a cidades eram, em grande parte, atos político-administrativos. Caio Prado Júnior (1997, p. 306) observa que o título de cidade era principalmente honorífico, sem privilégios específicos. A Cidade do Príncipe, hoje Caicó/RN, é um exemplo, elevada à cidade por abrigar a Matriz de Sant’Ana e a sede da Comarca do Seridó (Morais, 2020, p. 138).

As casas do Seridó, assim como em outras regiões, estavam sujeitas às normas e regras urbanísticas que regulamentavam a construção. Essas normas determinavam o alinhamento das edificações em relação às vias públicas, que eram definidas por cordas para garantir a uniformidade das fachadas. As orientações das casas em relação aos pontos cardeais também eram consideradas, como aponta Feijó (2002, p. 28-29): “nas ruas que tinham direção norte-sul, por exemplo, as casas poderiam ter suas fachadas voltadas para o leste ou para o oeste, dependendo de que lado da mesma estivessem implantadas”. Por vezes, algumas das casas eram construídas conjugadas, compartilhando paredes e telhados, se os terrenos fossem nivelados.

As ruas da cidade de Acari/RN ilustram essa dinâmica de aruamento e nivelamento das fachadas. No entanto, existiam exceções, como a casa de Tomaz Araújo Pereira, que desafiava as convenções ao incluir um alpendre, um elemento não comum nas casas citadinas da época. Isso mostra que, apesar dos códigos de posturas, havia proprietários que optavam por personalizar suas residências. Os materiais utilizados nas construções eram resistentes e muitas vezes extraídos da própria caatinga, como as madeiras de Pereiro, que resistem ao tempo.

O processo de formação de novos territórios para constituição de vilas e cidades foi lento e gradual. A cidade de Caicó estabeleceu-se, seguida por Acari, Jardim do Seridó e Serra Negra do Norte, todas fundadas no século XIX. No início do século XX, durante o período republicano, surgiram Currais Novos e Florânia. A partir das décadas de 1960 e 1970, as cidades do Seridó começaram a experimentar um crescimento populacional significativo, com a tendência para o processo de urbanização refletindo as mudanças nas atividades econômicas.



**CULTURA E
IDENTIDADE**

4 – CULTURA E IDENTIDADE: UMA CONSTRUÇÃO REGIONAL DO SERIDÓ POTIGUAR

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade (Giddens, 1991. p. 38).

De acordo com Giddens (1991) a cultura se apresenta como sendo um mosaico de símbolos e práticas estabelecidas no passado que traçam uma identidade a ser transmitida e reconfigurada através das gerações. *A cultura está em constante transformação*, nunca estagnada, pois se revitaliza ao revisitar seus significados originais e ao incorporar novos elementos ao seu arcabouço.

A cultura atua como um elo entre o passado e o presente, conectando significados pretéritos às experiências atuais e futuras. As novas gerações, ao mesmo tempo que buscam preservar a tradição, também a reinterpretam, ressignificando símbolos e adicionando outros à sua experiência cotidiana. O passado, portanto, não é apenas uma fonte de conhecimento, mas um ponto de referência para a autoconsciência e a reflexão sobre as suas simbologias atuais.

A identidade passa a ser construída internamente em uma sociedade e é por meio de costumes e tradições que sua gente se identifica e se define, estabelecendo fronteiras e significados que a distinguem de outras sociedades. Trata-se de algo que refletirá sobre a própria identidade individual caracterizada por traços distintivos que separam ainda uma pessoa das demais (Hall, 2012; Woodward, 2012; Freitas Júnior; Percelli, 2019).

Nesse sentido, a identidade é forjada em um contexto histórico que dá sentido a uma comunidade particular, diferenciando-se no tempo e no espaço de outras organizações sociais. Ao abraçar uma identidade, a sociedade se esforça para manter seus símbolos ao longo do tempo, preservando o sentimento de pertencimento através dos elementos culturais e naturais.

Memória, cultura e identidade são conceitos interligados e cimentados em contextos históricos, onde valores e significados nascem e se desenvolvem, atravessando gerações. A cultura se renova com a introdução de novos elementos sociais, que são reinterpretados sem que os elementos originais percam sua importância. Ambas estão intrinsecamente ligadas e se reforçam mutuamente, expressando a visão de mundo e as práticas de uma comunidade.

Por esses motivos, Hall (2003) destaca que os conceitos de identidade e cultura se mostram um tanto complexo, refletindo as maneiras pelas quais a sociedade se identifica com um lugar, uma comunidade,

um grupo social e uma tradição cultural. Em sentido estrito, ao assumir uma identidade e uma cultura, uma sociedade afirma seus interesses, define suas características, estabelece prioridades e se reconhece como um grupo ou entidade coletiva.

No que diz respeito à identidade do Seridó, essa transcende sua localização geográfica, incorporando um mosaico de práticas sociais e culturais que conferem à região uma cultura própria, estendendo-se por uma vasta área e perdurando ao longo do tempo. Os habitantes do Seridó compartilham uma *identidade regional* que une as diversas cidades através de tradições e costumes comuns, criando um sentimento de pertencimento que vai além das fronteiras.

A partir desse cenário, entre alguns dos pilares fundamentais que constituem a essência e aspectos identitários do Seridó, conforme apontados por Macêdo (2005), Morais (2005) e delineados pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (PDSS), destacam-se, sobretudo, as instâncias e os aspectos socioeconômicos, educacionais, religiosos e políticos.

É possível, a partir de determinadas recorrências discursivas, culturalmente configuradas no Seridó, detectar alguns traços distintivos de sua feição regionalista. Pode-se analiticamente isolar características de maior realce. Assim, os componentes dessa rede de significações estão ancorados, basicamente, em quatro instâncias: a religiosa, a política, a socioeconômica e a educacional. Esses quatro mananciais são responsáveis pela formação da identidade regional seridoense, tal como ela é encenada e atualizada no imaginário da maioria da sociedade que vive no Seridó (Rio Grande Do Norte, 2000, p. 176).

Além disso, e igualmente interessante, conforme destacado em entrevista pelo professor Helder Macedo (2024), apesar de concordar com a configuração de tais elementos para a constituição de uma identidade regional, ele destaca ainda a possibilidade de não existir uma certa homogeneidade cultural no Seridó, mas sim identidades e identificações dos sujeitos viventes nesse território. Ao seguir por essa lógica, o referido entrevistado aponta ainda que:

[...] se nós precisarmos pensar em identidade, temos várias [no Seridó]. Se pudermos pensar em identificações, acho que trabalhamos num terreno mais seguro. [...] No texto de Muirakytan, que ainda hoje, veja, é um texto de 2000, mas que, para mim, continua perene, ele fala que, se não podemos ter uma identidade Seridó, temos algumas instâncias onde podemos nos amparar numa suposta identidade. A instância *religiosa*, o fato de que a

religião católica indubitavelmente tem um papel importantíssimo na construção do Seridó, mesmo que você, hoje, pesquisador, não seja cristão ou católico, não tem como não reconhecer. Está aliado à colonização. Segunda instância, *educacional*. Existe uma certa vocação dos seridoenses, desde muito tempo, para a educação formal. Vide a fundação da Cadeira de Gramática Latina, do Padre Guerra. E, durante muito tempo, o esforço de fazendeiros, inclusive fazendeiros não tão abastados, em mandar os filhos para estudar, na tentativa de que, com a mente mais aberta, pudessem ter um futuro melhor. *A instância econômica*, o fato de que a economia do algodão projetou o Seridó tanto internamente quanto externamente, em nível nacional. Avalie que, na época do terceiro surto exportador de algodão para suprir o parque têxtil no Sudeste, temos Manuel Bandeira fazendo poemas sobre o algodão do Seridó. Isso é um exemplo pequeno. Pegue a Revista Cruzeiro, que está disponível na internet. Há alguns números com propagandas do algodão do Seridó na Revista Cruzeiro, de circulação nacional. Quer dizer, essa economia também nos projetou. E a quarta instância, *política*, em função de que já tivemos políticos de alta envergadura. E aqui não vou entrar no mérito de criticar suas práticas políticas ligadas ao paternalismo, ao coronelismo, etc. Mas, tivemos políticos de alta envergadura, começando com o Padre Guerra, que era amigo pessoal do Regente Feijó, foi senador do Império, deputado geral, deputado provincial, além de sua ligação com a religiosidade, também como Vigário Colado da Freguesia. Depois disso, avançamos para o século XIX. O primeiro seridoense a formar-se em direito, aliás, um dos primeiros potiguares a formar-se em direito, é do Seridó: João Validinho Dantas Pinajé, filho de Manuel Antônio Dantas Correia e neto de Caetano Dantas. Avançando mais ainda, temos figuras do século XIX que ganharam prestígio na ação estadual, como José Bernardo de Medeiros, liderando o segundo distrito na província, já na transição para a República. E, adentrando na República, temos os descendentes, políticos e de sangue, de José Bernardo, como José Augusto e Juvenal Lamartine. Então, essas quatro instâncias mais ou menos determinam pilares ou pontos a partir dos quais se pode pensar numa identificação para os seridoenses. Mas, qual é o ponto que quero chegar? É que nós, que tivemos acesso à leitura, à escrita, ao ensino superior, entendemos como Seridó identidade ou identidades, ou uma identificação com o Seridó, que pode não ser a de um quilombola da Boa Vista de Parelhas, pode não ser a de uma pessoa descendente de indígena, que vive na zona rural até hoje e que nem se chama de indígena porque foi obrigada a ser chamada de moreno, de caboclo, de pardo, não é? Pode ser de uma pessoa branca, sim,

pobre, que mora na periferia. Estou citando exemplos pontuais. Então, acho que, se tirarmos como ponto de partida a possibilidade de que existem identidades múltiplas, estamos num terreno mais ou menos seguro, ou identificações diversas do tipo.

Assim, apesar de concordar e considerar as quatro instâncias identitárias e formativas para a região do Seridó (socioeconômica, educacional, política e religiosa), apontadas anteriormente, Helder Macedo também atenta para a possibilidade de não haver apenas uma identidade para o Seridó, mas outras tantas identificações de agentes sociais diversos que vivem nos sertões do Seridó, como é o caso dos quilombolas e dos descendentes dos indígenas.

O fato é que os elementos citados contribuem de maneira significativa para a construção e constituição de uma identidade coletiva, influenciando o modo de vida, as crenças e os valores da sociedade seridoense. A religiosidade permeia o cotidiano, entrelaçando-se com questões complexas e com as tradições e festividades locais. A política, por sua vez, desempenha um papel central na organização social e na governança da região, junto à evocação de símbolos regionais. A dimensão socioeconômica revela as atividades produtivas e os desafios enfrentados pela população no âmbito do desenvolvimento sustentável, especialmente relacionados à cotonicultura, que projetou o Seridó no cenário nacional. Por fim, a educação é vista como um vetor de transformação e progresso, essencial para o fortalecimento da identidade regional e para a capacitação dos seridoenses frente aos desafios contemporâneos.

A compreensão de tais elementos destaca a complexidade e a riqueza da identidade seridoense, constantemente reafirmada e reimaginada pelas gerações que constroem seu futuro. A cultura regional é construída e estabelecida por uma identidade que permeia desde o espaço geográfico até as práticas diárias, incluindo a hospitalidade, a culinária e a religiosidade. As festas de padroeiros, a culinária típica, o artesanato do bordado e as feiras livres são manifestações culturais que reforçam a identidade seridoense. Os “produtos da terra”, por exemplo, como a carne-de-sol e os queijos de coalho e manteiga, não apenas dão visibilidade ao Seridó, mas também representam o domínio do saber-fazer sertanejo e da identidade regional que atravessam gerações, simbolizando a memória coletiva dos sertões do Seridó.

A reputação dos produtos regionais é tão significativa que levou ao registro do selo de qualidade “Marca Qualidade Seridó” no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), uma estratégia para proteger a produção regional e atender aos padrões de mercado (Morais; Dantas, 2006) - exemplo de como a identidade regional é valorizada e protegida.

No cenário político do Seridó, a evocação de símbolos regionais é uma prática comum durante as campanhas eleitorais. A promoção de passeatas e eventos políticos frequentemente incorporam elementos agropecuários típicos da região, como cavalos, jumentos, vacas, melões e jerimuns, além de representações de lavouras de feijão. Esses símbolos servem para lembrar as atividades rurais na vida dos seridoenses e a formação da identidade espacial do Seridó (Morais; Dantas, 2006). Mesmo os habitantes citadinos mantêm uma conexão com o mundo rural e suas práticas, refletindo um passado enraizado na pecuária e na agricultura. Essa interação dialógica entre o rural e o urbano é uma característica marcante da região.

A aparente relação simbiótica entre o homem do campo e o semiárido é evidente nos saberes tradicionais, como o lidar com a terra e o uso de plantas medicinais, e nos objetos e materiais que evocam memórias e narrativas entre gerações.

A Caatinga, com seu potencial farmacológico, energético e alimentar, é integrada à vida do sertanejo, ao fornecer a base para atividades produtivas e domésticas e medicinais, com a utilização de plantas nativas. No passado, os móveis e utensílios dos sertanejos eram feitos com madeiras nativas, como a Craibeira e o Pau d'Arco (Medeiros Filho, 1984). Embora algumas dessas madeiras estejam hoje em risco de extinção e não sejam mais usadas como antes, elas continuam a ser símbolos de identidade para a sociedade do Seridó, evocando memórias entre gerações. No presente, algumas práticas, como o uso de chás medicinais para curar enfermidades, ainda são comuns entre os habitantes do Seridó, tanto na cidade quanto no campo. Essas práticas seculares, que resistiram ao tempo, são parte integrante da identidade da região, reconhecidas e valorizadas no dia a dia das pessoas (Roque; Rocha; Loyola, 2010; Azevedo, 2016).

A cultura e a identidade do Seridó mantêm uma relação direta entre o homem e a natureza, onde valores sociais, tradições, saberes, crenças, objetos, materiais, artefatos, criatividade, vínculos sociais e familiares, e relações de solidariedade se associam ao espaço natural, formando a identidade seridoense (Azevedo, 2016). Essas tradições são praticadas e repassadas através das gerações que habitam as terras sertanejas do Seridó.

Assim, a identidade seridoense é reafirmada por um conjunto de objetos, atos e formas de falar que evocam emoções e sentimentos de pertencimento, fortalecendo os laços sociais (Morais; Dantas, 2006). Em suma, a identidade do Seridó é uma construção contínua, entrelaçada por aspectos diversos que cultivam memórias e um sentimento de pertencimento. A vida cotidiana, embora possa parecer trivial, é o palco onde a cultura se manifesta e ganha significado,

contribuindo para a rica tapeçaria da vida seridoense. Reconhecer e valorizar essas práticas e saberes é essencial para a preservação do patrimônio cultural da região.

A construção de um imaginário identitário da região do Seridó é entrelaçada por um discurso regionalista que enfatiza as práticas sociais e os elementos que constituem a comunidade, bem como pelo vínculo e pertença que esses sertanejos têm com seu sertão. Tanto os discursos quanto os objetos materiais carregam um valor afetivo e sentimental em relação ao Seridó. A região transcende a mera representação imagética e discursiva, sendo a confluência das simbologias com o meio físico onde as pessoas cultivam pertencimento e se reconhecem como seridoenses em qualquer lugar do mundo. Esse sentimento de pertença foi forjado ao longo dos séculos e permanece vivo, de modo que aqueles que nasceram e viveram no Seridó carregam consigo essa identidade, independentemente de onde estejam.

O cotidiano, que inicialmente se mostra aparentemente trivial, onde, à primeira vista, nada de notável parece ocorrer, é o palco onde a vida realmente se desenrola. É ainda nessas entrelinhas de um cotidiano considerado banal que a cultura se faz presente, resiste e ganha significado, materializando-se no espaço ou nas ações dos sujeitos e entre eles. Nesse sentido, surge a questão: quais sujeitos ou situações nos fornecem elementos para identificar uma cultura? Será que a aparente trivialidade do dia a dia contribui para a construção ou para a corrosão da cultura? O que se entende por alienação neste contexto? Seria o abandono das formas tradicionais de pensar e agir? Essas reflexões nos levam a ponderar sobre o patrimônio cultural e a importância de reconhecer e valorizar as práticas e saberes que compõem a rica tapeçaria da vida seridoense, mesmo aquelas que se manifestam de forma sutil e cotidiana.

Assim, a aparente trivialidade do cotidiano e dos modos de vidas, muitas vezes desconsiderada como palco de eventos significativos, é, na verdade, o cenário onde a cultura se manifesta de maneira mais autêntica e resiliente. Os sujeitos que vivenciam esse cotidiano, com suas práticas e saberes tradicionais, são os verdadeiros guardiões da cultura e da memória, mesmo que suas contribuições à primeira vista sejam ‘invisibilizadas’ na história regional.

Nesse caso, a alienação pode ser entendida como o processo de separação daquilo que é inerente à constituição do povo, resultando na perda de elementos culturais coletivos valiosos. Os elementos constitutivos – socioeconômico, educacional, político e religioso – que fundamentam uma identidade regional, ou que se relacionam com as diversas identificações de seus habitantes, serão analisados a seguir como pilares de uma narrativa regionalista.

4.1 Aspectos da Economia

Os aspectos socioeconômicos da região do Seridó, no Rio Grande do Norte, são caracterizados por um conjunto de atividades que refletem a adaptação da sociedade local ao contexto histórico regional-global, às condições ambientais e aos recursos disponíveis. Segundo Filipe (1978), a organização espacial do Seridó teve três fases distintas, representadas pelas atividades econômicas de destaque: a criação do gado, a cotonicultura e a exploração mineral.

Além desses pilares socioeconômicos, observa-se ainda em alguns lugares do Seridó antigo a economia relacionada aos engenhos de cana, rapadura e melaço; a extração da borracha de maniçoba, o plantio do arroz vermelho e de tabaco nas ribeiras do Seridó. Essas atividades muitas vezes são esquecidas do memorial, outrora e por vezes ainda existente em algumas cidades. Tais atividades são dignas de menção por se relacionarem a potenciais elementos patrimoniais. Mais recentemente, observam-se ainda atividades do terceiro setor que dinamizam a economia das cidades do Seridó, a partir de relações cada vez mais regionais e globais.

O fato é que tais atividades socioeconômicas se desenvolveram nesse espaço geográfico do semiárido brasileiro, e, por aqui, encontraram ressignificações associadas às condições de forte rusticidade dos recursos naturais, do ambiente e de sua gente. A própria condição de *secura* acentuada em determinadas épocas do ano, ou sequência de anos inteiros, acabaria por direcionar, em face às condições técnicas disponíveis, o desenrolar dessa região.

Inicialmente, a procura das glebas de terras pelos sertões adentro para a criação do gado exerceu um papel considerável no processo de colonização de toda a região do semiárido brasileiro, aqui em destaque a partir do povoamento dos rios Seridó, Acauã, Espinharas e Piranhas. Essa indissociável relação entre a agropecuária e o surgimento/formação dos núcleos urbanos sertanejos encontra bases em lendas e músicas populares regionais:

Foi da prece de um vaqueiro que nasceu Caicó, coração do sertão brasileiro, capital do Seridó. Vila do príncipe, se iniciou, cem anos atrás, como cidade se firmou, centro de glórias e de avante, berço de luz que fez Amaro Cavalcanti, cultura brilhante. (CD – 249ª Festa de Santana de Caicó, Música: Prece de vaqueiro, Autor desconhecido, 1997, faixa 3).

Essa canção se baseia em uma das lendas mais antigas de Caicó/RN. A história lendária do vaqueiro perdido no mofumbal, onde hoje em Caicó, desponta no imaginário local. Ao ser atendido por uma pre-

ce, o vaqueiro, vindo da localidade de Jardim de Piranhas/RN, ergueria uma igreja em alusão à Nossa Senhora de Sant'Ana. Outra história lendária mostra o encontro do que hoje é o Poço de Sant'Ana como um pródigo lugar no rio Seridó para o desenvolvimento do que viria a ser hoje a cidade de Caicó. Nesse sentido, Monteiro (1999, p. 12) destaca:

No lugar onde hoje é a cidade de Caicó o que havia era só mofumbo... Mas, certa vez, durante a seca, apareceu por aí um fazendeiro de Jardim de Piranhas, procurando um touro que havia, há dias, desaparecido do curral. E nesta mata de mofumbos deu com ele, mas o animal parecendo um demônio marchou, furioso, para derrubar o cavaleiro e o seu cavalo. O vaqueiro correu apavorado, fugindo a perseguição do touro lembrando-se, porém, na aflição, de prometer uma capela a Sant'Ana, no lugar onde o touro o abandonasse. E olhando para trás viu que o animal seguira outro caminho, desaparecendo. O fazendeiro voltou ao sítio de Jardim de Piranhas e, expondo o ocorrido aos seus trabalhadores, estes se prontificaram a construir a capela, exatamente onde está, hoje, a Catedral de Caicó. Construída a capela, foi fácil, mais tarde, aparecerem às habitações que deram início a atual cidade.

Em todo caso, é importante destacar que antes da fixação das primeiras famílias na terra havia a figura do vaqueiro, confiável e verdadeiro desbravador dos sertões, que se destinava a embrenhar-se pelas caatingas de grande rusticidade a procura de glebas aparentemente “inóspitas” a serem futuramente colonizadas. Após encontradas as terras propícias à gente e ao gado, essas deveriam ter o destino traçado pela fixação dos currais e das futuras fazendas.

Abreu (1982, p. 333) destaca as dificuldades enfrentadas pelos primeiros ocupantes dos sertões brasileiros: eles “não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos”, vivendo com escassez, exceto por carne e leite. Consumiam avidamente frutas silvestres e as diversas variedades saborosas de mel. Abreu (1982, p. 133-134) também menciona que, ao estabelecer fazendas no Sertão, “o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto”, o que demandava tempo e mão de obra, seguido pela gestão do vaqueiro.

Os desafios enfrentados na ocupação do Sertão incluíam o intenso calor, a caatinga espinhosa, a pedregosidade e a profundidade dos solos e a escassez de água, dificultando a defesa do gado e da vida humana contra os possíveis ataques dos silvícolas. Morais (2020, p. 69) destaca que “a ocupação tinha um duplo sentido: povoar o Sertão com gente e gados, erigir casas e currais” (Morais, 2020, p. 69). Nesse processo de colonização, segundo a referida autora:

Os homens seguiram as trilhas das águas traçadas pelos rios que serpenteiam a caatinga e que revelam uma dupla face: quando cheios, embebem a terra, fertilizando o solo e alimentando os lençóis subterrâneos; nas estiagens, a paisagem agreste dos leitos secos é rebuscada pela existência de poços ou de olhos d'água. Pontos de fixação humana, os poços d'água se traduziram em locais propícios para o estabelecimento de sítios, onde era introduzida uma **semente de gado** [grifo nosso] (geralmente, um touro e três vacas) e levantado um rancho e uma caiçara (Morais, 2020, p. 68).

A presença das fontes de água, conforme já observado, seria o sinal para a instalação dos primeiros fortes, currais e capelas, marcando o surgimento das primeiras povoações. O processo de colonização da região do Seridó despontou sobretudo diante da busca da Terra Prometida e sob o laço e entoada dos primeiros vaqueiros. Por muito tempo, no sertão antigo, a formação de uma civilização do couro estaria fadada – ou encantada – com os dizeres e ritmos do ambiente inóspito e hostil dos sertões setentistas. Ainda hoje, é possível observar essa sinergia entre o urbano e o rural a partir de estruturas nos centros urbanos, tais como fazendas, currais, casarões antigos, entre outros – refletidos na figura do homem ru-urbano.

Atualmente, o Seridó se destaca pelo desenvolvimento de uma das maiores bacias leiteiras do estado do Rio Grande do Norte, sendo a maior durante a década de 1990, resultado de ações governamentais como o PRONAF e da política de crédito (Azevedo, 2007).

A segunda fase se destaca pelo avanço da cotonicultura, a partir do binômio gado-algodão. O cultivo do algodão Mocó ou algodão primitivo, por sua vez, é uma atividade das mais antigas nos sertões do Seridó, sendo algo relegado provavelmente aos habitantes indígenas dessa terra em tempos dos mais longínquos. Para se ter uma breve dimensão da importância econômica dessa atividade no cenário regional, antes do ano de 1800, o algodão da província de Pernambuco já era o mais estimado no mercado inglês, sendo este considerado o melhor do Brasil naquela época. Após o início da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, o cultivo de algodão teve avanços rápidos, uma vez que a Inglaterra necessitava de uma pronta compra de algodão e passou a comprar no Brasil e, em especial, no território brasileiro.

O historiador Aduino Guerra Filho (2024) destaca que mais tarde o algodão despontava nas cidades de Cruzeta e Acari com grande produtividade, sendo comum ver nas fazendas do Seridó os maquinários deixados pelos ingleses para que fosse realizado o descaroçamento do capulho do algodão, as chamadas bolandeiras; era o maquinário responsável pela separação do caroço da pluma. Assim, seguia-se a lógica destacada pelo historiador:

[A Inglaterra] era freguês nos Estados Unidos, comprava algodão nos Estados Unidos, que não tinha mais. Veio comprar no Brasil. E aqui estava o melhor algodão. E eles vinham para cá, compravam o algodão e deixavam o maquinário deles. Com o passar dos tempos, aquelas bolandeiras se tornaram peças de museu. Hoje não existe mais. Você encontra, no município de Acari, na fazenda de Juarez. Bem interessante eram as torres de madeira que, queimadas, aqueciam uma vasilha bem grande de água. É o caldo da água fazia o motor funcionar e, então, disso, permitia o algodão ser descaroçado. Com a chegada da energia ao interior, o maquinário passou a ser movido pela energia elétrica.

É notório pelas lembranças de Aduato Guerra Filho a experiência em seu cotidiano do uso da bolandeira para o descaroçamento de algodão, desde o maquinário mais primitivo até as bolandeiras mais modernas, utilizadas com energia elétrica, o que fazia uma maior produtividade. De modo que percebemos a cultura do algodão no Seridó perpassar a história por séculos e diversas gerações que utilizavam dessa economia amplamente. Claro, se havia mercado consumidor e o algodão do Seridó era um dos melhores, é lógico que havia investimentos e todo um sistema técnico para aumentar a produtividade.

As estatísticas sugerem uma redução da exportação entre 1802 e 1861 na província de Pernambuco. No entanto, é lamentável que não haja dados disponíveis para demonstrar ainda a proporção que pertencia às províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba. Em certo período, essas províncias costumavam exportar a maior parte de seu algodão através de Pernambuco, mas, nos últimos anos, passaram a exportar principalmente por meio de seus próprios portos.

Devemos ainda lembrar que a Província do Rio Grande do Norte pertencia à Província de Pernambuco no início do século XIX, de modo que é plausível pensar que grande parte do quantitativo desse algodão era proveniente do trabalho e suor de muitos seridoenses. O Seridó é considerado o berço do algodão Mocó, o melhor do Brasil e um dos melhores do mundo. Nesse contexto, eram produtos de exportação tanto a pluma quanto o caroço do algodão.

Em relação à região do Seridó potiguar, “tem-se que em 1880 começou o plantio regular do algodão Mocó, mas só em 1887 é que se generalizou o plantio desta variedade em toda zona do Seridó” (Carvalho Filho, 1976, p. 99). Nesse período, o cultivo do algodão já era importante para a economia estadual e para o pequeno agricultor. De acordo com Clementino (1987), por volta da metade do século XX, especificamente no ano de 1942, a região do Seridó já possuía mais de 40 instalações industriais voltadas para a atividade cotonicultura, dentro do total de 168 fábricas encontradas em todo o estado naquele

período. Nessa época, os municípios que se destacavam pelo maior número dessas fábricas eram Currais Novos e Parelhas.

Em relação à produção de algodão em pluma no Seridó, na safra de julho de 1946 a junho de 1947, a produção apresentou uma grande variação entre os municípios. O município de Parelhas liderou com uma produção expressiva de 887.598 unidades, seguido de Currais Novos com 508.222, indicando excelentes condições para o cultivo. Os municípios de Serra Negra do Norte seguiram com 489.917, Jardim do Seridó com 458.319, Caicó com 396.357, Jucurutu com 333.813 e Florânia com 148.268. Este cenário evidencia a diversidade de condições agrícolas, econômicas e ambientais na produção de algodão nesses municípios.

Morais (2005, p. 168) destaca que “as grandes forças propulso- ras desta projeção parecem ter emanado das hostes políticas a partir de uma bem construída elaboração imagético-discursiva em que a região era anunciada como território da cotonicultura, produtora do algodão de melhor qualidade do mundo”. É nesse contexto que vão se moldando e se constituindo as representações simbólicas regionais, portanto, a cultura e a identidade seridoense. No apogeu da cotonicultura, “economia, política e cultura se entrelaçaram na elaboração do discurso regionalista” (Morais, 2005, p. 169).

No período após a Primeira Guerra Mundial, veio uma missão inglesa chefiada por Mr. Arno S. Pearse, no ano de 1921, para estudar especialmente o algodão. Os primeiros registros científicos são destacados em 1913-1915. Essa missão esteve no Seridó, percorrendo algumas fazendas, entre as quais se destacam o Sítio Nicolau em Caicó, a fazenda do Coronel Felinto Elísio, no município de Jardim, e a de Francisco Raimundo, no município de Acari.

Ainda assim, há de se pensar que essa era uma cultura de plantio generalizada na região. Juvenal Lamartine (1948) chegou a destacar a importância do cultivo de algodão no estado como sendo “a lavoura do pobre”. Na década de 1960, entretanto, já seria possível observar a derrocada do estado do Rio Grande do Norte se posicionando em 3º lugar entre os estados do Nordeste, em relação à produção da pluma do algodão, atrás dos estados do Ceará e da Paraíba. De acordo com o que é apontado por Azevedo (2007, p. 118), nota-se que:

O Seridó destacou-se, tanto pela qualidade do algodão produzido, quanto pela quantidade gerada. Em boa parte do século XX, o Seridó se constituiu numa das principais áreas produtoras de algodão do sertão nordestino. A partir da década de 1970 o Seridó apresentou a maior participação no volume de produção de algodão gerado no estado, em relação às demais zonas. Em todas as safras a região deteve mais da metade do volume produzido.

Ao longo do tempo, infelizmente, o algodão Mocó começou a perder espaço, no próprio território brasileiro e no estado potiguar, com base em múltiplos fatores relacionados à hibridação com variedades inferiores, a praga do bicudo, o avanço dos tecidos sintéticos, entre outros. Entretanto, ainda atualmente, são várias as sedes municipais sertanejas que preservam na sua paisagem urbana algumas estruturas e instalações físicas das usinas algodoeiras quando da sua fase áurea (Azevedo, 2007). O bordado do Seridó figura entre um legado no modo de fazer, muito influenciado por essa matéria-prima regional, reconhecido nacional e internacionalmente como um símbolo da nossa cultura e da história do sertão seridoense.

A terceira fase do desenvolvimento econômico do Seridó é marcada pela exploração mineral. A mineração de Scheelita e os depósitos de pegmatitos, particularmente abundantes no município de Currais Novos, são exemplos notáveis dessa atividade. Na década de 1960, a descoberta de minério de ferro na Serra da Formiga ainda gerou comparações com a região de Carajás, embora essa percepção tenha sido ajustada ao longo do tempo no imaginário popular.

Entre as décadas de 1940 e 1980, o Seridó viveu seu período áureo na mineração, impulsionado pela riqueza mineral do Planalto da Borborema e pela demanda global de Tungstênio durante a Segunda Guerra Mundial. Cidades como Currais Novos, Parelhas, Acari e Carnaúba dos Dantas vivenciaram um crescimento econômico notável, impulsionado pela atividade garimpeira. A mineração, ainda hoje, é uma atividade econômica importante para a região, com a extração de Feldspatos, Micas, Berilos, Caulim e Scheelita.

Mais recentemente, a indústria ceramista, concentrada nos municípios de Parelhas, Carnaúba dos Dantas e Cruzeta, também se estabeleceu como uma fonte de recursos econômicos significativa para o Seridó. Esta indústria não apenas contribui para a economia local, mas também influencia a cultura regional, com a cerâmica sendo uma expressão artística.

No entanto, a atividade cerâmica impõe desafios ambientais, especialmente pela extração intensiva de lenha e argila, necessárias como matérias-primas. Essa demanda por recursos naturais coloca em risco a sustentabilidade do bioma local e exige uma gestão consciente e práticas de mineração e produção mais sustentáveis. A presença nessa região de um dos quatro núcleos de desertificação do Brasil é reflexo também desse contexto.

O fato é que a mineração e a cerâmica, portanto, são mais do que atividades econômicas; elas são elementos integrantes da identidade cultural do Seridó, moldando a história, a economia e o modo de vida da região. Talvez de maneira mais setorizada regionalmente

do que as atividades da pecuária e do algodão. Ao mesmo tempo, essas atividades trazem consigo a responsabilidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação do patrimônio natural e cultural para as futuras gerações.

Desse modo, é fundamental reconhecer a riqueza e a complexidade dos aspectos socioeconômicos que caracterizam essa área. Através da análise histórica e das atividades econômicas predominantes, percebemos como a sociedade local se adaptou e ressignificou seu contexto ao longo do tempo, enfrentando as adversidades impostas pelo ambiente semiárido com resiliência e criatividade. Desde os primórdios, com a chegada dos primeiros vaqueiros e a formação dos núcleos urbanos, até o desenvolvimento das atividades de cotonicultura e exploração mineral, o Seridó demonstrou uma capacidade ímpar de transformação e adaptação. As lendas e músicas populares, como a “Prece de vaqueiro”, não apenas narram essas mudanças, mas também imortalizam a identidade cultural e a ligação profunda da população com sua terra.

A diversificação das atividades socioeconômicas, incluindo a agropecuária, a cotonicultura, a mineração e a indústria cerâmica, reflete a busca constante por alternativas de desenvolvimento que sejam compatíveis com as limitações e potencialidades da região. Essas atividades, embora distintas, compartilham um elemento comum atualmente: a necessidade de harmonizar a exploração dos recursos naturais com a conservação ambiental e do patrimônio cultural. Neste contexto, o desafio atual e futuro para o Seridó é o de encontrar caminhos para um desenvolvimento sustentável, que valorize e preserve suas riquezas naturais e culturais.

4.2 Aspectos da Educação

No período colonial, a região do Seridó era caracterizada pela ausência de educação formal. As primeiras famílias, focadas no trabalho com a terra e na pecuária, transmitiam conhecimentos práticos, incluindo noções básicas de aritmética, do latim escutado nas missas, além das habilidades de leitura e escrita (Macêdo, 2005). A educação, embora limitada, sempre foi valorizada pelos seridoenses, que reconheceram nela um meio de progresso.

Os sertanejos possuíam um profundo conhecimento do ambiente natural e dos desafios locais dos sertões, como as secas e a escassez de recursos. Com a chegada das famílias e a consolidação das fazendas, surgiu a preocupação com a educação dos filhos. Inicialmente, o ensino era doméstico, ministrado pelos pais ou por mestres-escolas itinerantes contratados para ensinar as crianças nas próprias fazendas. Essa prática refletia a realidade do Brasil colonial, onde escolas eram raras e o ensino formal quase inexistente (Villalta, 1997).

Adauto Guerra Filho (2024), em entrevista concedida, destaca que nos sertões do Seridó as escolas formais chegaram tardiamente, na época de seus avós era comum o uso do mestre-escola e que foi a partir dos esforços do Padre Francisco de Brito Guerra que a educação formal no Seridó começou a sair das fazendas para o ambiente do estudo mais profundo.

Na época dele [Padre Guerra] e até a época dos meus pais não havia escolas. Não havia escolas nos moldes de hoje. E então, como é que o povo aprendia? Os pais contratavam um mestre, uma pessoa que recebeu o nome de mestre-escola. Podia ser um homem ou uma mulher. E ali, na própria casa do fazendeiro, fazia-se a escola. Na casa de vovô havia uma escola, e vovô era muito pobre. A sala era a única que era rebocada, onde estava a escola. E minha tia Belinha ensinava. Ela foi para Acari, passou três dias recebendo treinamento para ensinar, alfabetizar o povo [...]. E então isso perdurou até que começassem a aparecer as escolas primárias. Escolas primárias, os grupos escolares, e isso foi do fim do século XIX para o começo do século XX. Por exemplo, Cruzeta veio a ter escola dali para cá, onde eu morava. [...] Aí eu me lembro que fui para a escola em 1953 e a escola parece que foi [...]. Era muito difícil, não é como agora. Antes de haver escola pública, havia os externatos. Então, o ensino era muito limitado. Quando uma pessoa aprendia a ler e a escrever, parava; porque, para prosseguir, tinha que ir para o grande centro. E aí, para o grande centro, gastava-se muito dinheiro (Guerra Filho, 2024).

O ensino no Seridó era organizado nas casas das famílias, com a educação sendo uma prioridade. As aulas ocorriam no melhor local disponível, geralmente “a sala rebocada”. No entanto, a continuidade do letramento era limitada devido aos altos custos, acessíveis apenas aos filhos de fazendeiros ou aqueles com patrocinadores. Apesar dessas dificuldades, o seridoense valorizava o aprendizado e o conhecimento, com diversos relatos de ensino e aprendizado na região desde muito cedo. Um exemplo disso é encontrado no discurso de Manoel Dantas (1924, p. 181-182), apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, destacando o processo de valorização da educação regional a partir das ações empreendidas pelo seridoense Thomaz de Araújo Pereira:

Thomaz de Araújo viera desta estirpe e formou o seu caráter forjado em rija tempera ao contacto desses homens. Não era certamente, um estadista, não possuía cultura intellectual. mas era um homem que tinha a visão da instrucção e do progresso. Basta considerar o se-

guinte facto: vivendo no Acary, conhecendo somente os centros populosos de Natal, Parahyba e Recife, sabendo as primeiras letras que lhe ensinaram os padres, procurou educar os netos que filhos varões não teve, ordenando o padre Thomaz de Araújo Pereira, varão illustre, que durante mais de cinquenta annos regeu a freguezia do Acary; **dando ás duas netas os melhores professores e mestras de prendas domesticas e mandando dois outros netos: Manoel Lopes de Araújo Cananèa e Thomaz Lopes, para o collegio Luiz o Grande, de Pariz, onde se educavam os filhos do rei Luiz Felipe** [grifo nosso]. Estes netos não aproveitaram devidamente as lições; mas o gesto de Thomaz de Araújo ficou. Quando o padre Guerra, em 1832, tomou a iniciativa de fundar o *Natalense*, o primeiro periódico que figura na história da imprensa do Rio Grande do Norte, Thomaz de Araújo não só applaudiu a iniciativa, como contribuiu para a sustentação do novo jornal com a dotação de 400\$000.

A valorização da educação nos sertões do Seridó, evidenciada pelas ações que Thomaz de Araújo Pereira, empreendeu para garantir a instrução dos seus descendentes. Apesar de não possuir uma vasta cultura intelectual, ele demonstrou uma visão progressista ao investir na educação dos netos e ao apoiar iniciativas culturais significativas, como a fundação do primeiro periódico no Rio Grande do Norte, o “Natalense”. Além disso, nota-se o fato de que a educação das netas era voltada às escolas de prendas domésticas, e aos netos o estudo no prestigiado colégio Luís o Grande, em Paris. Embora não tenha produzido os resultados esperados, reflete o compromisso do seridoense com a instrução e o progresso. Este episódio ilustra a complexidade e a riqueza das inter-relações sociais e culturais nos sertões daquela época, evidenciando como figuras locais contribuíram para o desenvolvimento educacional e cultural.

Nesse contexto, Câmara Cascudo (1987, p. 263) ainda nos lembra sobre a severidade da educação no Seridó, onde a alfabetização era valorizada e, por vezes, ministrada com métodos rígidos, como o uso da palmatória e pelo princípio de que “a letra entra com sangue”. Essa abordagem tradicionalista e disciplinada visava não apenas o conhecimento acadêmico, mas também a assimilação de condutas morais e sociais para a formação cidadã do seridoense.

Nesse processo educativo do povo seridoense destaca-se ainda a figura de Amaro Bezerra Cavalcanti. Ele nasceu no município de Caicó, no Rio Grande do Norte, em 15 de agosto de 1849. Lá, aprendeu as primeiras letras e o latim com seu pai. Em 1871, mudou-se para a capital, onde, enquanto estudava, ensinava para ganhar o sustento. Era um autodidata que lia com método, construindo uma base sólida de cultura (Albuquerque, 1959).

O ilustre caicoense formou-se em Direito na Universidade de Albany, Nova York, em 1881. Foi Diretor da Instrução Pública no Ceará e Professor de Latim no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1883. Também atuou como Procurador do Banco da República. Na política, foi Deputado no Ceará e Senador pelo Rio Grande do Norte, participando da elaboração da Constituição de 1891. Serviu como Ministro da Justiça no governo de Prudente de Moraes, nomeado em 1897. Em 1905, tornou-se Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores e, em 1906, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal (Lago, 2001).

A relação entre educação e política também pode ser observada na vida de Clementino Medeiros de Faria, pai de Juvenal Lamartine de Faria. José Augusto (1960, p. 6) ilustra, a partir das características observadas de Clementino Faria, o cotidiano e os métodos educacionais da época, marcados por rigor e uma perspectiva conservadora na formação dos jovens:

Era um homem de severos costumes e grande conceito, uma verdadeira autoridade social. Tinha recebido uma certa instrução humanística no famoso Colégio do Padre Rolim, nos sertões paraibanos e cuidou desveladamente do preparo intelectual do seu filho primogênito, que era justamente Juvenal Lamartine. Recebeu este [Juvenal Lamartine] os rudimentos do ensino primário na própria terra do seu nascimento, indo a seguir para a vizinha cidade de Caicó, onde havia uma aula de latim e francês. [...] Em 1891, seu pai mandou-o para Natal a fim de cursar o Ateneu Norte-Rio Grandense. [...] Concluído o curso secundário, matriculou-se o moço serra-negrense na Faculdade de Direito do Recife, única escola de ensino jurídico existente então em todo o Norte do Brasil.

José Augusto expressa evidente admiração por Clementino Faria, uma figura de destaque no Seridó, tanto por seu respeito social e moral quanto por sua profunda conexão com as tradições locais. Clementino, que estudou no “Colégio do Padre Rolim”, na Paraíba, valorizava a educação como um pilar essencial para o desenvolvimento humano e se empenhou para que seu filho, Juvenal Lamartine de Faria, também recebesse uma formação abrangente, preparando-o para contribuir significativamente no cenário político e social.

Apesar das limitações de sua época, com poucas instituições de ensino formal, Clementino reconheceu a importância da educação, influenciado pela Igreja Católica e pela oportunidade que teve de estudar no Colégio do Padre Rolim. Ele representa a mentalidade de muitos fazendeiros no Seridó que viam a educação como um legado valioso, enviando seus filhos para centros educacionais avança-

dos, como Natal para as escolas secundárias, e para Olinda e Recife para as Faculdades de Direito, Medicina, Teologia, entre outras.

Juvenal Lamartine, por sua vez, começou sua educação em Serra Negra do Norte, progredindo em Caicó sob a orientação do professor Manoel Augusto Bezerra de Araújo. Apesar de um início desinteressado, sua transferência para o “Ateneu Norte-rio-grandense”, para estudos secundários em Natal em 1891, marcou uma mudança radical em sua dedicação aos estudos. Ele se destacou academicamente e, após concluir o ensino secundário, ingressou na Faculdade de Direito em Recife, onde foi exposto a ideias modernas e a mestres renomados como Clóvis Beviláqua, discípulo de Tobias Barreto; se tornando o melhor aluno de sua turma, escolhido como orador e premiado com uma viagem à Europa, embora não tenha feito uso dela.

Com o diploma de bacharel em Direito, Juvenal Lamartine retornou ao Seridó e se dedicou à vida pública com uma postura progressista, contribuindo para o avanço social, incluindo a instituição do voto feminino no Rio Grande do Norte. Ele deixou um legado de convicções, enfatizando a importância da educação e do preparo para a vida, com princípios como a seleção cuidadosa de amizades, a integridade nos negócios, a firmeza nas convicções pessoais e a educação dos filhos nos princípios da moral cristã. Ele direcionou os filhos Oswaldo e Otávio Lamartine para estudar na Escola Superior de Agricultura de Lavras, em Minas Gerais. Otávio, por sua vez, foi laureado com um prêmio de especialização na Universidade de Geórgia (EUA) e depois se tornou Diretor do Serviço de Algodão do RN.

Em pronunciamento no Senado Federal, Dinarte Mariz (1975) declamaria um texto, escrito por José Augusto de Medeiros, em homenagem póstuma à Juvenal Lamartine. No texto, destaca-se que, no alto dos seus 80 anos de idade, Juvenal Lamartine, filho de Clementino, deixou alguns apontamentos que refletiam suas convicções e o legado que desejava transmitir, enfatizando a importância da educação e do preparo dos seus descendentes para a vida:

1’ - que façam uma seleção rigorosa das pessoas com quem convivem ou sejam forçados a conviver, a fim de que possam escolher, com segurança, os seus amigos mais íntimos e merecedores de sua confiança. Uma vez fixada a escolha dos amigos, procurar cultivar, com o máximo cuidado, essa amizade, porque não há, desta vida, bem mais precioso do que os de um bom e verdadeiro amigo;

2’ - nunca procurar intimidades com pessoas de conduta duvidosa, nem permitir liberdade com quem ainda não se tem conhecimento seguro de seu caráter;

3’ - não se meter em negócios escusos, atraídos por promessas de grandes vantagens, nem entabular nego-

- ciações de caráter econômico com indivíduos aventureiros;
- 4° - não se deixar dominar por nenhum vício, sobretudo dos que degradam as pessoas que a eles se escravizam como o alcoolismo, o jogo etc.;
- 5° - devem ser intransigentes com suas convicções, mas tolerantes com as crenças alheias, quer sejam políticas, quer sejam religiosas;
- 6° - não façam apreciações apressadas sobre a conduta e procedimento de pessoa alguma, antes de terem o conhecimento seguro da verdade dos fatos, nem usem, em hipótese alguma, palavras desrespeitosas quanto ao procedimento ou conduta da família de qualquer pessoa, mesmo que essa pessoa seja uma inimiga declarada;
- 7° - **procurem educar os seus filhos e pessoas que estiverem sob sua guarda** [grifo nosso] nos mais severos princípios da moral cristã, ensinando-lhes, ao mesmo tempo, a conquistar o seu pão com o suor do seu rosto, pois o trabalho, mesmo o mais humilde, dignifica e enobrece a criatura humana;
- 8° - nunca façam promessas levianas ou difíceis de serem cumpridas, mas, uma vez empenhada a palavra, devem fazer todo o esforço para cumpri-la;
- 9° - sejam fiéis a qualquer compromisso tomado em política, mas procurem sempre se escusar. De qualquer direção política, enquanto no Brasil a política não tomar um rumo elevado e honesto da verdadeira arte de promover o bem do povo;
- 10° - manter e estreitar as relações de amizade e de confiança entre os membros da família, sobretudo entre os irmãos, esforçando-se para resolverem qualquer divergência num ambiente de compreensão e de estima recíproca.

Além de Clementino Faria, outros fazendeiros do Seridó, como Manoel Antônio Dantas Corrêa, também se empenharam na educação de seus filhos, mantendo um forte vínculo com suas terras e valorizando a formação moral e intelectual de seus descendentes. Manoel Antônio, por exemplo, garantiu que seu filho, João Valentino Dantas Pinajé⁴, recebesse educação formal em Olinda, na faculdade de Direito, e se tornando figuras proeminentes na política e na imprensa da época (Cascudo, 1972). Esse cenário foi destacado no Jornal O Povo (1981), de Caicó, evidenciando a importância da educação como símbolo de *status* e progresso na época, pois:

4 João Valentino era neto de Caetano Dantas Corrêa, um dos pioneiros na colonização do que hoje é a cidade de Acari/RN. Ele dirigiu jornais influentes como O Natalense, O Brado Natalense e o Clarim Natalense, e foi deputado provincial, conforme registra Câmara Cascudo (1972).

Seguiram para a capital a fim de continuarem seus estudos os seguintes cidadãos: Joaquim Apolinar Fernandes de Medeiros e José Bernardo Filho, filhos do Senador José Bernardo de Medeiros; Francisco Gorgônio da Nóbrega, filho do capitão Gorgônio Paz de Bulhões; José Próspero de Araújo Fernandes, do Jardim, filho do Juiz de Direito dali, Dr. Manoel José Fernandes, e Juvenal Lamartine de Faria, de Serra Negra do Norte, filho do tenente-coronel Clementino Monteiro de faria [...]

Segundo o Jornal O Povo, os filhos dos fazendeiros do Seridó muitas vezes partiam para as capitais em busca de educação avançada e formação superior, impulsionados pela atividade da pecuária, próspera da região e pelo legado de pais influentes na política e na sociedade. A possibilidade de custear os estudos e a aspiração de que os filhos se tornassem “doutores” motivavam essas famílias a enviar seus jovens para fora, com a expectativa de que retornassem para liderar a sociedade local ou gerir as propriedades rurais.

As escolas secundárias, em especial as Escolas de Latim, desempenharam um papel fundamental na formação dos jovens do Rio Grande do Norte, com instituições estabelecidas em Natal (1731), Assú (1827) e Caicó (1832), essa última onde o Padre Brito Guerra já lecionava antes da oficialização da escola (Macêdo, 2005). Apesar do decreto imperial de 1827 que criou as escolas de Primeiras Letras, muitos fazendeiros mantiveram o ensino doméstico, e a escola em Caicó, fundada em 1830, teve pouca adesão inicial devido à preferência dos fazendeiros e à necessidade de manter as crianças nos sítios.

Nesse cenário, destaca-se ainda a educação das meninas na região do Seridó até a primeira metade do século XIX, que era geralmente centrada em habilidades domésticas – como bordado, culinária e gestão do lar – e com acesso limitado à leitura, escrita e aritmética. Quando o ensino ocorria, geralmente era ministrado em casa para protegê-las de contatos amorosos prematuros. A estrutura patriarcal da sociedade restringia o desenvolvimento intelectual e social das mulheres, consideradas “joias” pelos pais (Macêdo, 2005).

Até o início do século XX, a presença de escolas públicas no Seridó era limitada. Contudo, a situação começou a mudar com a influência de filhos de fazendeiros que haviam estudado fora e retornado à região, como Janúncio da Nóbrega, Diógenes da Nóbrega, Olegário Vale, Manoel Dantas e Juvenal Lamartine. Esses homens, influenciados pelo ideário republicano que ganhava força no Brasil, reconheciam a educação como fundamental para o desenvolvimento da região do Seridó. Com a criação do jornal O Povo em Caicó, esses líderes promoviam os princípios republicanos e a importância da educação, defendendo que o acesso à leitura e às novas ideias poderia estimular o progresso e o desenvolvi-

mento social e profissional da população local. A educação emergiu como um meio significativo de ascensão para muitos filhos da região, que, ao alcançarem o cenário político, trouxeram consigo perspectivas inovadoras, contribuindo para transformações econômicas e sociais no Seridó.

Em todo caso, o avanço das ideias progressistas e da própria educação se revela como um dos pilares fortes da região, estando relacionada à formação de uma mentalidade moderna de sua gente – embora geralmente limitada àqueles que possuíam os meios financeiros e a posição social necessária para esse investimento. A influência dos intelectuais republicanos no Seridó parece ter alcançado resultados significativos para a população e a sociedade da região.

Em 1920, José de Azevêdo Dantas, um homem de origem humilde da região do Seridó, produzia dois jornais manuscritos, “O Raio” e “O Momento”, com o objetivo de disseminar o conhecimento e compartilhar as vivências sertanejas. É notável que José Dantas, mesmo sem ter frequentado a Faculdade de Direito de Recife, alinhava-se ao pensamento dos intelectuais formados naquela instituição e época, defendendo a educação como um direito essencial para a transformação para a população local (Pereira; Fernandes, 2019).

Além disso, José de Azevêdo Dantas via na imprensa uma ferramenta poderosa de educação e cultura, refletindo a crescente valorização da informação como meio de emancipação e desenvolvimento, mesmo em áreas remotas. Ele acreditava que a imprensa poderia levar conhecimento essencial aos mais isolados, iluminando as mentes com a luz da razão. Para ele, a expansão do ensino era, portanto, um processo crucial para capacitar as pessoas a compreenderem as questões em debate e a lutarem por uma vida mais digna e com melhor qualidade. Assim, a educação era vista por José Dantas como uma ferramenta de emancipação, permitindo aos indivíduos não apenas melhorar suas próprias condições de vida, mas contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade e do país.

A Imprensa não é somente a poderosa educadora dos povos, a grande reformadora dos costumes, a orientadora das massas, é também a defensora, a egida, a grande impulsionadora das letras, das artes, das sciencias, a alavanca das indústrias e do progresso dos povos. A Imprensa vae levar aos mais obscuros homens dos lomjiquos recantos os conhecimentos necessários a luz da razão (Dantas, 1924, p. 32).

A visão de José Dantas ressalta, portanto, a importância da educação como um direito de todos e um pilar central para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ele reconhecia que a imprensa e a educação eram complementares na missão de iluminar as mentes e fomentar o espírito crítico e analítico, permitindo-lhes participar ativamente na sociedade.

A partir de meados da década de 1910, houve um aumento significativo na criação de grupos escolares nos sertões do Seridó, indicando uma crescente tendência à valorização da educação na região. O estabelecimento desses grupos escolares sinaliza uma descentralização da aprendizagem formal e a disseminação do conhecimento por essas terras. A inclusão de meninos e meninas nas mesmas escolas marcava uma mudança de perspectiva em relação à educação feminina, que passava a ser mais ampla e igualitária (Pereira, 2018). Logo,

Actualmente o movimento escolar no municipio é a seguinte: As duas escolas izoladas do Grupo Escolar “Thomaz de Araujo” com 40 matriculados, uma escola rudimentar mixta “De Manoel Dantas” no lugar Caimba do Meio, subvencionado pelo Estado e creada em 1º de Agosto de 1921, com uma matricula de 40 alumnos; uma escola rudimentar mixta a povoação de Cruzeta subvencionada pelo Estado, creada em 1923, com uma matricula de 45 alumnos; uma escola rudimentar mixta “(municipal de 1917)” na povoação de Carnauba creada em 1922 e subvencionada pelo Estado, com 46 matriculados; uma escola particular mixta “Dr. José Augusto” no lugar Cardeiro ao norte da cidade, creada em 14 de janeiro do anno fluente, com uma matricula de 40 alumnos; uma escola particular mixta no lugar Pao d’Arco creada em 1924 com uma matricula de 20 alumnos; uma escola particular mixta “Cel. Silvino Bezerra” na cidade, creada em 1924 com uma matricula de 25 alumnos uma escola particular mixta no lugar [ilegível] com uma matricula de 15 alumnos, um instituto “Externato Spenar” na cidade, funcionando sob a direcção do talentoso promotor público Dr. Francisco Menezes, com 18 alumnos matriculados de ambos os sexos, uma escola particular na povoação de Carnauba com alumnos, creada em 1920 por iniciativa particular (Dantas, 1924a. p. s/n).

O combate ao analfabetismo é a pedra angular do edificio social. Abrir escolas fundas instituições de ensino ensinar as primeiras letras e os rudimentos das sciencias, convidar e povo a adquirir as nações indispensaveis ao seu desenvolvimento, despertar o festo pelo aperfeiçoamento [...] (Dantas. 1924b, p.45).

Ainda em meados da década de 1920, José Dantas destacava a persistência do analfabetismo nos sertões do Seridó e a urgente necessidade de abrir escolas de Primeiras Letras para alfabetizar a população e promover o progresso. Ele defendia a instrução como a base da sociedade e via a escola primária como o veículo para a missão educadora e civilizatória nos sertões (Pereira, 2018). Para as crianças e jovens que não podiam frequentar as escolas formais nos

horários regulares devido às obrigações rurais ou outras tarefas essenciais à sobrevivência da família, José de Azevêdo Dantas sugeria alternativas. Ele propunha a fundação de pequenas bibliotecas rurais como complemento à alfabetização e ao desenvolvimento educativo das massas. Ele ressaltava a importância da educação como um direito de todos e um pilar para a construção de uma sociedade digna e coesa. É destacado pelo referido autor:

Venho indicar no breve espaço de que disponho uma medida de salutareos eifeitos para uma população que precisa acima de tudo elevar o seu conceito moral, que pode equiparar-se pelos seus fins utilitarios aos meliores educandarios - é a fundação das pequenas bibliothecas ruraes.

As bibliothecas populares, embora para o nosso meio seja quase de todo desconhecidas, ellas vêm sendo divulgadas entre os povos civilizados como uma neccesidade imperiosa e indispensavel ao desenvolvimento educativo das massas.

“do e qualquer nucleo de população que prim^a pela educação dos seus não deixa de possuir como devido zelo a sua bem montada biblioteca e se de outro modo, os seus recursos financeiros não dão margem para tanto, elles as têm, mesmo em circunstâncias mais modestas.

As bibliothecas do povo estão sendo adoptadas hoje por todos as gentes cultas e bem-organizadas. Ellas vem seccundando proveitosamente a grande obra da alphabetização dos povos (Dantas, 1924c, n.p.).

O discurso de José de Azevêdo Dantas em 1924 reflete a necessidade urgente de acessibilidade à educação para a população rural do Seridó, onde a educação formal era escassa. Sua atuação com o jornal “O Momento” exemplifica a busca por novos ideais educacionais, simbolizando a educação como um direito essencial. Naquela época, o Brasil avançou na universalização da educação, adaptando o currículo escolar às realidades locais e práticas produtivas (Moreira, 2011). A chegada de escolas públicas na região do Seridó, com professores qualificados e currículos adaptados às necessidades locais, marcou um avanço significativo, oferecendo educação secundária nas áreas urbanas e ajustando o ensino nas escolas rurais.

A implementação do ensino médio e técnico pelas escolas estaduais e a introdução da universidade pública na região foram marcos na democratização do acesso à educação e na qualificação de professores. A criação da universidade no Seridó, promovida por Dinarte de Medeiros Mariz, teve um impacto profundo, fomentando a circulação de ideias e formando uma nova geração de educadores e intelectuais comprometidos com o desenvolvimento regional.

4.3 Aspectos da Política

O Seridó, região de relevância histórica sociocultural no Rio Grande do Norte, possui um histórico político extenso e uma trama política complexa. A análise da política regional transcende a narrativa histórica, adentrando uma dimensão interpretativa que considera o impacto das lideranças regionais no país. Tal exame desvenda a influência e as figuras de líderes na configuração política, econômica e social do Seridó ao longo de toda a sua história.

Inicialmente, a partir do século XVII, o sistema administrativo municipal brasileiro estava fundamentado nas Ordenações Filipinas. Essa coleção de leis portuguesas continuou a ser aplicada no Brasil até a entrada em vigor do Código Civil do século XX (Macedo, 2016). Entre as atribuições dos governos municipais estavam a defesa das fronteiras, a preservação da ordem pública e a garantia de recursos para o sustento da população (Gouvêa, 2000). Era exigido que as vilas e cidades construíssem suas próprias Casas da Câmara e Cadeia, com dois andares, sendo que a Câmara Municipal funcionava no andar superior (Macedo, 2016). De acordo com relatos do Presidente da Província, no caso da região do Seridó, nota-se que:

Vila do Príncipe e Acary são nos pavimentos térreos das casas das respectivas câmaras municipais, e têm divisão para homens e mulheres, havendo ali urgência de alguns reparos e outros melhoramentos para segurança e salubridade das prisões⁵ (Macêdo, 2016, p. 74)

No dia 10 de maio de 1812 o capitão Tomás de Araújo Pereira entregou ao senado da Câmara as chaves da casa que serve de cadeia e de Câmara desta cidade, declarando ter sido construída pelo povo e oficiais das guardas, e que ofereciam grátis, com a única condição de não pagar carceragens – os que nele trabalharam, quando porventura fossem presos!⁶ (Macêdo, 2000)

Esse cenário representava uma recompensa tardia para aqueles que haviam investido recursos financeiros e esforço físico na edificação da cadeia. Ninguém desejava enfrentar tais dificuldades no sistema judiciário apenas para obter essa espécie de “prêmio de participação”. Contudo, era o menor dos males dentro dos cenários possíveis (Macêdo, 2016, p. 75).

5 Relatório que o exm. sr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, Presidente da Província do Rio Grande do Norte, apresentou a respectiva Assembleia Legislativa Provincial, na sessão ordinária de 1861.

6 O POVO, 25 de janeiro de 1891. Acervo da Biblioteca Central Zila Mamede.

No livro intitulado “Caicó”, uma publicação de 1982 organizada pelo Centro de Pesquisas Juvenal Lamartine, vinculado à Fundação José Augusto (CEPEJUL-FJA), é apresentada uma relação de quatro Presidentes da Câmara que atuaram durante o período colonial. Esses presidentes incluem o Capitão-mor Cipriano Lopes Galvão (1788 a 1814), seguido por Alexandre Manuel de Medeiros (1814 a 1816), Joaquim Barbosa de Carvalho (1817 a 1818) e Manuel de Medeiros Rocha (1819 a 1823)⁷.

De acordo com Lyra (1907, p. 224) *apud* Costa (2021), o seridoense Thomaz de Araújo Pereira (3º), neto de Thomaz de Araújo Pereira (1º), considerado o patriarca do Seridó, foi eleito em 3 de dezembro de 1821 como um dos integrantes da primeira Junta Governativa da Província do Rio Grande do Norte. Após a organização do estado nacional brasileiro, logo após a Independência, Thomaz de Araújo Pereira foi nomeado presidente da província em 25 de novembro de 1823. No entanto, o político do Seridó postergou ao máximo a cerimônia de posse, que acabou ocorrendo somente em 5 de maio de 1824 (Macedo, 2012).

O período em que ele esteve no governo foi breve, durando apenas cinco meses. Essa brevidade pode ser atribuída ao contexto político bastante instável que a Província do Rio Grande do Norte enfrentava desde a Revolução de 1817. Incapaz de controlar a desordem entre as tropas, Thomaz de Araújo Pereira renunciou ao cargo de presidente da província em 8 de setembro de 1824, retirando-se para Acary (Lyra, 1907; Costa, 2021).

Nesse contexto, de acordo com Costa (2021), o seridoense Manoel Dantas, em seu pronunciamento ao governador José Augusto Bezerra de Medeiros, fez ainda questão de enfatizar sua linhagem, referindo-se a ele como “descendente de Thomaz de Araújo, o primeiro filho da região do Seridó a liderar os rumos do estado sob o regime republicano” (Discurso 1923-1925, p. 177). Essa menção estabelece uma conexão direta entre o primeiro presidente da província e o primeiro governador oriundo do Seridó a administrar o estado. “Esse era o indivíduo a quem o Governo Imperial confiou a inaugural presidência do Rio Grande do Norte” (Discurso, 1923–1925, p. 182), ressaltando a importância e o legado de sua liderança.

7 Dos nomes que aparecem nas duas listas, os de Cipriano Lopes Galvão e de Manuel de Medeiros Rocha estão ligados à administração militar do Príncipe. Ambos foram agraciados com o título de Comandante do Regimento de Cavalaria de Ordenanças da Vila Nova do Príncipe, conforme dados pesquisados por Olavo de Medeiros Filho em registros de Livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara da Cidade do Natal (MEDEIROS FILHO, Olavo de. Índios do Açu e Seridó, p. 151-153) (MACEDO, 2016 Camara).

Do ponto de vista da esfera legislativa do Império, o padre Francisco de Brito Guerra ocupava a cadeira de deputado geral, representando os interesses do povo da ribeira do Seridó. Ele teve papel decisivo enquanto deputado geral nos conflitos de jurisdição que se estenderam pelos anos de 1830, envolvendo os contornos territoriais do Seridó e disputados entre o Rio Grande e a Paraíba, para que o território da Vila do Príncipe ficasse, definitivamente, vinculado à Província do Rio Grande do Norte (Macedo, 2016).

No período da Velha República, dentre os políticos da região, destaca-se ainda José Bernardo de Medeiros. Alinhado com as forças majoritárias no Congresso, como Pedro Velho e Amaro Cavalcanti, José Bernardo foi peça-chave nos eventos políticos do final do século XIX e início do século XX. A sua atuação foi decisiva na oposição à gestão de Deodoro da Fonseca, culminando na renúncia de Deodoro e na ascensão de Floriano Peixoto à presidência. Nesse contexto, ocorreu uma reconfiguração do cenário político estadual, com a deposição de governadores alinhados a Deodoro, incluindo o governador do Rio Grande do Norte, Miguel Castro, em um movimento orquestrado por Pedro Velho e José Bernardo, sob a influência de Amaro Cavalcanti (Lindoso, 1992).

Posteriormente, José Bernardo assumiu um papel de conselheiro na política estadual, recomendando cautela diante dos desdobramentos no âmbito federal e antecipando que a posse de Prudente de Moraes facilitaria a destituição de Pedro Velho do poder. No entanto, com a posse de Prudente de Moraes, Pedro Velho não apenas se manteve, mas fortaleceu sua posição no estado. Diante desse cenário, José Bernardo realinhou-se com Pedro Velho em 1897, assegurando o apoio do Seridó e contribuindo para a consolidação do poder de Pedro Velho na política estadual. Essa aliança foi determinante para neutralizar a oposição e manter a influência de Pedro Velho até sua morte em 1907 (Lindoso, 1992).

Em 1913, a família Albuquerque Maranhão buscava indicar um candidato alinhado aos seus interesses oligárquicos. Contudo, lideranças do Seridó, lideradas por José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, resistiram a essa tentativa, rejeitando a indicação do governador Alberto Maranhão (Macedo, 2012 *apud* Costa, 2021). A oposição seridoense, unida em torno da candidatura de Joaquim Ferreira Chaves, desafiou a escolha dos Albuquerque Maranhão, resultando na eleição de Chaves em 1913, que governou até 1920, encerrando a predominância dos Albuquerque Maranhão no governo do estado (Costa, 2021).

Em 1923, as ambições políticas do ex-governador Ferreira Chaves foram interrompidas quando lideranças do Seridó apoiaram José Augusto Bezerra de Medeiros para o governo do Rio Grande do Norte, com o respaldo de Arthur Bernardes e uma coalizão de lideran-

ças seridoenses, marcando o início da influência seridoense no governo estadual (Lindoso, 1996). Nesse cenário, a ascensão de políticos do Seridó, como José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, ao governo estadual na década de 1920, reflete a emergência regional como força política significativa, contrapondo-se à oligarquia dos Albuquerque Maranhão desde o início da década de 1910. Esse avanço foi impulsionado pelo enriquecimento das elites agrárias da região, vinculadas à produção de algodão Mocó (Macedo, 2012).

Após esse período, duas figuras se destacam como sucessores da mesma linha de José Bernardo. O jovem Juvenal Lamartine surgiu como uma figura proeminente na política do Rio Grande do Norte, especialmente na região do Seridó. Lamartine, um membro influente da elite política regional, teve um papel fundamental na reorganização e fortalecimento do sistema político do Seridó, conseguindo unificar diversas lideranças, inclusive as que anteriormente se opunham ao grupo dominante. A sua capacidade de formar uma aliança entre coronéis fortes e influentes foi crucial para a política da região (Lindoso, 1992).

Além disso, José Augusto Bezerra de Medeiros, aliado próximo de Juvenal Lamartine de Faria, também se destacou como um líder importante na nova ordem política do Seridó. Com fortes laços econômicos e familiares na área, ele era conhecido por sua atuação no parlamento e por seu conhecimento na economia do algodão, além de sua participação ativa no debate político e econômico ao nível nacional. Por outro lado, Dinarte Mariz emergiu como uma liderança emergente durante a Revolução de 1930. Como um jovem coronel, proprietário de terras e comerciante de algodão, Mariz teve um papel ativo na Aliança Liberal, contribuindo para a conspiração militar e mobilizando apoio para a causa. Seu apoio à candidatura de Lamartine ao governo do estado e sua nomeação como Interventor após a Revolução consolidaram sua influência na política do Rio Grande do Norte (Lindoso, 1992).

Segundo o professor Aduino Guerra Filho (2024), a criação da Diocese de Caicó e do Ginásio Diocesano Seridoense, por exemplo, teve muita influência também de Dinarte Mariz. Em 1929, houve uma reunião com o Bispado de Natal e o governador Juvenal Lamartine, com a recepção de Eduardo Gurgel. A cidade que doasse o patrimônio seria escolhida para sediar a diocese. Quando Dinarte soube, enviou um telegrama ao bispo destacando “patrimônio assegurado”. Nesse processo, outro seridoense que teria se destacado no processo de criação da Diocese de Caicó e do Ginásio Diocesano foi o Monsenhor Walfredo que foi falar com Dona Dalila, casada com o coronel Clementino Faria Monteiro, para doação de terras à Diocese.

Para o entendimento do nível de disputas políticas regionais, destacamos o apontamento do professor Adauto Guerra Filho (2024), que cita uma fala de Dinarte Mariz: “Eu não tenho nada contra Walfredo, mas ele não queria que a diocese fosse em Caicó; queria que fosse em Currais Novos porque gostava de jogar baralho e queria ficar longe das vistas do bispo.”

Assim, as forças políticas do Seridó, representadas por figuras como Juvenal Lamartine, José Augusto e Dinarte Mariz, não apenas moldaram a estrutura de poder local, mas também se entrelaçaram intimamente com o apogeu da economia algodoeira na região. O algodão, sendo o motor econômico do Seridó, conferiu a esses líderes políticos uma influência significativa, que se estendia para além das fronteiras regionais e reverberava no cenário político nacional.

À medida que exerciam suas atividades parlamentares, eles utilizavam o peso econômico da atividade algodoeira como uma ferramenta estratégica de poder e negociação, impactando as decisões políticas e econômicas em níveis estadual e federal. A prosperidade trazida pelo “ouro branco” permitiu que esses líderes consolidassem suas bases eleitorais e estabelecessem redes de apoio, fortalecendo suas posições e expandindo sua influência.

A atuação desses políticos no parlamento era diretamente influenciada pelos interesses da cotonicultura, e suas decisões refletiam as necessidades e desafios enfrentados pelo setor. Eles defendiam algumas políticas que favoreciam a produção e comercialização do algodão, buscando melhorias na infraestrutura de transporte, crédito agrícola e proteção tarifária, entre outras medidas que beneficiavam diretamente a região do Seridó e seus produtores.

Além disso, e igualmente importante, ao longo da história regional, a relação historicamente estabelecida entre a política e a educação na região do Seridó. Nesse contexto, o Padre Gleiber Dantas (2024), em entrevista concedida, nos lembra o fato de que:

José Bernardo casou-se com a escola de latim. Então, o cenário de surgimento de José Bernardo de Medeiros é a educação. Posteriormente, com José Augusto em 1924, a posição do Rio Grande do Norte em relação ao Brasil na educação era de segundo lugar. O segundo estado que oferecia a melhor educação pública era o Rio Grande do Norte, perdendo apenas para o estado de São Paulo. Quem é o fundador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte? Dinarte Medeiros Mariz. [...] Talvez isso tenha elitizado a política, mas quem foi para a política? As pessoas que tiveram educação e educação pública. Dinarte estudou na universidade de Caicó, como ele mesmo chama. [...] Era uma mentalidade política que dizia que o povo tinha que ter educação de qualidade, e isso vai se perdendo.

[...]

Isso é uma filosofia de educação. A política do Seridó é marcada pela educação até certo momento e, posteriormente, é fortemente marcada pela chegada de pessoas que buscavam o poder pelo poder. [Atualmente] observamos uma perda, por exemplo, nas tribunas, que estão muito empobrecidas em termos de oratória e escrita, habilidades que estão se perdendo.

[...]

Infelizmente, eu só vejo uma perspectiva para a política: a educação! Não existe mudança social sem uma educação fortalecida, pública e de qualidade para todas as pessoas. E isso, José Augusto disse na tribuna, na Câmara dos Deputados, e Dinarte Mariz afirmou na entrevista do Memória Viva: “Não se pode haver democracia numa república de analfabetos”. E eu tenho isso como uma fê política.

Nesse contexto, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, ganha destaque no cenário regional o também seridoense Monsenhor Walfredo Gurgel. Durante a entrevista concedida, Padre Gleiber Dantas (2024) trouxe interessantes elementos, destacando que:

Eu considero o Monsenhor Walfredo [Gurgel], embora tivesse muita habilidade, um educador na política. Para mim, o político como nós conhecemos foi Dinarte [Mariz]. Bom, mas veja só. Naqueles áudios que Muirakytan gravou comigo, ele fala claramente sobre o nascimento da política do Seridó. Por que o Seridó teve fortalecimento político? Porque teve educação! Só podia votar quem fosse alfabetizado. Então, muito cedo no Seridó, a educação fez a política. Foi a educação que fez a política do Seridó.

[...]

Monsenhor Walfredo, por sua vez, conseguiu dobrar o número de matrículas no Rio Grande do Norte com a construção de muitos estabelecimentos de ensino. Qual era a forma de Monsenhor Walfredo combater a ditadura no passado? A educação. O fortalecimento da educação pública de qualidade. Monsenhor Walfredo é filho de um professor.

[...]

Por que Walfredo entrou na política? Na Revolução de 1930, Monsenhor Walfredo Gurgel escreveu de Roma para sua mãe, dizendo que o lugar de um padre não é na política. Quinze anos depois, em 1945, estava Walfredo Gurgel, ganhando uma campanha política. Agora, lembremos que 1945 foi a chamada campanha da redemocratização. O Brasil ganharia uma nova Constituição, e Walfredo Gurgel foi levado à política para ser, na nova carta magna, uma voz que falasse pela Igreja. Que não

permitisse, por exemplo, a introdução do divórcio no Brasil.

[...]

Naquele tempo, existia a LEC – Liga Eleitoral Católica. A Igreja dava uma lista de pessoas nas quais se deveria votar e nas quais não se poderia nunca votar. Walfredo fazia parte desse movimento porque o Brasil estava vivendo uma redemocratização. Quando ele chegou ao Brasil, em 1932, o país estava passando pela Revolução Constitucionalista, que teve seu foco em São Paulo e culminou na morte de João Pessoa e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Então é um período de ditadura. Em 1937, o Brasil viveu uma de suas piores ditaduras. Walfredo Gurgel era padre em Caicó e começou a se aliar ao integralismo, uma expressão totalitarista brasileira capitaneada por Plínio Salgado, que defendia Deus, Pátria e Família. Olhe as bandeiras que se repetem no totalitarismo. E muito fortemente era a ideia do comunismo. Então, para combater o comunismo, o totalitarismo brasileiro, que era o fascismo inspirado nas ideias de Mussolini, onde ele havia estudado. Graças a Deus, ele logo saiu dessas ideias totalitaristas e foi absurdamente contra a ditadura. Ele foi perseguido pela ditadura. Agora, foi incentivando a educação que ele combateu a ditadura, porque ditadura nem de esquerda ou muito menos de direita. A ditadura é sempre ditadura, é o palco da desumanidade. Um ditador, pelo poder, tortura e mata indiscriminadamente.

Nesse cenário, a trajetória política de Walfredo Gurgel no Rio Grande do Norte se destaca por sua centralidade no processo de redemocratização do país, pela importância que deu ao processo educacional na política e pelos anseios da Igreja como peça-chave na transformação social e política. Ele se diferenciou dos políticos tradicionais da região, como Juvenal Lamartine, Dinarte Mariz e José Augusto. A sua participação na política, especialmente durante a redemocratização do Brasil em 1945, e mais tarde como governador do estado durante a ditadura militar na década de 1960, marcou sua trajetória.

De acordo com o professor Aduino Guerra Filho (2024), no início do processo eleitoral o Monsenhor Walfredo falou com o bispo Dom Delgado e disse que desistiria da eleição se isso fosse causar prejuízo à Igreja, mas Dom Delgado o encorajou a continuar, pois poderia ser muito útil ao Seridó como parlamentar. Na ocasião, o PSD elegeu Walfredo Gurgel, Mota Neto, José Varela e Deoclécio Duarte, enquanto a UDN elegeu José Augusto e o estreante Aluísio Alves. No início, Aluísio e Walfredo divergiam tanto partidariamente quanto ideologicamente.

Em 1948, espalhou-se o boato de que o Nordeste seria iluminado pela energia de Paulo Afonso. Aluísio Alves, muito astuto, fez o projeto do Rio Grande do Norte. Mota Neto, José Varela e Deoclécio Duarte votaram contra. Monsenhor Walfredo, no entanto, votou a favor, surpreendendo a todos. “Que isso, Walfredo? Você vai votar a favor de um projeto que vai engrandecer nosso adversário e o partido dele?” Monsenhor Walfredo teria respondido na ocasião: “Mas, se o projeto é bom para o povo, eu voto a favor.” Isso agradou enormemente a Aluísio Alves, e os dois se tornaram bons amigos. Os tempos se passaram e Monsenhor Walfredo Gurgel não conseguiu se reeleger, retornando a Caicó e abandonando a política. Em 1959, com Dinarte Mariz saindo do governo e o PSD sem respaldo popular, Aluísio Alves escolheu Walfredo como vice-governador, cargo que ele ocupou até se candidatar a senador.

Walfredo fez importantes obras no Rio Grande do Norte, incluindo a construção de pontes, asfaltamento de estradas, criação de postos de saúde, bibliotecas públicas, escolas, o Banco do Rio Grande do Norte e o quartel de polícia, todas sob o olhar da ditadura. Em um incidente, um tenente do exército investigou o uso de dinheiro estadual para pagar passagens para eleitores em Caicó. Walfredo esclareceu que o dinheiro usado era pessoal e não do estado.

Ao pensar sobre o declínio da política no Seridó, destacamos que o Dr. José Augusto deixou o governo em 1954, tornando-se deputado federal seis vezes e mudando-se para o Rio de Janeiro, onde seus filhos se estabeleceram. De acordo com o professor Adauto Guerra Filho, um dos maiores desgostos pessoais de José Augusto foi ter perdido a eleição, inclusive em Caicó, sua própria cidade natal, onde ele afirmou: “fui traído na minha própria terra”.

Dinarte Mariz, por sua vez, envolvido na política desde a década de 1920 e atrelado ao regime ditatorial, fundou o jornal “A Razão” e manteve-se no poder com o cargo de senador biônico até o final de sua vida parlamentar. De 1955 a 1960, ele foi governador, mas não conseguiu eleger seu candidato Djalma Marinho e se desentendeu com Aluísio Alves, que saiu da UDN para o PSB e derrotou o candidato de Dinarte Mariz em 1959.

Walfredo Gurgel demonstrou seu compromisso em alinhar os valores da Igreja com as políticas públicas, em um contexto marcado por ditaduras e movimentos totalitaristas. Sua evolução, de uma postura conservadora para uma firme oposição à ditadura, utilizando a educação como meio de resistência, ilustra a complexidade de seu pensamento político e seu compromisso com a dignidade humana. O final do mandato de Walfredo coincidiu com o declínio da prosperidade das áreas produtoras de algodão no Seridó e as mudanças forçadas na política brasileira sob o regime repressivo da ditadura. O seridoense

José Cortez Pereira de Araújo, natural de Currais Novos, foi nomeado para liderar o Rio Grande do Norte, resultado da indicação de Dinarte Mariz, que foi nomeado senador biônico (Morais, 2020).

A trajetória política dessas figuras no Seridó e sua proeminência em um contexto político mais abrangente estavam diretamente atreladas ao êxito do setor algodoeiro. A relação entre o poder político e o poder econômico se destacava nesse período, evidenciando a interação entre o progresso regional e as forças políticas nacionais.

4.4 Aspectos da Religiosidade

A colonização dos sertões do Seridó pode ser entendida pela tríade “espada-curral-capela”, a partir da conquista militar, a atividade pastoril e a influência da Igreja Católica. Esta última, conforme destacada por Dom José Adelino Dantas (1961), desempenhou um papel crucial na formação das cidades sertanejas, com a edificação de igrejas e capelas sendo um prelúdio ao nascimento de aglomerações urbanas: “na história de nossos sertões, as cidades nascem, quando nascem suas igrejas, suas capelas” (Dantas, 1961, p. 12).

A prática religiosa, inicialmente manifestada em devoções domésticas, ao longo do tempo, demandou a criação de espaços dedicados ao culto e ao gerenciamento das almas, levando à construção de capelas e ao estabelecimento de freguesias. A Igreja, entrelaçando o religioso e o civil, assumiu funções que iam além do registro de eventos vitais e de questões testamentárias, influenciando a configuração social e fomentando a vida comunitária.

Até o século XVIII, no entanto, a vida urbana era escassa nos sertões seridoenses, ao lado de que a distribuição de sesmarias e o levantamento de capelas em fazendas rurais foram eventos significativos, originando as cidades do Seridó (Medeiros Filho, 2002, p. 4). Assim:

A distribuição de datas de sesmarias, nos séculos XVII e XVIII, [...], foi o principal acontecimento ocorrido na região sertaneja. De tempos em tempos, também ocorria o levantamento de uma capela, promovido por proprietários rurais em suas fazendas, lembrando a indispensável influência religiosa naqueles rincões desassistidos. Tais capelas deram origem as atuais cidades de Caicó, Serra Negra do Norte, Acari, Santa Luzia, Pedra Lavrada, Cuité, Patos, Jardim do Seridó e Jardim de Piranhas. Todas tiveram o seu nascimento em fazendas de gado, a partir de uma despreziosa capelinha.

O município de Currais Novos, por exemplo, teve o processo de criação pelo coronel Cipriano Lopes Galvão, a partir de três currais no local, por volta de 1755, o que estimulou o povoamento. O Coronel Ci-

priano Lopes Galvão migrou com sua família para fixar moradia e fundou a fazenda de gados Totoró — que era chamada de “Currais Velhos” — após a Guerra dos Bárbaros (1683 a 1713), quando houve a dizimação da população indígena dos cariris.

Assim, com a expansão da pecuária e o estabelecimento de fazendas de gado, a Igreja Católica impulsionou a fundação de estruturas religiosas nas ribeiras sertanejas. Em 1748, a Povoação do Caicó testemunhou a criação da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó⁸, uma iniciativa da administração colonial para melhor gerir o território e a população (Macêdo, 2007). Sob a jurisdição eclesiástica de Olinda, e pelas mãos de Dom Frei Luís de Santa Teresa, o sétimo bispo, a matriz foi estrategicamente posicionada em Caicó, entre as capelas de Acauã e Serra Negra, consolidando a influência católica e a organização social.

A povoação de Caicó iniciou-se com a edificação da Capela da Senhora Santana do Vale do Acauã, no arraial da Casa Forte do Cuó, que, erguida pelo Coronel Manuel de Souza Forte, por volta de 1683-1700, pode ser considerada o primeiro templo cristão do Seridó. Essa construção desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do Arraial do Acauã, que mais tarde se tornaria a cidade de Caicó — localizada nas proximidades da fonte de água atualmente conhecida como Poço de Sant’Ana (Morais, 2005; Macêdo, 2005). Assim:

Passados os tempos da ocupação inicial do espaço sertanejo, ‘a atividade pastoril prosperava e junto com ela a terra enchia-se de gente. No entanto, nem só de bois vivia o sertanejo. Sua vida religiosa resumida às devoções domésticas, ao terço rezado ao cair da noite, às novenas recitadas nas datas santas, necessitava de uma melhor acomodação sob o teto de templos católicos e sob a autoridade dos padres. Serviços religiosos, ministrados por sacerdotes, somente quando o padre — proveniente do distante Piancó (Paraíba) — passava em desobriga distribuir os sacramentos pelos sertões. A população crescia e a demanda pelos ritos celebrados em logradouros mais apropriados ao culto vicejava também. Três capelas foram erigidas no Seridó, uma no Arraial do Queiquó (Caicó) em 1700, outra na Fazenda Serra Negra, em 1735, e a terceira no Acauã (Acari), em 1735 (Macêdo, 2005, p. 66).⁹

8 A capitania do Rio Grande estava sob a jurisdição religiosa de Olinda, o Bispo daquela cidade pernambucana deliberando acerca dos assuntos espirituais potiguares. [...] *Da Freguesia do Piancó, desmembrou-se a freguesia do Seridó*, sob o título e invocação da Senhora Sant’Anna (Macêdo).

9 Em 1835, a Freguesia de Nossa Senhora da Guia foi criada, elevando sua igreja original ao status de matriz. Posteriormente, entre 1856 e 1865, um novo e mais grandioso templo foi construído para abrigar a freguesia, preservando a Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Morais, 2005).

A cristianização do espaço no Seridó foi evidenciada pela construção de capelas e igrejas, como as seguintes: em Caicó, com a igreja de Nossa Senhora Sant'Ana, datada de 15 de abril de 1748, e a igreja de São Sebastião, em 1º de setembro de 1874; em Acary, com a igreja de Nossa Senhora da Guia, em 13 de março de 1835; em Jardim do Seridó, com a igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 4 de setembro de 1856; em Serra Negra do Norte, com a igreja de Nossa Senhora do Ó¹⁰, em 1º de setembro de 1858; e em Currais Novos, com a igreja de Sant'Ana, em 20 de fevereiro de 1884.

Assim, uma das características marcantes das cidades do Seridó é a presença de um santo ou santa protetora, a quem a comunidade dirige suas preces e súplicas, buscando proteção e amparo. Essa tradição, introduzida pelos colonizadores, permanece viva até os dias atuais, refletindo a identidade religiosa fortemente assimilada pelos sertanejos do Seridó.

O professor Aduino Guerra, em entrevista concedida, destacou ainda a importância da epidemia de cólera, no final do século XIX, para a construção das igrejas de Jucurutu, Flores (atual Florânia), Parelhas, Equador, Picuí e Pedra Lavrada, todas decorrentes de promessas contra a peste e erigidas em homenagem a São Sebastião. Na tabela a seguir, podemos visualizar o histórico regional da construção das igrejas matrizes na região:

Tabela 01: Localização e data de criação das principais igrejas do Seridó potiguar

Cidade	Igreja	Data de Construção
Jardim de Piranhas	Nossa Senhora dos Aflitos	Aproximadamente 1710 (?)
Caicó	Nossa Senhora Sant'Ana	15 de abril de 1748
Acary	Nossa Senhora da Guia	13 de março de 1835
Jardim do Seridó	Nossa Senhora da Conceição	04 de setembro de 1856
Serra Negra do Norte	Nossa Senhora do Ó	01 de setembro de 1858
Jucurutu	Nosso Senhor São Sebastião	01 de setembro de 1874
Currais Novos	Nossa Senhora Sant'Ana	20 de fevereiro de 1884
Flores	Nosso Senhor São Sebastião	5 de abril de 1904

Fonte: organizado pelos autores

10 Havia uma capela primeira de Nossa Senhora do Ó, construída por volta de 1735, na Fazenda Serra Negra.

As primeiras povoações emergiriam ao redor das igrejas, que se tornaram o núcleo para a formação de ruas e o planejamento das cidades. Inicialmente, muitas residências urbanas eram ocupadas esporadicamente, abrindo suas portas somente durante festividades e eventos religiosos, pois os fazendeiros preferiam a vida em suas propriedades rurais. Assim, a igreja desempenharia um papel fundamental de colonização e instrução social e religiosa nos sertões.

À medida que as comunidades cresciam e as capelas se mostravam insuficientes para acomodar todos os fiéis, os fazendeiros impulsionaram a construção de igrejas maiores. Era comum que, em famílias de fazendeiros, ao menos um dos filhos escolhesse o sacerdócio, refletindo a intrínseca relação entre a religião e a vida social dos seridoenses. A fé, entrelaçada ao cotidiano, guiava tanto as relações pessoais quanto as dinâmicas comunitárias. De acordo com Macêdo (2000, p. 19), a Igreja era a responsável não apenas pelas práticas espirituais, mas também pela assistência social, educação e normatização da vida em comunidade.

Nesse processo, as festas de padroeiros e procissões, ainda hoje celebradas com fervor, são consideradas potenciais patrimônios imateriais da região, perpetuando tradições e fortalecendo laços sociais. Entre as práticas de devoção no Seridó, destaca-se o maior santuário religioso da região, o Cruzeiro do Monte do Galo, datado de 25 de outubro de 1927, e a Festa de Sant’Ana de Caicó, considerada o único patrimônio imaterial em nível federal.

Entre alguns dos líderes religiosos que marcaram a história do Seridó, destacam-se figuras como o Padre Thomaz Araújo, responsável pela construção da igreja do Acary, a primeira basílica menor do Rio Grande do Norte, e o Padre de Brito Guerra, primeiro senador do Império que representava a Província do Rio Grande do Norte, além do Padre Justino Pereira. Mais recentemente, destacam-se líderes eclesiásticos como o Monsenhor Walfredo Gurgel, governador do Rio Grande do Norte, Dom José Adelino Dantas, Dom José de Medeiros Delgado, Dom Eugênio de Araújo Sales, Dom Heitor de Araújo Sales, Dom Delson Pedreira Cruz e, recentemente, Dom Antônio Carlos Cruz Santos. Este último, apesar de não ser natural de Caicó, tem se dedicado à região com ações e diálogos com os movimentos sociais, como os atingidos pela barragem das Oiticicas e das diversas questões presentes na Carta do Seridó¹¹.

11 A carta do Seridó foi lida durante o I Seminário Regional sobre os impactos dos parques eólicos na região do Seridó Potiguar – *A vida pulsa no Seridó*, realizado em Caicó/RN no dia 25 de julho de 2022 (ver Apêndice).

A presença da diocese no município de Caicó, desde a década de 1940, significou um marco estrutural e demonstração do fervor social para essa espacialidade. Ainda na década de 1980, no livro organizado pela Fundação José Augusto, após pesquisa com a comunidade, identificou-se a figura do bispo diocesano como a pessoa de maior prestígio e status sociais daqueles sertões. Esse é um contexto que ainda se imbrica, após a criação da diocese de Caicó, com as diversas ações que têm sido desenvolvidas na região do Seridó, tais como: a criação do Ginásio Diocesano Seridoense (1942), atualmente, Colégio Diocesano Seridoense, do Sistema Rural de Comunicação, do Plano de Desenvolvimento do Seridó, da Cáritas Diocesana, entre tantas outras atividades de cunho social e assistencialista aos mais necessitados.

Atualmente, as figuras eclesiásticas continuam a exercer influência política e social. Historicamente, especialmente durante os séculos XIX e início do XX, padres católicos frequentemente desempenhavam papéis de liderança que transcendiam suas funções religiosas, sendo vistos como autoridades morais e intelectuais respeitadas pela população local. Em regiões fortemente influenciadas pelo coronelismo e pelas oligarquias rurais, como o Seridó, os padres atuavam como contrapontos, mediadores ou reforços para as lideranças locais.

A fé e a religiosidade no Seridó não se limitaram ao domínio do homem branco e da Igreja Católica. Negros e indígenas, embora muitas vezes em conflito com as doutrinas católicas, mantiveram uma religiosidade própria, frequentemente marcada pelo sincretismo religioso. Exemplo disso, a criação da Irmandade do Rosário destaca o contexto de resistência no Seridó. Em Caicó, a Irmandade dos Negros do Rosário foi criada em 1771¹² (Dantas, 1961), e no município de Jardim do Seridó a irmandade foi fundada em 1863. Nesse cenário, nota-se que o registro legal da irmandade de Nossa Senhora dos Negros do Rosário seria mais antigo que o da Irmandade das Almas em Caicó¹³. Igualmente interessante, não necessário e diretamente vinculado às perspectivas sincréticas na região, Nestor Lima (1953, p. 85) informou que no Livro de Tombo da Matriz de Sant'Ana foi registrado que, por meio de edital datado de 22 de setembro de 1777, o bispado de Pernambuco:

12 A lei n. 749, de 2 de setembro de 1875, aprovou o acórdão da Irmandade de N. S. do Rosário, da freguesia do Seridó, reformando o capítulo 5º do respectivo compromisso. A lei n. 840, de 16 de junho de 1882, aprovou por sua vez o acórdão da irmandade das Almas da freguesia do Seridó, datada 6 de novembro de 1879.

13 Em 1856, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Azevedo, que, dois anos depois, tornou-se Villa do Jardim.

proibiu “novenas” particulares em honra da Virgem da Conceição e de outros santos, bem como um culto, que o edital chamava de “indecente e supersticioso a São Gonçalo do Amaranto”, e que se realizava por meio de *danças*, “com mistura de um e outro sexo”, comidas, bebidas e cânticos ilícitos, “Que soavam mal aos ouvidos cristãos...” (Livro do Tombo, Caicó, p. 18)

Tais elementos sugerem a presença de um sincretismo religioso no Seridó, evidenciado pelos registros no Livro de Tombo da Matriz. Além disso, de acordo com Pereira e Pereira Neto (2022), a existência de uma irmandade católica nessa época reflete as influências do contexto socioespacial e as relações entre a Igreja e o Estado. Atualmente, a resistência dessas antigas irmandades são exemplos emblemáticos de patrimônio histórico e cultural, simbolizando a resistência e a fusão de crenças em um contexto de dominação católica. Cavignac (2016) destaca que as festividades em honra a Nossa Senhora do Rosário e São Sebastião, por exemplo, são manifestações da luta pela preservação da identidade afro-brasileira.

Há pelo menos um século e meio, todos os dias 29 de dezembro, boa parte da Boa Vista se muda para a casa do Rosário em Jardim do Seridó. “Antigamente”, a corte levava crianças, trouxas de roupas, mantimentos, galinhas vivas, lenha, panelas, tambores, pífaros, tudo que era necessário para passar os quatro dias longe de casa (Cavignac, 2016, p. 144).

Observa-se, portanto, um desejo de integrar escravizados e libertos à sociedade por meio da preservação da irmandade. A dedicação das famílias em sustentar uma tradição religiosa, por meio de uma contribuição anual, e em honrar a memória de seus antepassados é evidente. A religiosidade, as práticas de dança e o senso de pertencimento à “família do Rosário” seriam fundamentais para a identidade cultural quilombola (Cunha, 2009; Silva, 2012; Cavignac, 2016). No Acary, a figura de Manuel Beie personifica a resistência cultural e a manutenção das tradições afro-brasileiras até a década de 1970, mantendo vivas as práticas ancestrais. Em Caicó e em Jardim do Seridó, as irmandades e suas tradições constituem um elemento vital do patrimônio imaterial do Seridó, refletindo a continuidade da tradição:

Trazia consigo toda beleza de um príncipe africano e nas festas do Rosário era um rei. Beie era sinônimo dos negros do Rosário. Com toda dificuldade os negros saíam todos os anos, mantendo teimosamente uma tradição que nossa falta de memória deixou morrer. [...] Quem não sentiu emoção, ouvindo sua voz forte ecoan-

do nas naveas da Igreja de Nossa Senhora da Guia ou de sua querida Senhora do Rosário? [...] Quando chegou ao céu foi recebido por Nossa Senhora do Rosário, que havia lhe preparado uma festa de arromba. “Meu Deus, para quem é essa festa toda? Para você Beie. Aqui no céu você sempre será o rei que não foi na terra” (Batista, 1993, p. 175-176).

Manuel Beie exercia liderança durante a festa do Rosário. A celebração, além de uma prática católica, refletia a sabedoria africana, fortalecendo a fé e a religiosidade. As irmandades tornaram-se espaços de resistência cultural, enriquecendo as cidades com suas festividades. Em Acary, as festas incluíam passeatas com guardas reais, danças e músicos com tambores e pífanos (Santa Rosa, 1974, p. 75). Embora hoje se concentrem mais em atos litúrgicos, essas festas ainda preservam a dimensão social que sustenta a memória coletiva.

O professor Adauto Guerra Filho (2024) também destaca em entrevista a história de João Fortunato, um carpinteiro preto que construiu um grande e antigo cruzeiro na cidade de São José da Bonita. Ele afirmou ter feito isso por ser o primeiro preto a nascer nos primeiros minutos após a promulgação da Lei Áurea com a libertação das pessoas escravizadas.

Quanto à espiritualidade indígena, apesar dos relatos serem escassos, alguns elementos foram preservados e estão descritos no diário do holandês Roulox Baro, tais como as celebrações dos Janduí. Os rituais estariam associados a estados alterados da consciência com o uso de plantas – com o tabaco e a *Carapichea ipecacuanha* – para o diálogo com a própria divindade em práticas de proteção e adivinhação para o bem-estar da comunidade.

No cair da noite, apagavam-se todas as fogueiras e, junto a cabanas improvisadas com folhas, de onde entravam em transe junto ao exercício de sua espiritualidade. Às vezes dois ou três pajés em uma única cerimônia, para a qual haveriam de ter a conversa com a sua divindade – Houchá – a quem recorriam para o direcionamento das dúvidas e das inquietações. Tais direcionamentos seriam repassados a partir dos diálogos empreendidos com o velho Janduí.

Ao longo do tempo, há de se pensar que tais povos também insurgiram em práticas de sincretismo, conforme as condições enfrentadas. De acordo com Macedo (2014), a Igreja Católica, com sua influência e seu poder, conseguiu atrair uma grande parcela da população, incluindo os “índios cristãos”, que representavam 3% dos moradores da Freguesia do Seridó entre 1788 e 1811. Há de se pensar que os indígenas que sobreviveram às guerras foram, na maioria, assimilados ao cristianismo pela dinâmica impositiva da ocidentalização.

Algumas das práticas espirituais no Seridó são mantidas pelas benzedadeiras, que preservam as tradições de cura e proteção. A persistência dessas práticas destaca a importância do sincretismo e da diversidade religiosa como formas de resistência cultural, valorizando a herança espiritual do Seridó. As memórias que hoje se encontram no imaginário popular, como na qual as mulheres indígenas eram pegas a mordidas de cachorros e a cascos de cavalos, devem se constituir em importante patrimônio histórico e cultural da região. As chãs das serras do Seridó, como a Serra da Formiga, Serra de Santana e Serra do João do Vale, devem ser vistas como bibliotecas arqueológicas, aguardando a escrita de novos capítulos sobre um complexo traçado social.

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

AVENIDA
CEL. MARTINIANO
A LOJA DO POVO
SERTANEJA TEL. 421 1260

5 – MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: OS BENS MATERIAIS E IMATERIAIS

E toda essa tradição parece está sendo arredada das lembranças e varrida das casas como uma nódoa. A obrigação de mantê-la viva não é por soberba descabida e sim por respeito ao tempo que se foi, pois é com os cacos das coisas que se reconstitui um passado e se argamassa a história de um povo (Faria, 1984, p. 39-40).

O conceito de patrimônio cultural tem se ampliado significativamente, transcendendo os grandes monumentos históricos de civilizações antigas, como aqueles que temos no Egito, na Grécia e em Roma, para incluir a rica diversidade cultural de todas as sociedades. Tradicionalmente associado a bens materiais, o entendimento de patrimônio evoluiu com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, que reconheceu a importância de uma gama mais ampla de expressões culturais (Katz, 2016).

Atualmente, o patrimônio abrange tanto aspectos materiais quanto imateriais, refletindo a identidade de um povo e contribuindo para a identidade e memória coletiva (IPHAN, 2012) e sendo caracterizado por uma carga social, simbólica ou afetiva por parte da comunidade (Guillaud, 2015). No território brasileiro, o Decreto n° 3.551 de 4 de agosto de 2000, utilizado pelo IPHAN, orienta os inventários do patrimônio cultural imaterial, categorizando-os em quatro categorias: os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares.

No Seridó, a diversidade do patrimônio cultural, seja material ou imaterial, é um reflexo das práticas sociais e culturais que se desenvolveram ao longo do tempo. Elementos como as edificações históricas e sítios arqueológicos, festas e celebrações tradicionais, práticas culturais, o conjunto de saberes e ofícios tradicionais, são essenciais para a identidade dos seridoenses. Eles possuem uma carga de valores sociais, afetivos e culturais que os tornam especiais para a comunidade. Esses bens culturais, transmitidos por gerações, mesmo que não todos formalmente reconhecidos pelo IPHAN, são integrados às vivências locais e vinculados a um passado compartilhado que resiste. A proteção desses bens tem sido, por vezes, pontuada por meio de legislações estaduais e municipais, que estabelecem medidas específicas para o reconhecimento e a salvaguarda do patrimônio cultural do Seridó.

O patrimônio cultural regional se constitui em um mosaico de elementos que refletem a natureza, a memória, a socioeconomia, a fé, a criatividade e a vida cotidiana. A preservação desses bens é vital para manter viva a memória coletiva e fortalecer a identidade cultural

dos seridoenses, representando a alma e raízes de uma comunidade que celebra a herança cultural. Assim, entre alguns dos bens materiais, destacam-se edificações históricas como a Usina de Beneficiamento de Algodão em Cruzeta, a Casa de Cultura de Florânia, e o Sobrado do Professor Jesuíno Azevedo em Jardim do Seridó, reconhecidos pela Fundação José Augusto.

Estas estruturas representam a arquitetura e a economia da região em diferentes períodos, com a usina refletindo a importância do algodão na economia local. A Casa Paroquial em Jardim do Seridó e a Residência na Praça Cristo Rei em Currais Novos são arquétipos de residências que contam a história social e religiosa da região. A Casa Grande da Fazenda Timbaúba em Ouro Branco e o Sobrado de Parelhas são marcos da arquitetura rural e urbana, respectivamente, e testemunham o modo de vida dos habitantes do Seridó em tempos passados. A Igreja de Nossa Senhora Do Ó em Serra Negra do Norte e a Catedral de Sant'Ana em Caicó são exemplos de patrimônio religioso que não somente servem como locais de culto, mas também como centros de comunidade e identidade cultural. A Basílica Menor de Nossa Senhora da Guia em Acari é um marco religioso e arquitetônico de grande relevância.

No que diz respeito ao patrimônio imaterial, a região do Seridó é rica em festividades e práticas culturais. As festas de padroeiros, como a de São Sebastião em Parelhas, a de Santana em Currais Novos, Caicó e Santana dos Matos, e a de Nossa Senhora do Ó em Serra Negra do Norte, são eventos que reúnem a comunidade e reforçam a identidade regional. A Dança do Espontão e a Festa de Nossa Senhora da Conceição em Jardim do Seridó são modelares de tradições. Além disso, as práticas como os saberes tradicionais são reconhecidos como patrimônio imaterial, destacando a importância da medicina tradicional e das crenças locais.

Além disso, a música também é um elemento vital do patrimônio cultural do Seridó, com a presença de bandas tais como a Euterpe Jardimense (Jardim do Seridó), a Filarmônica Recreio Caicoense (Caicó), Filarmônica Maestro Felinto Lúcio Dantas (Acari), a Filarmônica Honório Maciel (São João do Sabugi), entre outras. Algumas dessas obras são reconhecidas por leis estaduais e municipais. Essas bandas não apenas proporcionam entretenimento, mas também são instituições que preservam e transmitem o conhecimento musical.

A proposição inicial de um inventário geral de bens culturais e naturais, bem como a perspectiva da criação de leis de proteção, são fundamentais para garantir que essas riquezas culturais sejam preservadas para as futuras gerações. Em suma, o patrimônio é um conjunto de elementos materiais e imateriais que refletem a história, a fé, a criatividade e a vida cotidiana da região. A seguir, serão explorados os

elementos que constituem atualmente o patrimônio da região do Seridó. Esses elementos serão analisados em detalhe e configuraram-se nos pilares da identidade cultural do Seridó, fruto de sua herança cultural (Tabela 02).

Tabela 02: Lista dos bens do patrimônio cultural e natural do Seridó potiguar reconhecidos

Bem Tombado ou Patrimônio	Local	Data	Reconhecimento
Usina de Beneficiamento de Algodão	Cruzeta	23/03/2006	Fundação José Augusto
Casa de Cultura de Florânia	Florânia	23/03/2003	Fundação José Augusto
Sobrado do Profº Jesuíno Azevedo	Jardim do Seridó	23/03/2006	Fundação José Augusto
Casa Paroquial	Jardim do Seridó	30/08/1989	Fundação José Augusto
Residência na Praça Cristo Rei	Currais Novos	30/09/2004	Fundação José Augusto
Casa Grande da Fazenda Timbaúba	Ouro Branco	24/10/1987	Fundação José Augusto
Sobrado de Parelhas	Parelhas	16/10/2004	Fundação José Augusto
Imóvel na Rua Dom José Delgado	Serra Negra do Norte	09/09/2006	Fundação José Augusto
Grupo Escolar José Batista	Timbaúba dos Batistas	12/08/2005	Fundação José Augusto
Sítio Arqueológico do Pintado	Timbaúba dos Batistas	27/04/2005	Fundação José Augusto
Igreja de Nossa Senhora Do Ó	Serra Negra do Norte	11/05/2007	Fundação José Augusto
Casa de Câmara de Cadeia	Acari	16/06/1964	IPHAN
Igreja de N.S do Rosário	Acari	16/06/1964	IPHAN
Irmandade de São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário, e a Festa do Rosário	Jardim do Seridó	12/12/2023	Legislação Estadual – LEI Nº 11.624
Banda de Música Euterpe Jardinese	Jardim do Seridó	12/12/2023	Legislação Estadual – LEI Nº 11.623
Capela da Cruz de Zé Leão e o Santuário das Graças	Florânia	01/08/2023	Legislação Estadual – LEI Nº 11.523
Catedral de Sant'Ana	Caicó	24/03/2023	Legislação Estadual – LEI Nº 11.385

Barragem Marechal Dutra – Açude Gargalheiras	Acari	20/01/2023	Legislação Estadual – LEI N° 11.365
Festa de São Sebastião	Parelhas	14/12/2022	Legislação Estadual – LEI N° 11.295
Festa de Santana	Currais Novos, Caicó e Santana dos Matos	11/07/2022	Legislação Estadual – LEI N° 11.198
Dança do Espontão	-	20/06/2022	Legislação Estadual – LEI N° 11.160
Festa de Nossa Senhora do Ó – Padroeira de Serra Negra do Norte	Serra Negra do Norte	27/04/2022	Legislação Estadual – LEI N° 11.095
Basílica Menor de Nossa Senhora da Guia	Acari	11/04/2022	Legislação Estadual – LEI N° 11.079
Filarmônica Honório Maciel	São João do Sabugi	20/01/2022	Legislação Estadual – LEI N° 11.063
Santuário do Monte do Galo	Carnaúba dos Dantas	14/01/2021	Legislação Estadual – LEI N° 10.829
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Acari	-	Legislação Estadual
Festa de Nossa Senhora da Conceição	Jardim do Seridó	-	Legislação Estadual
Cavalgada	Rio Grande do Norte	07/11/2023	Legislação Estadual – LEI N° 11.579
Saberes, conhecimentos e práticas tradicionais de saúde popular e cura religiosa das benzedeiras	Rio Grande do Norte	04/05/2021	Legislação Estadual – LEI N° 10.892
Encontro da Família Toscano De Medeiros	Florânia	19/11/2022	Legislação Municipal – LEI MUNICIPAL N° 961
Festa de Nossa Senhora Das Graças	Florânia	08/11/2021	Legislação Municipal – LEI MUNICIPAL N° 925
Bolacha de Leite	Florânia	11/10/2021	Legislação Municipal – LEI MUNICIPAL N° 921
Evento do Carnaxelita	Currais Novos	05/10/2023	Legislação Municipal – LEI DE N° 3.888
Festa de Vaquejada	Currais Novos	04/07/2023	Legislação Municipal – LEI DE N° 3.860
Obra Literária de José Bezerra Gomes	-	19/11/2021	Legislação Municipal – LEI N° 3.700

Banda Musical Maestro Santa Rosa	-	08/11/2018	Legislação Municipal – LEI DE Nº 3.393
Festa de Santana	Currais Novos	15/12/2022	Legislação Municipal – LEI DE Nº 3.815
Cruzeiro localizado na saída para o Sítio Boqueirão	Parelhas	04/11/2002	Legislação Municipal – LEI Nº 1028
Cruzeiro do Galo	Rua José Augusto de Medeiros	14/04/2004	Legislação Municipal – LEI Nº 1064/2004
Carnaval do Povoado Santo Antônio (Cobra)	-	29/09/2009	Legislação Municipal – LEI Nº 2131/2009
Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros	Parelhas	20/11/2009	Legislação Municipal – LEI Nº 2135/2009
Banda de Música Filarmônica 11 De Fevereiro	Parelhas	18/03/2022	Legislação Municipal – LEI Nº 2654/2022
Procissão de São Sebastião	Parelhas	13/10/2022	Legislação Municipal – LEI Nº 2684/2022
Peixe frito da barragem Boqueirão	Parelhas	20/12/2021	Legislação Municipal – LEI Nº 2637/2021
Dia da Bordadeira e do Artesão	Timbaúba dos Batistas	21/10/2013	Legislação Municipal – LEI Nº 319/2013
Filarmônica Honório Maciel	São João do Sabugi	31/08/2021	Legislação Municipal – LEI Nº 839/2021
Filarmônica Recreio Caicoense	Caicó	14/10/2021	Legislação Municipal – LEI Nº 5.345
O Poço de Sant'Ana, o Serrote da Cruz, a Casa Forte do Cuó, a Casa de Pedra de Caicó, o Ortognaisse Caicó, a Serra de São Bernardo, a Cachoeira dos Culumins, a Casa de Pedra dos Culumins, o Serrote das Canoas, a Pedra do Sino, o Serrote Grande do Riacho dos Cavalos, Pé de Baobá do Sítio Manhoso e a Gruta da Caridade.	Caicó	04/05/2018	Legislação Municipal – LEI Nº 5.079

Fonte: organizado pelos autores

5.1 Os saberes

No registro dos saberes, serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. A comunidade da região do Seridó é guardiã de uma gama de conhecimentos e modos de fazer que são transmitidos de geração em geração. Esses incluem práticas relacionadas à construção de cercas de pedras, ferros de gado, flandres, indumentárias de couro, louças, além da alimentação, como a preparação de pratos típicos; ao trabalho com o couro, refletindo a importância da pecuária na região; à arte sacra, que se manifesta na ornamentação das igrejas e na produção de imagens religiosas; ao bordado, uma expressão artística fina que adorna tanto o vestuário quanto os lares seridoenses, entre tantos outros.

As cercas de pedras

As cercas de pedra são mais do que uma técnica de construção; elas são um símbolo da identidade do homem do Seridó, transmitido de geração em geração e enraizado na memória e no imaginário das pessoas da região. Tais formas na paisagem representam um patrimônio cultural e ambiental valioso, construídas a partir dos elementos da natureza, resistentes ao tempo, eficazes na delimitação de terras e portadoras de identidade para o homem do campo.

Tais elementos na paisagem representam uma herança da época colonial, essas estruturas simbolizam as primeiras divisões de terras, criadas com o intuito de separar os cercados para a criação de gado e outros animais ruminantes, especialmente durante os períodos de estiagem. Ao longo dos séculos, as cercas de pedra não apenas se estenderam pelos contornos territoriais do Seridó, mas também sobreviveram como testemunhas de resistência da história e da resiliência dos seus habitantes. Além disso, é destacado pelo Padre Gleiber Dantas (2024):

Existe no ser humano a necessidade de prover sua proteção. E no Seridó nós temos necessidade de proteção. As cercas de pedras são proteções, porque você tem ali uma verdadeira muralha. Evidentemente que há locas ali dentro. Mas presta atenção que a cerca de pedra bem-feita ela é toda fechadinha, não são somente os grandes blocos de pedra. Você tem necessidade de pedras pequenas que vão como que tapando os buracos, para que bicho peçonhento não passe, sobretudo, as serpentes e cobras.

Embora hoje sejam menos numerosas, devido à complexidade de sua construção e escassez de profissionais especializados, sua presença ainda é significativa e elas continuam a ser um símbolo de

rusticidade e identidade regional. As cercas são um patrimônio material visível em toda a região, desde as margens das rodovias até as propriedades rurais particulares.

Um exemplo disso é a cerca de pedra localizada no Sítio Bidentes, no município de Caicó/RN, que serve como divisa entre duas propriedades rurais e como proteção da pastagem, preservando a vegetação e o pasto para os períodos de seca, garantindo alimento para os animais. As cercas são construídas artesanalmente, empilhando pedras umas sobre as outras sem o uso de argamassa ou qualquer outro material de sustentação, uma técnica que reflete a engenhosidade e a experiência do homem sertanejo (Oliveira; Ferreira, 2015).

Além de sua função prática, as cercas de pedra carregam consigo memórias e afetos, constituindo-se como um legado que conecta o sertanejo ao seu passado e à sua terra. O senhor Antônio de Medeiros Pereira (2024)¹⁴ destaca sobre essas construções arcaicas:

A cerca de pedra é boa porque serve para segurar os bichos. E quando cai o material fica encostado. Hoje em dia é difícil ter pessoas que façam cercas de pedra, pois a maioria das pessoas que tinham conhecimento já faleceram. As cercas de pedra fazem parte da identidade do povo do Seridó porque antigamente era só o que tinha: cerca de pedra e de vara.

O depoimento do senhor Antônio Pereira revela a importância multifacetada das cercas de pedra no Seridó. Inicialmente, ele destaca a funcionalidade dessas estruturas na criação de animais, enfatizando sua durabilidade e a facilidade de reconstrução, já que as rochas permanecem no local mesmo após a queda de uma cerca. No entanto, ele também aponta para uma realidade preocupante: a arte de construir essas cercas está se perdendo, com a escassez de sertanejos especializados na área, e apenas alguns jovens ainda possuem essa habilidade.

Os ferros de ribeira

A ferra do gado no sertão nordestino, herdada dos colonizadores portugueses, reflete a adaptação, as relações sociais e a persistência dos habitantes da região. A marcação, feita com ferros aquecidos, transcendia a mera identificação de propriedade, tornando-se uma expressão de identidade cultural e social. As marcas, carregadas de significado pessoal e familiar, eram forjadas por artesãos e escolhidas após cuidadosa votação entre os vaqueiros experientes.

14 Entrevista concedida na residência do entrevistado no sítio Brabo, município de Caicó, no ano de 2024.

A tarefa de escolher um ferro ou um sinal é difícil. Reúnem-se os mais experimentados vaqueiros, discutem, desenham no chão propostas de marcas, comparam com outras, apagam, traçam novamente. Passam horas a fio nisso, até acharem um ferro ainda não usado, um sinal nunca visto. Tal marca parece a de fulano, tal de sicrano; uma tem muito fogo, queima muito, outra é feia, “sem graça”. Chocam-se opiniões, acaloram-se teimas (Barroso, 1962, p. 160).

Antes de as propriedades serem cercadas e o gado vagar livremente, a “marca da ribeira” era usada para indicar a origem geográfica do gado. Essa marca representava uma área específica, diferenciada pelo nome dos rios que a atravessavam, e era acrescentada à marca própria de cada fazendeiro. Quando um animal se desgarrava, a “marca da ribeira” facilitava a identificação da origem e era um dever moral dos vaqueiros informar o proprietário sobre o paradeiro do animal, honrada prática no sertão (Barroso, 1962; Ferreira, 1999).

Nesse cenário, a apartação, um evento social e comercial, era uma ocasião para reunir o gado para identificação e negociação, frequentemente seguida por festividades como a vaquejada. Luís da Câmara Cascudo (2005) relata que os vaqueiros antigamente dedicavam semanas para reunir o gado disperso, culminando na “festa da apartação”, onde se realizavam negócios e se selecionavam animais para a vaquejada. Com a introdução de cercas, a prática da apartação caiu em desuso (Ferreira, 1999).

Em pesquisa realizada por Paes (2012) na Paraíba, nenhum registro atual das apartações e nenhuma das pessoas as quais se teve acesso destacaram algum conhecimento dessa prática na atualidade (Paes, 2012). Apesar das mudanças sociais e tecnológicas, a tradição dos ferros de marcar gado permanece como parte da história e dos momentos catalisadores da história dos sertões do Seridó. Alguns estudiosos, como Oswaldo Lamartine de Faria (1984), enfatizam a importância de preservar essas tradições como um respeito ao passado e à história do povo sertanejo. “O que é símbolo de sadio orgulho e maior respeito entre todos os povos pastores da terra, está em nossos sertões se delindo pelo descaso de muitos [...]” (Faria, 1984, p. 39). Atualmente, os ferros são guardados como heranças familiares e símbolos de orgulho da criação de gado dos antepassados. Alguns desses ferros históricos estão preservados em museus na região, como o Museu de Acari (Museu do Sertanejo) e o Museu do Seridó em Caicó/RN, evidenciando a importância dessa tradição para as comunidades atuais e futuras.

As vestimentas e as indumentárias de couro

As roupas no Seridó transcendem sua função prática e se tornam expressões tangíveis da identidade cultural e do estilo de vida da comunidade. Elas refletem as relações sociais, econômicas e culturais da região, gestando identidade e simbolizando poder. Tradicionalmen-

te, as vestimentas dos seridoenses estavam adaptadas às atividades rurais, como o manejo do gado, exigindo resistência e praticidade. O uso do encoramento, roupas feitas de couro, por exemplo, tornava-se uma constante no Seridó, tendo em vista a lida laboral em que o homem precisava resistir aos espinhos da caatinga, sendo comum entre os vaqueiros (Macêdo, 2005).

No que diz respeito às indumentárias e roupas de couro, estas simbolizavam a resistência dos animais ao meio ambiente e, como tal, o homem, em sua sabedoria, percebeu que o uso da pele dos animais servia às suas atividades e protegia seu corpo da crueza da caatinga. O uru, por exemplo, seria um dos cestos de couro cru ou sola, mais usado na labuta sertaneja no Seridó (Nóbrega, 1968). Para Azevedo (2007), a arte de trabalhar o couro e fazer uso do mesmo na lida diária constituiu-se, sobretudo, numa representação cultural simbólica regional muito forte. A sela de montaria, os arreios, a vestimenta, o gibão, que mais parece uma armadura contra a hostilidade severa e espinhosa da caatinga, o chapéu chato e redondo, dentre outros acessórios, constituem-se em aparatos-chave na vida do sertanejo.

Como disse Euclides da Cunha (2003), o sertanejo molda-se às feições do meio, uma vez que, vestido de outro modo, não conseguiria atravessar inalterado a caatinga e os pedregais cortantes desse espaço. A sociedade do couro nos sertões surge com a própria chegada do colonizador aos sertões de dentro, e as vestimentas de couro tornam-se um símbolo perpetuado na cultura, principalmente associadas à figura do lendário vaqueiro.

Em contraste, as indumentárias festivas também exibiam elegância com bordados e adornos, refletindo momentos marcantes da vida social. Nesse caso, Sebastiana Marta de Medeiros Machado, representante da Fazenda Riacho do Roçado, na festa da Colheita, do município de São José do Seridó, destacou em entrevista como as roupas podem simbolizar a economia e a cultura local, utilizando o algodão em suas vestimentas como forma de caracterização. As roupas no Seridó, portanto, assumem um papel patrimonial, onde experiências e afetos são tecidos, promovendo a identificação com o “estilo seridoense” e preservando elementos característicos da sua cultura.

Esse é um contexto observado por João Quintino de Medeiros Filho (2021) sobre as vestimentas e a moda no Seridó, evidenciando a roupa como um símbolo de identidade regional. As roupas são documentos históricos vivos, sujeitos à análise e interpretação, que revelam as nuances de uma sociedade e mantêm suas simbologias ao longo do tempo. Mesmo com a introdução de novos elementos, as vestimentas mantêm sua essência de identificação social, como apontado por Meneses (1998), expressando o passado de maneira sensorial.

Os bordados do Seridó

Os bordados do Seridó, com suas cores vibrantes e tons quentes que evocam a paleta natural da região, são mais do que simples adornos têxteis; eles são uma expressão de identidade e pertencimento para os seridoenses. Algumas das coleções regionais ilustram essa conexão, incorporando elementos como flores locais e tonalidades características do Seridó, e empregando como modelos as próprias pessoas da região – artesãs, artistas e pintoras – que veem nas vestimentas um patrimônio e um discurso sobre sua terra e seu povo.

A representatividade dos bordados do Seridó transcendeu fronteiras locais, conquistando reconhecimento em todo o Brasil por sua beleza, tradição e singularidade. Artistas nacionais foram vistas usando peças adornadas com esses bordados, o que representa um marco para a identidade cultural da região (Melo, 2022). Mais recentemente, é destaque nacional os bordados produzidos pelas mulheres de Timbaúba dos Batistas para as Olimpíadas de Paris.

Além do reconhecimento popular, o bordado do Seridó alcançou um prestígio institucional em 2020, quando as associações e cooperativas de bordadeiras da região obtiveram o Selo de Indicação Geográfica (IG) concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) (Melo, 2022). Esse selo é um testemunho da expressividade e da importância do bordado como elemento identitário para as pessoas do Seridó, que se veem refletidas nas tramas e nos motivos naturais e culturais que as peças bordadas representam.

A Mineração de Schelita – a Mina Brejuí

No município de Currais Novos, os mineradores desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do Seridó, sendo a Mina Brejuí a mais antiga empresa de extração e beneficiamento de Scheelita ainda em operação na região. Reconhecida como uma das minas mais visitadas do Brasil, a Mina Brejuí abriga um museu que preserva um acervo valioso de documentos, fotografias e materiais que narram a história da mineração local.

Atualmente, a Mina Brejuí é um pilar da economia de Currais Novos e do Seridó, contribuindo significativamente para o processo econômico da região. O Museu Mineral e o Memorial Thomaz Salustino, instalados no local, são atrativos que potencializam o turismo escolar e de diversos segmentos interessados em conhecer e vivenciar a história da mineração no Seridó, desde seu passado até os dias atuais. Visitar a Mina Brejuí é revisitar fatos históricos e imergir nas memórias e objetos, que estão entrelaçados com as paredes e minerais do local.

É compreender como os sertanejos dedicaram suas vidas à extração de scheelita e como a mineração continua a influenciar a vida dos habitantes da região, com a extração de diversos minerais, incluindo mármore, quartzo, malaquita, feldspato e biotita.

A Mina Brejuí constitui-se como um patrimônio material dos sertões do Seridó, carregando um valor identitário que permite observar as inovações tecnológicas que chegaram à região, como o cinema e a primeira operadora de TV a cabo dos sertões. Além disso, os visitantes têm a oportunidade de apreciar a vila que se desenvolveu ao redor da mina. Essa vila foi originalmente formada pelos trabalhadores que chegaram para trabalhar na Mina Brejuí em tempos passados e que deixaram suas moradias e legados naquele espaço.

Atualmente, a vila é habitada por descendentes desses primeiros trabalhadores, que mantêm vivas as memórias e identidades relacionadas ao trabalho na mina e à cultura do Seridó.

Os cachimbos

A tradição do cachimbo nas Américas tem suas raízes nas primeiras sociedades que estabeleceram seu modo de vida no continente. Os povos indígenas utilizavam o cachimbo em rituais para defumar os enfermos, buscando a cura do corpo e da alma. Eles enchiam o cachimbo com ervas medicinais e tabaco enrolado em folhas. Com o tempo, essa prática cultural dos nativos foi adotada pelos colonizadores europeus, que se afeiçãoaram ao costume indígena. Os cachimbos eram confeccionados com materiais simples e rústicos.

Inicialmente empregado como um elemento sagrado em rituais de cura e para afastar espíritos malignos, o cachimbo evoluiu para se tornar um símbolo cultural associado, até certo período, à sabedoria e intelectualidade. Nos sertões do Seridó, a cultura do cachimbo seguiu um caminho semelhante, sendo utilizado tanto para fins curativos quanto para o simples prazer de apreciar as ervas e o tabaco, proporcionando momentos de relaxamento e contemplação.

No Seridó, a profissão de cachimbeiro(a) era comum nas residências sertanejas, onde muitos desenvolveram a arte de fabricar cachimbos como uma fonte de renda adicional. A história de Dona Elvira, uma cachimbeira de São Vicente/RN, ilustra essa tradição.

Eu comecei com idade de 8 anos e de lá pra cá, as ferramentas foram se perdendo, tudo se acabando. Aí, se acabou. Agora só tem essa lembrança (dona Elvira mostra seu cachimbo). Agora, esse trabalho, era um trabalho muito difícil porque só num cachimbo desse se pegava 25 vezes para fazer um. Trabalhava com serra, com lima, com grosa, com tesoura, com tudo o que era coisa que trabalhava nele. Depois, ainda se forrava, fazia essa

boca de tampa de garrafa e ainda ia ajeitar e passava o verniz com goma e os produtos que tinha... Era um serviço meio pesado. As mãos da gente ficavam numa seboseira tão grande que só largava se fosse com álcool. Era tão encardida (Museu de São Vicente, 2020)¹⁵.

Em 2020, aos 65 anos, ela recordava que, desde os 8 anos, trabalhava na confecção de cachimbos, uma habilidade que aprendera com seu pai. Dona Elvira lembrava com carinho dos tempos antigos, apesar de reconhecer que era um trabalho árduo, que exigia esforço na fabricação e deixava marcas em suas mãos devido ao uso de ferramentas e matérias-primas. A produção de cachimbos era um processo demorado e meticuloso.

Atualmente, são poucos os cachimbeiros que se dedicam a essa arte na região, e menos ainda são os que utilizam o cachimbo, em parte devido aos possíveis malefícios associados ao consumo excessivo de tabaco. No entanto, os cachimbos e os cachimbeiros são parte integrante do patrimônio material e imaterial do Seridó, representando uma rica herança cultural da região.

A Culinária Seridoense

No Seridó antigo “tomava-se café as cinco da manhã, almoçava às oito, jantava-se às duas da tarde e ceia-se às sete da noite. Dormia-se meia hora depois desta última refeição. Acordava-se cedinho” (Nóbrega, 1978, p. 69) para a lida com o gado e a casa.

A culinária tradicional do Seridó, enraizada nas práticas rurais e no legado colonial ainda do século XVIII, mantém-se como um pilar da identidade cultural da região, resistindo ao processo de urbanização e modernização. Com iguarias que têm como base a carne, o leite e os produtos da agricultura familiar (Cavignac, 2018), a gastronomia seridoense é um patrimônio cultural que evoca memórias, os sentidos e os afetos, passando de geração em geração e permanecendo viva no imaginário e na rotina dos seridoenses.

Os sabores da culinária do Seridó são um convite à sociabilidade e ao reconhecimento cultural dos “filhos da terra”. As receitas, transmitidas ao longo dos séculos, carregam significados que vão além do paladar, tornando-se símbolos de identidade para aqueles que, mesmo distantes de sua terra, anseiam pelo conforto de seus pratos típicos.

A mesa seridoense é constituída e conhecida por ser farta e calórica, oferecendo energia – sustança – para o trabalho diário. As

¹⁵ A entrevista concedida de Dona Elvira pode ser vista em: https://www.youtube.com/watch?v=_pdWUbV-NEk. Acesso em: 25. Fev. 2024. Ela faz parte do acervo midiático do Museu de São Vicente/RN.

carnes de sol, de bodes e dos carneiros (buchada, panelada, fritada) e galinha, preparadas de diversas maneiras, são acompanhadas por produtos do roçado como feijão macassar, batata, cuscuz (milho) e o tradicional *arroz vermelho* ou “*arroz da terra*”. Embora o arroz branco e o macarrão estejam presentes, não possuem a mesma identificação cultural que os alimentos locais (Cavignac, 2018). Além disso, há as coalhadas e os famosos queijos do Seridó: o queijo de manteiga (queijo de fogo) e o queijo de coalho.

Nesse cenário, o Padre Gleiber Dantas (2024) destaca a fabricação da bebida conhecida como “Aluá” como sendo uma possível herança indígena. Conforme o entrevistado, quem o ensinou a fazer a bebida foi Chiquinha Manteira, Francisca Pereira de Araújo, do sítio Currais, que por sua vez teria aprendido a fazê-lo com o povo de Timbaúba dos Batistas.

A doçaria regional é diversa e sendo costumeiramente apreciados após o almoço, com doces caseiros tais como a batida ou rapadura, o melaço, a umbuzada, a cocada, o caju-ameixa, a gogóia, a fubá de favela. O arroz-doce na semana santa, o filhós com mel de rapadura e o chouriço doce (feito do sangue do porco e especiarias) complementa a gastronomia do Seridó.

Além disso, os biscoitos, as raivinhas, os sequilhos, os alfe-nins, a bolacha de leite são alguns exemplos da infinidade de iguarias na culinária regional. De acordo com Câmara Cascudo (1956, p. 11-12 *apud* Azevedo, 2007):

na cultura alimentar éramos todos devotos da coalhada habitual, com rapadura raspada, fazendo nódoas na prata do leite coagulado. Frutas, raras. A guloseima era farinha com açúcar e tora de rapadura. A galinha sempre cozida, com pirão gordo, ou refogada, nos dias especiais. Lá em raro, assada. Dava muito trabalho e pouca gente gostava. Peru, pela festa, dezembro. Carneiro, buchada, bode assado, duro, mas dava, afirmavam, “sustança”. Tutano de todos os ossos era sorvido, catado à ponta de faca, puxado a língua, como os nossos pré-avós das cavernas. Carne assada, gorda, com farofa, prato diário e real, inesquecível, especialmente do velho gado crioulo, remanescente da gadaria vinda da Madeira, tão longe da carne de borracha do zebu ornamental. Para beber, água. Garapa de açúcar contra secura da garganta ou tosse seca, teimosa. Para os grandes, quando iam à rua, vinho tinto, quente, das garrafas enfileiradas na prateleira. Ou então cachaça, aguardente, pura [...].

Esses pratos são preparados principalmente pelas mulheres sertanejas, que aprenderam as receitas com suas mães, avós e madrinhas, formando assim a identidade alimentar dos seridoenses. A me-

mória gastronômica das “comidas da terra” remete ao estilo de vida e aos sabores que foram cultivados ao longo dos séculos. A culinária do Seridó é um bem patrimonial que atravessa todas as idades, fortalecendo sentimentos e identidades ao evocar as comidas, biscoitos e licores da juventude. Os alimentos e seus preparos são parte integrante do patrimônio familiar e da sociedade do Seridó, celebrando uma herança cultural que alimenta o corpo e a alma. Esse contexto pode ser verificado no testemunho a seguir:

As comidas são grandiosas porque se preparam todos os dias para a família. A dona de casa já amanhece o dia pensando no que fazer de comida para a família. A comida depende de um grande preparo, pois é dispendioso – dar trabalho. As comidas do Seridó são: leite, queijo, manteiga, feijão, arroz, batata, macaxeira que são nutritivos. O macarrão não considero como um bom alimento (Pereira, 2024).

A senhora Nadir Maria de Medeiros Pereira¹⁶, aos 69 anos, compartilha um pouco de sua vida e experiências vividas no Sítio Batedentes, localizado no município de Caicó/RN. Tendo passado toda a sua existência no sítio, Nadir Maria oferece uma visão íntima do cotidiano rural e das tradições alimentares que definem os sertões do Seridó. Ela enfatiza que o preparo da comida sertaneja exige atenção e cuidado, pois o objetivo é nutrir a família da melhor maneira possível. Para a entrevistada, os alimentos típicos do Seridó são aqueles oriundos da agricultura local, como o queijo, a manteiga, o feijão e as raízes, valorizados por sua “sustança” e capacidade de fornecer energia ao corpo. Em contraste, ela não considera o macarrão um alimento adequado para a dieta, talvez por não ser da agricultura familiar.

Conforme esse relato, é apresentado que, mesmo aos 69 anos, a senhora Nadir Maria mantém viva a tradição culinária herdada de sua família, preparando receitas que aprendeu com sua mãe. Ela escolhe o fogão a lenha para cozinhar, convencida de que este método ancestral não só melhora o cozimento, mas também realça o sabor dos doces, das carnes e de todos os alimentos cozidos artesanalmente. O ato de preparar os alimentos não é apenas uma prática culinária, mas fonte de pertencimento e alegria, ao compartilhá-lo com sua família.

A Arte Sacra e os Santeiros

A tradição de entalhar madeira no Seridó é um legado cultural de diferentes traços culturais. Essa técnica, aprimorada pela influência

¹⁶ Entrevista concedida na residência da entrevistada no sítio Brabo, município de Caicó, no ano de 2024.

indígena, africana e europeia, resultou em uma variedade de obras de arte, desde utensílios cotidianos como colheres de pau e bancos até a arte sacra e instrumentos musicais. A habilidade de entalhar perpetuou por gerações, forjando uma identidade regional através das representações esculpidas pelos sertanejos.

O Seridó é berço de talentosos artistas como Júlio Cassiano, Luzia Dantas, Ambrósio Córdula, Neném de Chicó e Ivan do Maxixe, entre tantos outros. Eles dedicam-se a esculpir santos católicos em madeira de umburana, expressando a profunda religiosidade da região. Júlio Cassiano, por exemplo, começou sua arte em Jardim do Seridó aos 18 anos, utilizando uma simples faca para criar obras sacras e réplicas de instrumentos musicais.

A santeira e artesã Luzia Dantas, desde criança, entalhava peças que retratam a cultura sertaneja e, como santeira, foi reconhecida por suas obras-primas de santos católicos. Ambrósio Córdula, natural de Acari/RN, destaca-se pela perfeição e estilo barroco com características próprias, enquanto Neném de Chicó, influenciado por Júlio Cassiano, montou seu ateliê e alcançou reconhecimento internacional. Ivan do Maxixe, criado na comunidade rural do Maxixe, especializou-se em esculpir as vestimentas das imagens sacras.

Esses artistas, com suas conexões com o cotidiano e a cultura sertaneja, dedicaram-se à arte sacra, desenvolvendo estilos únicos que os distinguem como mestres na arte de entalhar madeira, simbolizando a identidade artesanal do Seridó em cada uma de suas peças primorosas.

5.2 As festas e as formas de celebrações

O Seridó tem seu calendário anual marcado por festividades que celebram a cultura local e a espiritualidade, além de fortalecer os laços comunitários. A festa de Sant’Ana, realizada em Caicó, é uma das mais emblemáticas, atraindo visitantes de várias localidades e representando um ponto alto de celebração religiosa e cultural. Além das festas de padroeiros e do Carnaval, o Padre Gleiber Dantas (2024) destacou em entrevista que, para ele, “hoje uma das maiores formas de celebração no Seridó são os encontros de família. Os encontros de família são extraordinárias formas de celebrar o Seridó”.

Quando a gente celebra a família, a gente diz: Nós somos filhos da mãe Terra! Nós somos filhos do Seridó! Festa de família é celebrar a Terra. Quando a gente estava dançando forró [...], era marcando o território, era dizendo que essa Terra é nossa, era pulando em cima da Terra. Você se despe porque foi tocado por amor. Dançar é tocar com amor a Terra. Por isso, a Terra se despe. O Seridó celebrou sempre, nós somos filhos de culturas

muito celebrativas, indígenas, africanas e europeias. Por isso, nós celebramos tanto o Seridó! Ah, porque é uma Terra alegre... Porque nós temos necessidade de celebrar (Dantas, 2024).

A Peregrinação ao Monte do Galo

Entre os locais sagrados do Seridó, destaca-se o Monte do Galo, situado em Carnaúba dos Dantas. Este monte é um centro de peregrinação para os devotos de Nossa Senhora das Vitórias e um dos principais pontos de turismo religioso da região. No Monte do Galo, há uma sala de ex-votos, onde os fiéis deixam objetos representando as graças recebidas ou como súplicas por desejos a serem realizados. Além de seu significado espiritual, o Monte do Galo é notável por sua impressionante paisagem geomorfológica. Com uma altitude de 155 metros, oferece uma vista panorâmica das serras que rodeiam Carnaúba dos Dantas, bem como uma visão privilegiada da própria cidade e suas adjacências. Este geossítio, conforme descrito por Nascimento e Ferreira (2012), é digno de admiração, respeito e afeto por parte dos moradores e visitantes, estando profundamente arraigado nas memórias dos seridoenses como um lugar de fé e devoção, onde inúmeros fiéis realizam suas peregrinações em busca de bênçãos e milagres.

A Festa da Colheita

A agricultura é um dos pilares dos sertões do Seridó, desempenhando um papel crucial na formação de sua identidade cultural. A Festa da Colheita, por sua vez, destaca-se como um patrimônio em potencial ao celebrar a prosperidade agrícola da região. É uma tradição que remonta às práticas dos povos tradicionais e europeus, inserida à realidade seridoense. Essa celebração é particularmente significativa quando associada à cotonicultura, atividade que já sustentou muitas famílias sertanejas e, hoje, evoca um período econômico nostálgico.

A memória afetiva da Festa da Colheita, de acordo com Aduato Guerra Filho (2024), está especialmente ligada à colheita do milho e feijão após o período de inverno, e não necessariamente ao algodão Mocó. A festa continua presente e preservada na memória daqueles que vivenciaram essa época, conforme relata Melo (2022). Ela é marcada por música, hinos, poemas e canções, refletindo a riqueza cultural do ciclo do algodão.

Atualmente, a herança desse período áureo é simbolizada nos brasões das bandeiras municipais e nos hinos oficiais das cidades do Seridó, mas é na memória dos atores sociais que vivenciaram esses tempos que a história se mantém mais viva e palpável. A Festa da

Colheita, portanto, não é apenas uma celebração das safras, mas também um ato de reconhecimento e reverência à história e à identidade de uma comunidade que se orgulha de seu passado e mantém vivas as tradições que definem seu espírito. Observa-se esse sentimento na memória a seguir:

O dono da fazenda - João Nobrega- falou com meu pai – Adonias de Manoel Regino - para que eu representasse a Fazenda Riacho do Roçado. Meu pai permitiu; e falou comigo: que aceitei ao pedido de meu pai. A partir daí, sai percorrendo os sítios da região do Seridó para arrecadar fundos para a Festa da Colheita. Era muito sofrido andar de sítio em sítio em busca de recursos. O dono da fazenda mandou fazer minha roupa que era uma jaqueta com a gola decorada com caroço de algodão, uma bermuda semelhante e um chapéu com o capulho de algodão e uma fita azul. Sai vencedora da Festa da Colheita. O lucro arrecadado foi doado para a Maternidade de São José do Seridó. Não tinha fotografia para registrar. Foi difícil a arrecadação de fundos, mas ao final, foi bom e divertido (Machado, 2024¹⁷).

O relato de Sebastiana Marta de Medeiros Machado, aos 71 anos, residente em Natal/RN, oferece um vislumbre das tradições e do papel social desempenhado pelas “Rainhas do Algodão” e pelas fazendas produtoras de algodão no Seridó. Sebastiana Marta, ao representar a Fazenda Riacho do Roçado, foi escolhida após o proprietário da fazenda solicitar a permissão de seu pai. Aceitando a proposta, ela empreendeu uma jornada pelos sítios vizinhos para arrecadar fundos, demonstrando que o papel da “realeza” ia além da representação simbólica, envolvendo a mobilização de recursos para a Festa da Colheita.

O proprietário da fazenda providenciou um traje de desfile para Sebastiana, que incorporava elementos da cultura algodoeira, ressaltando a identidade regional. Sua vitória na Festa da Colheita, realizada na cidade de São José do Seridó/RN, não resultou em lucro pessoal; todos os fundos arrecadados foram destinados à construção e ao equipamento da Maternidade de São José do Seridó, evidenciando o caráter social e comunitário do evento.

Curiosamente, apesar da importância do evento, não houve registro fotográfico do momento, uma lacuna na documentação histórica que Sebastiana Marta lamenta. No entanto, ela recorda a experiência como difícil, porém gratificante e divertida. A Festa da Colheita, portanto, emerge não apenas como uma celebração agrícola, mas também como um símbolo da identidade e da cultura do povo seridoense,

17 Entrevista concedida na residência do entrevistado no sítio Brabo, município de Caicó, no ano de 2024.

refletindo seu compromisso com o bem-estar social e a preservação de suas tradições. Assim, essa forma de celebração é um dos eventos cristalizados na memória dos seridoenses, que não apenas guardam lembranças afetivas, mas também preservam objetos materiais daquela época, como fotografias. Essas imagens são janelas para o passado, revelando a importância de ser coroada “Rainha do Algodão” e exibindo a identidade seridoense em celebração, através das vestimentas e adereços típicos.

As fotografias históricas capturam a alegria e a importância da “Rainha do Algodão”, uma figura que simbolizava a prosperidade trazida pelo algodão no Seridó. Para a rainha, essa representação significava *status*, beleza e um reconhecimento de virtude perante a comunidade. Macêdo (2002) observa que os trajes e adereços da rainha eram cuidadosamente escolhidos para refletir a cultura algodoeira, desde o chapéu até o vestido, a bolsa – o bisaco – onde se armazenava o algodão colhido e o lenço.

Mesmo com a diminuição da relevância econômica do algodão, a Festa da Colheita persiste como uma expressão de identidade e patrimônio nas cidades do Seridó. Em 2023, a cidade de Cruzeta/RN celebrou a “Sexagésima Terceira Festa da Colheita”, juntamente com “Segundo Torneio Leiteiro e a Exposição Agropecuária” (Dantas, 2023), evidenciando que tais festividades e eventos agropecuários são uma constante na região. Além de Cruzeta, outras cidades, como Ouro Branco/RN, também mantêm viva essa tradição, refletindo o patrimônio material e imaterial que emerge das práticas culturais do Seridó e da identidade de celebrar as boas colheitas e a economia rural.

As festas de padroeiros e a Festa de Sant’Ana

As festas de padroeiro são um traço marcante da cultura do Seridó, refletindo uma herança que remonta ao período colonial, quando cada capela, vila ou cidade era fundada sob a égide de um santo de devoção. Essas celebrações, que ocorrem ao longo de todo o ano em cada município, são carregadas de elementos culturais e tradicionais – sagrados e profanos – bem como elementos materiais e suas devidas simbologias. Exemplo desse fervor e tradição, na última missa celebrada por Dom Antônio Carlos Cruz Santos (2024), como administrador diocesano de Caicó, em São João do Sabugi, ele sabiamente destacou em sua homilia:

É bonito encerrar essa minha missão de dez anos aqui celebrando a Festa de São João Batista, por tudo aquilo que São João Batista simboliza para a espiritualidade cristã [...]. Mas também, minha gente, São João fala da cultura do povo nordestino. Nesses anos aqui na diocese do Seridó, eu pude beber dessa cultura nordestina.

Sou carioca, filho de nordestinos, meus pais eram de Penedo, em Alagoas, e já carregava um pouco dessa tradição. Mas uma coisa é carregar um pouco, outra coisa é beber disso, e beber aqui no Sertão do Seridó. Vocês, no Seridó, têm uma expressão religiosa muito bonita, é um tesouro que vocês têm. Preservem esse tesouro, transmitam-no, porque a espiritualidade e a *religiosidade de vocês são elementos de resistência*. E digo mais ainda, a religiosidade de vocês transcende inclusive a fé católica. Olhem, por exemplo, em uma procissão como essa, em uma missa de encerramento, quantas pessoas estão aqui que nem vêm à missa dominical, que nem são católicas, mas porque a religiosidade mexe com nossos afetos, mexe com nossas culturas e nos dá um sentido de pertencimento. É tão bonito aqui no Seridó, nas festas dos padroeiros, essa tradição que vocês têm dos filhos ausentes que voltam à terra e se sentem como irmãos mesmo estando longe. Uma coisa bonita de vocês do Seridó é que, em qualquer lugar que vocês estão, vocês se apresentam como seridoenses. Isso é um marco da espiritualidade. Preservem isso, alimentem isso, cultivem isso e transmitam isso às outras gerações, pois isso é um elemento de resistência. Quem tem esse elemento tem uma capacidade de resiliência para enfrentar as adversidades da vida! [...].

O ciclo festivo regional inicia em janeiro com a Festa de São Sebastião e se encerra em dezembro com a Festa de São Severino Mártir, conforme documentado por Morais e Dantas (2006). Esses eventos mantêm uma conexão vital entre o espaço rural e urbano, com as celebrações começando na zona rural com leilões e missas, e culminando com uma semana de festividades na cidade, dedicada ao santo padroeiro. Dentre o calendário das celebrações religiosas dos municípios do Seridó, Morais (2020. p. 464) coloca:

Conforme informações coletadas, são as seguintes as festas de padroeiro dos municípios do Seridó: Janeiro: Festa de São Sebastião (20/01), em Parelhas, Jucurutu e Florânia; Março: Festa de São José (19/03), em Carnaúba dos Dantas Junho: Festa de São João (24/06), em Cerro Corá e São João do Sabugi; Festa de Sant'Anna (26/06), em Santana do Seridó; Julho: Festa de Sant'Anna, em Caicó (último domingo/07) e Currais Novos (26/07); Agosto: Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (11/08), em Ipueira, e Festa de Nossa Senhora da Guia (15/08), em Acari; Setembro: Festa de Nossa Senhora do Ó (13/09), em Serra Negra do Norte, Festa de Nossa Senhora dos Aflitos (15/09), em Jardim de Piranhas, Festa de São Vicente Férrer (28/09), em São Vicente e Festa de São José (28/09), em São José do Seridó; Outubro: Festa de São Francisco de Assis (04/10),

em Lagoa Nova e Tenente Laurentino Cruz, Festa do Divino Espírito Santo (06/10), em Ouro Branco, e Festa de Nossa Senhora dos Remédios (20/10), em Cruzeta; Novembro: Festa de São Sebastião (24/11), em Equador; Dezembro: Festa de Nossa Senhora do Patrocínio (03/12), em São Fernando, Festa de Nossa Senhora da Conceição (08/12), em Jardim do Seridó, e Festa de São Severino Mártir (22/12), em Timbaúba dos Batistas. Vale ressaltar que em vários municípios ocorrem manifestações festivas e religiosas, dedicada aos co-padroeiros e aos oragos das paróquias dos bairros das cidades.

As festas de padroeiros no Seridó seguem um calendário bem estruturado, garantindo que as celebrações em diferentes cidades não coincidam. Há um cuidado para que haja um intervalo de dias entre uma festa e outra, permitindo que as comunidades possam participar e apoiar os eventos nas cidades vizinhas sem sobreposições. Tendo em vista que as festas de padroeiro são ocasiões de devoção secular, que mobilizam a população e impulsionam a economia local. São tempos de reencontro para os que estão distantes, de pedidos de bênçãos, pagamento de promessas e prática de sociabilidade entre os familiares e amigos. Atualmente, essas festas abrangem tanto os rituais religiosos quanto os momentos de lazer e entretenimento, com os cidadãos participando ativamente de ambos.

Essas celebrações são elementos importantes para a identidade cultural dos seridoenses, por ser durante essas festas que se resgatam e reafirmam os valores, as lendas, as histórias de fundação e os elementos distintivos de cada cidade, além da devoção ao santo padroeiro. Os artesãos aproveitam para exibir e vender suas criações inspiradas na fé e na tradição, a destaque a Famuse em Caicó. É o momento exato de rememorar e reafirmar os valores da identidade dos sertões do Seridó (Cavignac *et al.*, 2011). As festas de padroeiro, portanto, permeiam profundamente a mentalidade dos habitantes do Seridó.

Um exemplo emblemático é a Festa de Sant'Ana em Caicó/RN, que se destaca como um pilar da tradição e identidade regional. A devoção a Nossa Senhora Sant'Ana é uma constante desde a formação da Freguesia e se mantém viva até hoje. A festa ocorre no final de julho, culminando no primeiro domingo após o dia 26, e é tão significativa para os caicoenses que o mês de julho é carinhosamente chamado de "mês de Sant'Ana". A devoção a Nossa Senhora Sant'Ana é um testemunho vivo da fé e da história do povo do Seridó. A devoção a Nossa Senhora Sant'Ana fica evidente no relato de Neusiene Medeiros da Silva (2024)¹⁸:

18 Entrevista concedida na residência do entrevistado no sítio Brabo, município de Caicó, no ano de 2024.

A festa de Sant'Ana é a festa da família seridoense (dos que estão perto e longe). É o momento de fazer memória a família sagrada: Santa Ana esposa de Joaquim, pais de Nossa Senhora, sogros de José e avós de Jesus. Avós que cuidam de seus netos queridos e que os levam para Jesus.

A Festa de Sant'Ana de Caicó/RN ocupa um lugar especial no coração dos seridoenses, como evidenciado pelo relato de Neusiene Medeiros da Silva, de 36 anos, que cresceu na zona rural de Jardim do Seridó/RN e, agora, reside em Caicó. Para ela, e para muitos outros, a festa transcende o espaço regional e se torna um evento central na vida dos que estão na região e daqueles que se encontram distantes. A celebração é vivida intensamente por todos, seja pessoalmente ou através dos meios de comunicação que transmitem as novenas, missas e a procissão final, permitindo que mesmo os ausentes participem.

Ainda de acordo com a entrevistada, a Festa de Sant'Ana é, acima de tudo, uma celebração da família, evocando a sagrada família e conduzindo os fiéis a Jesus. Ela ressalta a natureza perene da festa, marcada por sentimentos de devoção, reconhecimento e gratidão. A festividade é um momento de união e celebração, reforçando os laços familiares e comunitários e reafirmando a identidade cultural dos seridoenses. Assim,

Aprendi a ser devota de vó Sant'Ana com a minha mãe Adimar, mulher de grande fé, que sempre recorria a Sant'Ana em suas necessidades. Quando criança me encontrava muito doente e minha mãe fez uma promessa. No momento em que pedia pela minha saúde fui curada imediatamente. Em agradecimento, pela graça recebida, meus pais me levaram para acompanhar, vestida de branco, a procissão de vó Sant'Ana (Silva, 2024)

Assim, observamos que a devoção à Nossa Senhora Sant'Ana no Seridó é uma tradição profundamente enraizada, muitas vezes iniciada na infância. A entrevistada relembra a bênção recebida da santa durante sua juventude, uma cura milagrosa que fortaleceu sua fé e gratidão. Como agradecimento, sua família a levou para participar da procissão, vestida de branco e com devoção no coração. Essa devoção é transmitida de geração em geração, um legado de fé e amor mantido vivo pelo exemplo e pelo ensinamento familiar.

Além da devoção a Nossa Senhora Sant'Ana, a cidade de Caicó celebra outros padroeiros e possui tradições como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que poderia ser ainda considerada uma das principais celebrações de resistência cultural e religiosa na região. Esta homenagem, que remonta há mais de dois séculos, honra a protetora dos negros e escravizados que chegaram ao Seridó no período colonial. Além disso,

os santos protetores dos bairros têm seu próprio calendário de celebrações anuais. Contudo, a Festa de Sant'Ana se destaca como um evento que transcende a cidade, reunindo pessoas de toda a região e seridoenses que vivem distantes, tornando-se um momento de reencontro e celebração das raízes e histórias locais.

Atualmente, a Festa de Sant'Ana de Caicó é reconhecida como patrimônio imaterial do Brasil pelo IPHAN. A citada festa é um dos elementos mais representativos da cultura seridoense, simbolizando o modo de vida, as memórias afetivas, as práticas sociais e a representatividade extremada da fé católica do Seridó (Cavignac *et al.*, 2010). Esse é um ato que, para o Padre Gleiber Dantas (2024), em sua entrevista concedida, destaca-se por:

Eu penso, essa é uma impressão minha, muito pessoal, que a Festa de Santana não perdeu muitos elementos, não. A Festa de Santana vai perdendo aquilo que foi chegando sem ser daqui. Foi chegando, ficou um tempo e saiu. Mas, por exemplo, a Feira de Santana é nossa. A feirinha, fazer comida para vender, isso é nosso.

O que o IPHAN fez ao decretar a Festa de Santana um patrimônio cultural imaterial do Brasil, não foi proibir a Festa de Santana de se desenvolver, foi dizer que a memória não pode ser esquecida. Porque esse é um risco que mata a presença dos simples. Quando você, por exemplo, esquece a memória e não vai atrás da memória você deixa em destaque somente as pessoas que estão na frente dos palcos. E as pessoas que estão, nas coxias, fazendo espetáculo da vida acontecer?

Além disso, de acordo com o entrevistado, a partir do seu olhar sociológico por causa do Evangelho, ele se questiona ainda o desafio de se fazer a Festa de Santana ser celebrada no meio dos pobres, uma vez que a festa ainda se concentra no Caicó histórico. [...].

Quando eu penso em celebração da Festa de Santana, eu penso em celebração de Caicó. [...] A maior celebração de Caicó é a Festa de Santana. Então eu acho que essa festa deveria marcar o tempo em que as ruas são limpas, o tempo em que as podas são feitas, mas não somente no centro, mas nas periferias também. A Festa de Santana acabou, mas o que é que ficou da festa para os pobres, politicamente falando? (Dantas, 2024).

A festividade é um ponto de encontro para a sociabilização entre as famílias, reafirmando tradições e cultura. O ápice da celebração é a missa e a procissão da festa, onde uma multidão se une para cultuar e agradecer à Nossa Senhora Sant'Ana, evidenciando a força da fé e da devoção no Seridó.

A Cavalgada e a Vaquejada

As cavalgadas são manifestações culturais enraizadas na história do Seridó, remontando aos anos de 1950, quando eram realizadas pelos agentes rurais como cerimônias de celebração aos santos padroeiros (IPHAN, 2010). Tradicionalmente, esses eventos ocorriam durante as festas dos padroeiros, com os participantes se deslocando a cavalo até as cidades.

Após um período de interrupção, as cavalgadas ressurgiram e hoje são realizadas em todas as cidades do Seridó, geralmente no primeiro domingo das festividades do padroeiro. Tornaram-se um elemento essencial dessas celebrações, reunindo amigos e fiéis em um ato de devoção e agradecimento, pedindo bênçãos para a continuidade do trabalho no campo. As cavalgadas evocam a época em que os fazendeiros e trabalhadores rurais utilizavam cavalos para percorrer as estradas do sertão. Essa tradição secular é reconhecida e valorizada pelas novas gerações, conectando o passado ao presente e projetando-se para o futuro.

Além disso, as vaquejadas na região, por sua vez, são outro aspecto cultural intimamente ligado à vida rural e às atividades pecuárias do Seridó. Originaram-se das apartações de gado, quando os vaqueiros precisavam capturar animais espertos que fugiam do rebanho. Com o tempo, essa prática evoluiu para o esporte conhecido como vaquejada, onde o vaqueiro derruba o boi pelo rabo. O município de Currais Novos/RN é reconhecido como precursora dessa tradição no Seridó (ABVAQ, 2024), mantendo viva a prática até os dias atuais. O próprio nome da cidade reflete sua forte ligação com a pecuária e a cultura que dela emerge.

Os Carnavais do Seridó

No Brasil, o carnaval era celebrado de formas distintas conforme a condição social. Os mais abastados frequentavam bailes nos clubes, enquanto a população de menor renda celebrava nas ruas com rodas de samba, danças variadas e o tradicional mela-mela com água e farinha. A festa tem raízes nas tradições europeias do domingo de entrudo. Com o tempo, o entrudo evoluiu e surgiram blocos carnavalescos que promoviam bailes à fantasia e desfiles nas ruas. Essa celebração se espalhou pelo país, incluindo os sertões do Seridó.

Todas as cidades do Seridó mantêm a tradição do carnaval, embora com intensidade das festas. Caicó destaca-se por sediar o terceiro maior carnaval do Nordeste, atraindo pessoas de toda a região graças à sua grande estrutura e programação diversificada. A intro-

dução de trios elétricos e a presença de artistas de renome nacional transformaram o carnaval de Caicó em um evento que atrai visitantes de todo o Brasil. No entanto, blocos tradicionais ainda resistem, como o tradicional Bloco do Magão, que ainda preservam a essência dos primeiros carnavais ao som de marchinhas clássicas. Na avenida Seridó e no carnaxelita, essa forma de celebração se destaca como uma expressão da identidade do povo seridoense, deixando memórias e fomentando um sentimento de pertença e identificação. As memórias coletivas e individuais, conforme descrito por Halbwachs (1990), são vivenciadas em grupo, intercalando momentos compartilhados com lembranças pessoais, com a avenida servindo de cenário para ambas.

O carnaval no Seridó se apresenta, portanto, como um mosaico de aspectos culturais, mesclando tradição com elementos contemporâneos. As avenidas tornaram-se palcos de diversidade cultural, com trios elétricos ao lado de artistas locais tocando marchinhas que evocam o passado. As festividades são uma expressão da identidade seridoense, fomentando um sentimento de pertença e deixando memórias duradouras.

Assim, os carnavais regionais são feitos pela população, que mantém viva a memória das marchinhas e o entusiasmo pelos blocos. O apoio financeiro e o reconhecimento dos artistas locais e dos blocos são essenciais para preservar essa tradição. Assim, o carnaval no Seridó continua sendo uma celebração familiar, acolhedora e divertida, marcada pela criatividade das ruas, a dança espontânea, o encontro de gerações e a troca de experiências.

5.3 As formas de expressões

A tradição oral do Seridó é um veículo de transmissão da cultura e da história da região. A literatura, os cordéis, as artes e a ciência. As formas de devoção se manifestam em práticas religiosas e peregrinações, enquanto as expressões musicais são vivenciadas através das bandas de música e da dança do Espontão, que mantém viva a tradição das festividades locais.

A tradição oral (botijas, indígenas, e as lendas regionais)

Nos Sertões do Seridó, as histórias de botijas são lendas transmitidas oralmente, contando que pessoas sonham ou veem entes falecidos que lhes revelam a localização de objetos valiosos enterrados, como dinheiro, joias ou escrituras. A tradição diz que o tesouro só pode ser desenterrado em segredo; qualquer maldição ou compartilhamento da informação fará com que a botija se encante e desapareça. Essas narrativas, passadas de geração em geração, ainda hoje fazem

parte do imaginário seridoense, com relatos que afirmam ter encontrado tais tesouros.

Em cidades como Caicó, Ouro Branco, Acari, Carnaúba dos Dantas e Jardim do Seridó, há notícias de botijas descobertas, que são amplamente divulgadas em jornais, blogs e rádios, reforçando a crença nessa tradição (Macedo; Lopes, 2012). A cultura das botijas é tão enraizada que poucos ousariam negar sua existência.

Além das botijas, o Seridó é rico em mitos fundacionais e lendas que permeiam a origem de suas cidades. Em Caicó, por exemplo, conta-se que a cidade foi fundada em agradecimento a um milagre: um vaqueiro teria escapado de um boi bravo e, em gratidão, ergueu uma capela dedicada a Nossa Senhora Santana, dando origem ao município. Há também a lenda do Poço de Santana, onde se acredita que uma serpente gigante encantada reside, mantendo o poço sempre cheio, e que sua seca significaria a destruição da cidade.

O município de São José do Seridó carrega o mito da “Moça da Bonita”, uma jovem que, ao ser vista banhando-se nua, teria se atirado em um poço do Rio São José e desaparecido, encantando-se nas águas. Por isso, a cidade também é conhecida como São José da Bonita. No município de Jardim do Seridó tem a figura lendária de Maria de Lourdes, a Menina da Cruz Milagrosa. Após um trágico acidente que vitimou a criança, uma cruz foi erguida no local e logo surgiram relatos de milagres atribuídos à menina. O local tornou-se um santuário de ex-votos, com pedidos de intercessão vindos de todo o Seridó.

Essas histórias são parte integrante da cultura seridoense. Desde tenra idade, as pessoas conhecem, discutem e até modificam esses mitos, que continuam vivos na imaginação coletiva. Os mitos e a tradição oral não apenas sobrevivem, mas também evoluem com o tempo, mantendo-se como um elo vital na identidade cultural do Seridó. Sobre as lendas e as botijas no Seridó, Helder Macedo (2024) destacou na entrevista concedida que:

O que eu acho mais curioso tudo isso é que seja as histórias envolvendo as lendas, envolvendo botijas, seja as lendas envolvendo a criação dos núcleos populacionais que deram onde já essas nossas cidades é referem-se às pessoas que tiveram contato com o mundo extranatural. Eu acho que essa é uma primeira grande percepção. São pessoas que tocaram ou no sagrado, no caso dessas pessoas que estiveram ligadas ou que falaram sobre as lendas de criação dos lugares ou que tocaram no mundo extraterreno, no mundo do além. É no caso das botijas isso pra mim, já de cara, coloca o quanto é que é entre os moradores do Seridó, desde mais antigos até os atuais, existe uma grande parcela que acredita que existe algo além da nossa realidade material, né? Embora muita

gente seja cética, que diga que ah, morreu, acabou. Mas há algo mais sobre isso. Há um outro plano ou outros planos. Quem sabe, né? Então vamos começar com as os chamados mitos de origem, os mitos de origem dos lugares. Eles estão ligados quase que invariavelmente a fé católica, né? E, muitas vezes, esses mitos de origem de maneira perversa, da forma como foram contados eles acabam destronando divindades nativas ou de tirando da cena, né? Os deuses e as deusas dos nativos.

Para o entrevistado, mesmo as pessoas do Seridó sendo em sua maioria católicas, existe um sincretismo entre elas. Quando elas são permeadas pelos rituais de lendas em seu cotidiano. Para o entrevistado, ao aderirem ao ceticismo das lendas de criação das cidades, as pessoas têm uma ligação com o mundo extranatural na qual coloca divindades a serviço das pessoas das terras. Outro elemento que ele chama a atenção é que geralmente esses mitos de criação de origem acabam colocando as divindades nativas como perversas ou inexistentes. Talvez, fosse uma forma do colonizador impregnar uma nova mentalidade nas pessoas daquelas áreas como o redentor das almas revestido na fé católica e em seu poder de superar os entraves. Fato é que as lendas e botijas permeiam o imaginário dos seridoenses.

Os cordéis, os repentistas e as canções de viola

O Seridó é uma região onde a arte do cordel floresce, capturando a essência do cotidiano sertanejo, a natureza, as experiências humanas, as lutas e as mitologias locais, além de homenagear figuras marcantes da história das cidades seridoenses. Em toda a região é possível encontrar cordelistas talentosos, como Eva Salustiano, natural de Currais Novos/RN, que desde a infância já demonstrava sua habilidade com as palavras e hoje se dedica ao cordel, enriquecendo suas narrativas com rimas e xilogravuras.

A cultura do Seridó é também representada pelos violeiros e repentistas, artistas itinerantes que eram recebidos com carinho nas fazendas, onde entoavam suas toadas e dedilhavam suas violas. Com o tempo, as cidades tornaram-se seus palcos, e até hoje, encontros de repentistas e violeiros atraem um público significativo nas cidades do Seridó. Em Caicó, Francisco Fernandes da Mota (Chico Mota) criou, com o violeiro-repentista José Soares Sobrinho, o programa de rádio Violeiros do Seridó. A tradição é mantida viva pelo programa matinal da Rádio Rural, que todos os dias, às 6h00 da manhã, leva aos ouvintes o som das violas e as toadas dos repentistas. Esse programa é uma forma de preservar a cultura e a tradição sertaneja, despertando tanto os que vivem no campo quanto os que migraram para a cidade, mas ainda prezam pelos costumes de suas origens.

O Seridó é uma região onde o hibridismo dos aspectos culturais é evidente, resultado do encontro entre as culturas indígena, africana e europeia durante o processo de colonização. Essa mistura de influências resultou em uma rica circularidade cultural (Ginzburg, 2006), onde práticas tradicionais e conhecimentos modernos coexistem.

Exemplo disso são as pessoas que, embora busquem atendimento médico especializado, ainda recorrem aos “chás milagrosos” passados de geração em geração, como o boldo para problemas intestinais e o eucalipto para gripes e resfriados. Essas receitas caseiras são utilizadas tanto para humanos quanto para animais, complementando os tratamentos veterinários.

Esses costumes ancestrais, frutos da miscigenação e da diversidade cultural, permanecem vivos na sociedade seridoense. As benzedeiros, por exemplo, continuam a praticar suas rezas com o intuito de curar tanto a alma quanto o corpo. Em Cruzeta, muitas mulheres aprenderam as rezas com familiares e hoje oferecem suas orações para curar sem incomodar outras benzedeiros (Santos, 2009). Apesar de ser uma prática comum entre os mais velhos, os jovens ainda procuram as benzedeiros para afastar o mal-olhado ou curar enfermidades.

Essas práticas culturais são consideradas patrimônio imaterial, atravessando gerações e mantendo-se ativas. Elas refletem a religiosidade indígena no uso de raízes e folhas para chás, o benzer africano com invocações religiosas e um catolicismo popular europeu, evidenciando o entrelaçamento de culturas e práticas étnicas no Seridó.

Outra manifestação cultural imaterial é a sabedoria dos chamados “profetas das chuvas”, homens e mulheres que, atentos aos sinais da natureza, como a floração da catingueira e o comportamento dos animais, fazem previsões sobre a chegada das chuvas (Silva, 2013). Essas previsões são fundamentais para os sertanejos, que as utilizam para planejar o plantio ou a venda de rebanhos, e são frequentemente convidados a compartilhar suas experiências.

As irmandades também são parte integrante do patrimônio imaterial e da religiosidade do Seridó, trazidas pelos colonizadores portugueses e ainda presentes hoje. Documentos históricos revelam a existência de irmandades como a Irmandade das Almas (Pereira; Pereira Neto, 2024) do Seridó e a Irmandade dos Negros do Rosário, que atendiam a diferentes segmentos da população (Dantas, 2008; Góis, 2020). Essas irmandades oferecem apoio espiritual e material aos seus membros, mantendo vivas as tradições religiosas e culturais.

As irmandades, com seus rituais de devoção e proteção, continuam a ser espaços de sociabilidade e solidariedade, mediados pela

Igreja Católica e desempenhando um papel vital na vida comunitária do Seridó. A persistência dessas práticas ao longo do tempo demonstra a importância e a dinâmica dessas tradições na construção da identidade cultural da região.

As artes manuais

Os sertões do Seridó são reconhecidos como um celeiro de talentos, berço de grandes artistas que marcaram e continuam a marcar a história cultural da região. Esses artistas se destacam em diversas áreas, como a prosa, a poesia, a música, as artes plásticas, a pintura, a fotografia, os contos e a educação. São indivíduos cujas vidas estão intrinsecamente ligadas à intelectualidade e à cultura sertaneja, da qual extraem suas experiências, expressões e criações.

Ao percorrer as cidades do Seridó, é possível se deparar com a arte desses talentos locais e se encantar com a riqueza e a profundidade de suas interpretações. Para o visitante, essa imersão artística oferece a oportunidade de transcender o tempo e o espaço, escapando da realidade cotidiana para adentrar um universo de inspiração e fantasia.

Em cada canto do Seridó, há quem guarde na memória histórias e anedotas sobre esses artistas e suas obras, refletindo a maneira como eles percebiam e ainda percebem as terras seridoenses. As obras desses criadores capturam a essência do regionalismo, retratando as características físicas do Seridó e a essência de seu povo, contribuindo assim para a construção e preservação da identidade cultural da região.

A arte da cestaria

A arte da cestaria é uma prática cultural enraizada em todas as cidades do Seridó, transmitida através das gerações como uma herança dos povos indígenas, que tinham na natureza sua fonte de subsistência. No Seridó, a cestaria vai além de uma simples função decorativa; os cestos são habilmente confeccionados pelos sertanejos com o propósito prático de transportar alimentos ou armazenar objetos diversos.

Sobre a prática de cestaria e artefatos de barro, o pesquisador Helder Macedo (2024) nos coloca que essas são atividades desenvolvidas pelos povos nativos da região do Seridó e que esse conhecimento se faz presente na memória dos seridoenses por gerações:

Só que o tempo passou e a gente só os chamam pelos nomes dados por outros, a eles: Tapuia, dado pelos portugueses e Tupis, que é o nome Tupi é para inimigo etc. Tarairiú, que é um nome Tupi e não Tapuia, é um nome Tupi dado para quem comia traíra os comedores de traíra e enfim, é disso que a gente chamava. Hoje

cada vez mais, onde vem chamando de Tarairiú, mas também de Otchakawani. Então o ponto que eu quero levantar sobre isso é que não encontramos os artefatos, muito embora a gente saiba pela memória, pela tradição, que nas fazendas e sítios se usava muito artefatos, feito de palha, abandonadores, urupembas; de barro nem se fala, alguidares, potes etc, que podem estar relacionados à cultura material dos povos indígenas, mas também africanos? E porque não portugueses, né? Também manipulavam o barro, mas isso era mais comum entre os povos indígenas.

Primeiramente, Helder Macedo chama a atenção que ainda temos o modo de tratar os indígenas pelos nomes que foram dados pelos portugueses, todavia, existem movimentos sociais, no presente, que se reconhecem como descendentes dos nativos e por consequência preferem ser chamados como eram nos primórdios de Tarairius ou Otchakawani. Todavia, nos inventários, Macedo não conseguiu encontrar nenhum artefato de barro ou feito de palha que remetesse à realização indígena, isso porque nem todos os objetos entravam nos inventários.

O referido pesquisador afirma que esses elementos são produzidos pelos indígenas e que são heranças aos dias atuais para as pessoas do Seridó. É uma cena típica nas feiras de sábado observar os sertanejos utilizando cestos de palha de carnaúba para carregar suas compras, como verduras, folhagens e queijos. Essa tradição secular, que remonta ao passado, continua a ser uma prática comum entre os homens do campo na atualidade.

Além dos cestos, a palha de carnaúba é utilizada na confecção de chapéus, que são um ícone do Seridó. Nos sítios, é habitual ver os trabalhadores rurais usando chapéus de palha, que oferecem proteção contra o intenso sol da região. O design dos chapéus, com pequenos espaços entre as palhas, permite a circulação do ar, proporcionando frescor ao usuário.

A cestaria no Seridó também representa uma fonte de sustento para os artesãos locais (Silva, 2016), que utilizam o talo da carnaúba para criar objetos e instrumentos com suas habilidades e técnicas apuradas. Diante da riqueza dessa arte e do conhecimento popular que ela carrega, é crucial que as futuras gerações valorizem e preservem essa tradição para que ela não se perca diante das novas formas de trabalho que emergem na contemporaneidade. A cestaria é uma expressão artística ancestral que se integra perfeitamente à decoração de lares e estabelecimentos comerciais, além de desempenhar um papel essencial nas atividades diárias.

Os registros fotográficos de Zé Ezelino

José Ezelino da Costa, conhecido como Zé Ezelino, foi um artista seridoense que se destacou no campo da fotografia no século XX. Atuando em Caicó e em outras cidades do Seridó, sua trajetória é um reflexo do discernimento e talento nato desse fotógrafo. Nascido em 1889, filho de pais escravizados e em um Brasil recém-republicano, Zé Ezelino já representava uma figura singular em um contexto de transformações sociais e políticas. Sua ascensão como fotógrafo negro na primeira década do século XX era, por si só, um feito notável.

Embora os detalhes de sua vida sejam escassos, é reconhecido que Zé Ezelino aprimorou sua arte fotográfica na Paraíba e em Pernambuco (Paiva, 2019). Já na década de 1920, ele dispunha de equipamentos fotográficos de qualidade e dedicava-se a capturar tanto eventos grandiosos quanto cenas do cotidiano seridoense, com um olhar especial para a população negra e suas atividades diárias. Como descendente de pessoas escravizadas, não surpreende que José Ezelino tivesse uma atenção especial para com os negros, construindo um acervo fotográfico que documentava a vida cotidiana dessa comunidade no Seridó. Além disso, ele fotografava a si mesmo e sua família em poses que evocavam as imagens de famílias abastadas do sudeste do Brasil e da Europa (Paiva, 2019), talvez como uma maneira de reivindicar dignidade e poder.

José Ezelino também conquistou uma clientela abastada, registrando famílias em suas poses, a época da colheita do algodão, os animais e as paisagens urbanas. Era conhecido por fotografar amigos e presentear-lhes com as fotos como gesto de amizade e afeto. Hoje, muitas de suas fotografias são preservadas por seus descendentes, enquanto outras se perderam ou se encontram com familiares daqueles que foram homenageados por suas lentes.

As fotografias de Zé Ezelino são mais do que obras de arte; são documentos vivos que narram a história e a vida dos sertões do Seridó e de seus habitantes. Seu legado permanece como um testemunho valioso da riqueza cultural e da diversidade social da região.

A música

As cidades do Seridó são essencialmente marcadas pela música, pela criação de composições e pelos músicos que emergem dessa região. Encontram-se ali grandes talentos musicais, que se destacaram e continuam a ser referência para as novas gerações de artistas. Esses músicos bebem da sabedoria dos antepassados e, com suas obras, perpetuam a identidade, a memória e a afetividade do Seridó.

As melodias do passado ainda ressoam e são celebradas no

presente, enriquecendo a cultura local. Entre esses artistas, destacam-se nomes como Felinto Lúcio Dantas de Carnaúba dos Dantas, Antônio Pedro Dantas – conhecido como Tonheca Dantas – de Acari, Dodora Cardoso, que adotou Caicó como sua cidade do coração, e Elino Julião de Timbaúba dos Batistas. Esses músicos e compositores imprimiram e continuam a imprimir a identidade do Seridó por meio de suas criações musicais.

Felinto Lúcio Dantas, um homem simples ligado às atividades rurais, foi inspirado por seu primo Tonheca Dantas a cultivar um amor pela música. Suas composições, muitas vezes criadas durante o trabalho na roça e escritas nas areias do Rio Carnaúba, abrangem valsas e dobrados dedicados aos filhos de amigos, além de músicas sacras e que remetem aos sons dos animais do Seridó (Silva; Pereira, 2022). Sua obra alcançou reconhecimento internacional, chegando a ser tocada no Vaticano e recebendo bênçãos papais. Hoje, a Filarmônica de Acari leva seu nome e suas composições são bastante apreciadas.

Elino Julião, nascido em Caicó e residente em Timbaúba dos Batistas, tornou-se um renomado cantor de forró, conhecido por suas músicas que evocam os símbolos do Seridó, como as plantas e as festas juninas. Sua música, inserida no estilo “brega” por suas temáticas rurais, ressoa com os habitantes do Seridó, que se veem refletidos em suas letras.

Tonheca Dantas, um compositor e maestro autodidata, aprendeu música na banda de sua cidade e desenvolveu um repertório diversificado que inclui valsas, choros, marchas e dobrados. Suas composições ganharam notoriedade do Seridó à Europa, inspirando jovens músicos da região. Dodora Cardoso, embora nascida em Natal, adotou Caicó como sua cidade e expressa seu amor pelo Seridó em suas canções. Ela leva o nome de Caicó por onde passa, refletindo seu profundo vínculo com a região. Esses músicos, sejam nativos do Seridó ou adotados por ele, identificam-se com a região e tecem em suas músicas referências a esse espaço singular, reconhecendo o Seridó como um polo de cultura e música no Rio Grande do Norte e além.

]A dança do espontão

Nos sertões do Seridó, entre os sons, os tons, os batuques e as melodias sacras, ressoa a “dança de espontão”, uma expressão cultural marcante dos negros de ascendência africana que foram trazidos ao Brasil pela escravidão. Com o passar dos anos, essas comunidades souberam reconstituir sua cultura, estabelecer laços de solidariedade e resistir às imposições dos colonizadores. A dança de espontão é um ritual intrinsecamente ligado aos “Negros do Rosá-

rio”, mas de onde vem essa denominação? O Padre Gleiber Dantas (2024) destaca que:

Os negros do Rosário são até hoje oralidade pura. A dança do espontão mesmo é a oralidade. Por isso, eu tenho-me dedicado tanto para ver se eles valorizam aquilo que é deles. Porque às vezes é preciso alguém que vê de fora, por que eu tenho sangue africano? Tenho. Mas eu não nasci em berço africano, como tantos aqui nasceram.

[...]

O Espontão é a lança. Eu chamo muito de Guarda Real. Você tem uma Realeza e toda a Realeza tem uma guarda real consigo. O uso da lança não é só para dançar, é para defender. Por isso, eu digo muito que o rei e a rainha não podem ser escolhidos por qualquer modo, porque para você botar a coroa sobre si, você tem que se orgulhar da Coroa. Porque aquela coroa não foi forjada de ouro, não, foi forjada em dor. E eu digo que hoje, a manifestação cultural mais rica do Seridó é da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Pode até parecer esquisito o que vou dizer, mas eu digo: “A Festa dos Negros do Rosário tem mais elementos de cultura do que a Festa de Santana!”.

A expressão “Negros do Rosário” remonta aos tempos da escravidão e da liberdade, quando os negros se associavam à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, também conhecida em algumas localidades como Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. As irmandades eram espaços onde os negros podiam venerar seus santos e expressar devoção à santa que dá nome à irmandade. Dentro desse contexto histórico e religioso, a dança de espontão emergiu como um dos rituais celebrados durante as festividades em honra à Nossa Senhora do Rosário.

Cidades como Jardim do Seridó, Parelhas e Caicó são conhecidas por suas celebrações da dança de espontão. Durante esses eventos, os descendentes dos escravizados tomam as ruas em dança, canto, toque e louvor à Nossa Senhora do Rosário, ao mesmo tempo em que reafirmam a memória de sua luta, resistência e conquistas.

A festiva “procissão” é conduzida por dançarinos que empunham lanças – com cabos de madeira e pontas de metal adornadas com fitas – e se movem ao ritmo de tambores e pífanos pelas ruas até a igreja onde será celebrada a missa em honra a Nossa Senhora do Rosário. O capitão de lança lidera o grupo, seguido por outros dançarinos armados com lanças, tambores e pífanos, em uma coreografia que remete a uma cerimônia guerreira, com saltos e movimentos defensivos. A comunidade local assiste à tradição com admiração e curiosidade. A dança de espontão se mantém viva, atravessando séculos e chegando aos dias de hoje como um símbolo de identidade cultural e um testemunho da história afro-brasileira no Seridó.

A educação do Seridó

A educação nos sertões do Seridó é outro fator que se destaca dentro os bens patrimoniais, desde os tempos pretéritos, que ela tem significância e significado para a região do Seridó; ao considerar que, os “filhos da terra” ao se formarem volta a sua localidade e passa a pensar, buscar formas para melhorar a sua espacialidade. Foi nesse sentido que presenciamos, por todo o século XX, o protagonismo dos intelectuais do Seridó, tais como: Manoel Dantas, Juvenal Lamartine, Janúncio da Nobrega, José Augusto, Walfredo Gurgel, entre outros. Isso foi possível por meio da educação que gestou uma formação superior e aqueles voltaram às terras sertanejas com o objetivo de representá-la e lutar por elas no cenário estadual.

O Seridó presenciaria, ainda no século XX, a expansão das escolas públicas em sua territorialidade, bem como as escolas privadas. Ademais, seria o momento em que averiguariam a chegada do ensino universitário público que possibilitou aos filhos dos sertões terem a possibilidade de estudarem em sua região e pensar sobre o seu desenvolvimento. Atualmente, a região do Seridó conta com diversas universidades privadas e universidades públicas - UFRN (Caicó e Currais Novos) e UERN (Caicó) - que abarcam os mais variados tipos de cursos, voltados as áreas da saúde, educação, gastronomia, turismo, tecnologias, comunicação e entre outros. As escolas públicas e privadas atuam por toda a região promovendo um ensino básico de qualidade no qual os alunos são sujeitos ativos em seu conhecimento, de modo a proporcionar um cidadão crítico e reflexivo de sua realidade.

O Colégio Diocesano Seridoense está presente há mais de 80 anos, ofertando um ensino de qualidade aos sertões do Seridó e se destaca enquanto uma instituição de ensino que desenvolve em seus alunos a percepção de entender sua região e as problemáticas que a afetam. Nesse sentido, a base do conteúdo programático é discutida considerando a realidade local, por meio dos projetos pedagógicos. O Educandário Santa Teresinha é uma instituição privada pertencente à Congregação das Filhas do Amor Divino que está na cidade de Caicó há quase 100 anos, ofertando um ensino à luz da sabedoria cristã e com fundamentos pedagógicos adequados ao conhecimento dos educandos. O Grupo Escolar Senador Guerra é uma das escolas públicas mais antigas da cidade de Caicó, com 115 anos de funcionamento, e que ainda atualmente se encontra de portas abertas para um ensino de qualidade aos seus alunos e atendimento as famílias. O Grupo Escolar Senador Guerra é mantido pelo Estado do Rio Grande do Norte.

5.4 Os lugares e os espaços de importância histórica

Os espaços de sociabilidade no Seridó, como museus, mercados públicos, as feiras-livres, as praças e igrejas, são essenciais para a interação e o fortalecimento dos laços comunitários, atuando como centros de convivência onde tradições são celebradas e a identidade regional é reafirmada. Alguns locais de importância histórica, como os sítios arqueológicos, as fazendas antigas, as serras, os rios e os boqueirões, conectam os seridoenses ao seu passado, servindo como testemunhos da rica história regional. Juntos, esses espaços desempenham um papel crucial na coesão social, da cultura e da memória coletiva do Seridó, refletindo a conexão profunda de seus habitantes com sua terra e suas tradições.

Os sítios arqueológicos do Seridó

Os sítios arqueológicos da região do Seridó são testemunhos ricos e diversos de ocupações históricas e pré-históricas. Os vestígios pré-históricos incluem abrigos com estruturas funerárias e pinturas rupestres, característicos da Tradição Nordeste, que se destaca pelo grafismo de figuras humanas e objetos, além do grafismo puro com formas abstratas não identificáveis, conforme descrito por Martin (2008).

Também são encontrados, em menor quantidade, vestígios lito-cerâmicos. Os padrões de assentamento sugerem que os grupos eram predominantemente caçadores-coletores, habitando abrigos sob rochas, como aponta Silva (2011). Esses sítios são fundamentais para compreender a importância do povoamento pré-histórico do Seridó e dos sertões do Nordeste.

O interesse pelos sítios arqueológicos do Seridó ganhou destaque nos anos 1980, quando José de Azevêdo Dantas realizou um levantamento na região, abrangendo o Seridó Potiguar e a Paraíba. José Dantas visitou os sítios, elaborou mapas de localização e registrou as inscrições rupestres, lançando as bases para futuras pesquisas arqueológicas. Graças a esse trabalho pioneiro, Gabriela Martin (1984) reconheceu a possibilidade de investigar um dos conjuntos pictóricos rupestres mais significativos do Brasil (Silva, 2011).

Dentre os sítios arqueológicos do Seridó, destaca-se o Xi-quexique I, localizado no município de Carnaúba dos Dantas. Este sítio é um exemplo da riqueza arqueológica da região, oferecendo *insights* sobre a vida dos homens pré-históricos nos sertões e suas interações cotidianas com o ambiente. A descoberta e valorização desses sítios têm levado a sociedade do Seridó a se tornar uma ativa guardiã do patrimônio arqueológico, promovendo a preservação e a dissemi-

nação de conhecimento sobre esses locais. Atualmente, algumas instituições de ensino, como a Universidade do Pernambuco, em parceria com a Fundação Seridó, pesquisadores e a comunidade local, têm se organizado para a proteção do patrimônio arqueológico. “Estas pessoas percebem os bens arqueológicos enquanto parte importante do passado da própria região e por isso preocupam-se em divulgá-lo, para que as futuras gerações também se conscientizem da necessidade de preservação” (Silva, 2011. p. 17).

Helder Macedo nos relata em entrevista concedida a importância dos sítios arqueológicos. Primeiramente, por estar no imaginário da população do Seridó no sentido que: desde muito as pessoas mais antigas comentavam sobre “as casas dos caboclos, as forjas dos caboclos, as pinturas dos índios” com isso podemos perceber que as pessoas não negavam a existência indígena nos sertões do Seridó, ao contrário, sabiam de sua existência e de sua cultura. Esse imaginário popular passou de geração em geração. Um segundo ponto é a importância dos sítios arqueológicos para a ciência. Helder Macedo (2024) destaca ainda que:

Nós temos essa preocupação científica a partir da iniciativa do Museu Câmara Cascudo nos anos 1960, né? É quando, pela primeira vez, uma instituição acadêmica olha para os sítios do Rio Grande do Norte e do Seridó em particular. Então é dos anos 60 e 70 e fica os 70. Chega a UFPE que fica até hoje pesquisando aqui, no Seridó e a Fundação Seridó. Mas são lugares excepcionais mais para nós, por quê? Vamos pegar aqui as datações obtidas. O Mirador de Parelhas, a Pedra do Alexandre em Carnaúba dos Dantas elas têm datações por carbono 14, embora já tenham sido recalibradas, né? Ou seja, refeito o teste para comprovar, continuam na casa dos 9400 anos antes do presente. Isso quer dizer que, em arqueologia, quando a gente trata de 9400 anos é possível extrapolar e pensar que há 10000 anos tinha gente por aqui. Só isso dá uma importância muito grande para o Seridó, não? Se a gente pensa: vou lembrar aqui a campanha que até estava falando aqui no site, não é? a campanha que a Globo fez dos 500 anos, né! No fundo, no fundo. Se a gente pensar que aqui no Seridó são 10000 anos de presença humana. As pessoas estavam aqui há muito mais tempo, não é? Então esses sítios arqueológicos, eles são para que a gente pense um pouquinho e quebre a nossa visão colonialista porque no fundo acaba sendo a nós adotamos essa visão eurocêntrica/colonialista.

Atualmente, a região enfrenta desafios relacionados ao uso intensivo dos recursos naturais, como a exploração para cerâmica ver-

melha, produção de cal e extração de argila para fabricação de telhas e tijolos, que podem ameaçar a integridade dos sítios arqueológicos (Mutzenberg, 2007). A remoção da vegetação, do solo e das rochas pode causar danos irreparáveis ao meio ambiente e aos sítios. Além disso, a instalação de parques eólicos nas serras do Seridó representa um risco adicional, pois muitos sítios ainda não descobertos ou pesquisados podem ser destruídos antes de serem conhecidos, e aqueles já integrados à identidade local podem sofrer com os impactos ambientais e o avanço do tempo.

Além disso, em relação às ameaças aos sítios arqueológicos destaca-se ainda atualmente, a construção do Complexo Barragem Oiticica, que apesar de sua importância a segurança hídrica regional ao Seridó, coloca em risco um extenso campo de feições arqueológicas, sítios históricos, pré-coloniais e multicomponenciais. Entre esses sítios se destaca a existência do Enclave Arqueológico Pedra Ferrada, que consiste na ocorrência de 93 sítios de gravuras rupestres. *Para onde está indo toda essa nossa riqueza ancestral do Seridó?*

Em todo caso, há um esforço coletivo para garantir que os sítios arqueológicos sejam preservados para as gerações futuras, tanto para os seridoenses quanto para o patrimônio da humanidade. É evidente a importância dos sítios arqueológicos para o Seridó como sendo uma parte de nossa história que se encontra viva e perene; com a qual é possível saber como viviam os nativos da região, quais eram seus ritos festivos, seus rituais fúnebres – o cuidado com o corpo e como o pós-morte. São sintomas importantíssimos que fazem parte de nossa identidade e do ser seridoense e, como tal, necessitam de preservação e cuidados, tendo em vista que é a partir daí que saberemos quem somos e de onde viemos – as primeiras migrações para o Seridó.

Os sítios arqueológicos do Seridó são inestimáveis tanto em termos culturais quanto para o potencial turístico da região. Quando o turismo é realizado de maneira consciente, com foco na preservação e na geração de renda para a população local, ele se torna uma ferramenta poderosa de desenvolvimento sustentável. O turismo pedagógico, em particular, tem sido uma prática recorrente na região, impulsionado pela atuação do Geoparque Seridó, que tem como objetivos a geoconservação, a educação e a conscientização ambiental.

Essa modalidade de turismo não apenas promove a geração de renda e o compartilhamento de conhecimento institucionalizado, mas também desperta memórias afetivas e fortalece a identidade cultural da comunidade em relação ao seu patrimônio material e imaterial. Sítios como o Mirador, em Parelhas, Pedra do Alexandre, Talhado do Gavião, Casa Santa e Xiquexique I e II em Carnaúba dos Dantas, são exemplos de locais que já possuem infraestrutura para receber visitantes, conforme mencionado por Gomes (2017).

Dessa forma, os sítios arqueológicos se alinham perfeitamente à lógica econômica, cultural e social da região, atuando como catalisadores para a manutenção e o fortalecimento da identidade e da cultura local ao longo do tempo. Eles são essenciais para a preservação e a salvaguarda do patrimônio arqueológico do Seridó, garantindo que as riquezas do passado continuem a enriquecer o presente e o futuro.

As formações geológicas, as serras e o geoparque do Seridó

As formações geológicas do Seridó constituem um patrimônio de valor incalculável, abarcando elementos naturais e culturais que englobam a biologia, o turismo, a cultura e a história. A região é caracterizada por uma diversidade de formas de relevo, incluindo serras e picos, além de formações rochosas expostas compostas por granitos, gnaisses, mármore, quartzitos e arenitos, como detalhado por Nascimento e Ferreira (2012).

Reconhecido como um dos complexos geológicos mais ricos em geodiversidade do Nordeste, o Seridó é um registro vivo dos processos geológicos e erosivos que se desenrolaram ao longo dos séculos. A formação geológica da região representa um patrimônio não só para os habitantes locais, mas para toda a humanidade, devido à sua complexa composição rochosa e à diversidade de flora e fauna que sobrevive apesar das adversidades climáticas, como as secas. O Complexo Caicó e a Formação Seridó são exemplos que levam o nome da região ao cenário global, destacando-se pelo potencial de ocorrência de minerais economicamente valiosos.

Atualmente, ganha destaque nacional a proposição do Geoparque Seridó, em seis municípios do Seridó potiguar, sendo esse reconhecido como um território de relevância mundial pela Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

As serras do Seridó têm grande importância histórica e ambiental. Historicamente, foram refúgios para os povos indígenas que fugiam da violência dos colonizadores, servindo como abrigos e lares seguros contra os perigos impostos pelos colonos. O pesquisador Helder Macedo (2024) sobre a importância das serras dos sertões do Seridó, ele nos diz:

As serras, a gente costuma classificar como patrimônio natural. Sim, porque são de fato reservas da natureza. Mas, onde vez ou outra, a gente também tem a presença do homem, né? Antrópica mais o que é que são as serras diante de tudo isso, né? Se a gente pegar as sesmarias que foram concedidas aqui pelo Seridó. A impressão que a gente tem, já que essas sesmarias eram

serão requeridas por pessoas que andavam perto dos rios. Mas essas pessoas, elas colocavam as serras como limites. Então, assim, dava-se ter uma imaginação de que as serras elas eram referências muito importantes tanto aos indígenas quanto para as pessoas que vieram depois, sabe? É pensar que os parques eólicos com essa propaganda de energia limpa, que de limpa, não tem nada, não é? Estão rasgando as serras modificando a paisagem. Isso para mim é aterrador particularmente falando, né? A gente vê essa paisagem modificada e, principalmente, por adesão de pessoas e de instituições a essa ideia da energia limpa.

Para Macedo, as serras são importantes tanto por seu caráter natural, bem como, por suas simbologias quanto relacionadas à vida humana. Elas são as identificações que os agentes históricos experimentaram ao chegar ao Seridó seja o indígena ou seja o colonizador europeu. As serras foram os marcos territoriais das sesmarias e são refúgios naturais das espécies. Outrossim, as serras vêm sendo ameaçadas pelos parques eólicos, que na visão de Helder Macedo é inconcebível dada a descaracterização e seu valor histórico.

Além disso, as serras são importantes refúgios da biodiversidade regional (Pereira Neto; Silva, 2012) e com o potencial de cenários para o ecoturismo, contribuindo para a geração de renda das comunidades locais e fortalecendo a identidade regional. Entre os destaques do complexo geológico da região estão o Bico das Araras e o Açude Gargalheiras, em Acari, a Serra da Formiga (berço do algodão Mocó), a Gruta da Caridade e a Serra de São Bernardo em Caicó, e a Serra dos Quintos e a Pedra da Boca em Parelhas. O potencial turístico desses locais é imenso, e sua preservação é vital para a continuidade da memória e identidade seridoense, além de ser fundamental para a conservação ambiental.

A Gruta da Caridade, em Caicó, é um exemplo marcante do patrimônio geológico e cultural da região. Sua vegetação preservada e a composição rochosa, rica em calcita e outros minerais, com painéis de arte rupestre da Tradição Itacoatiara e formações internas de estalactites, são evidências da riqueza natural e histórica do Seridó (Nascimento; Ferreira, 2012). Contudo, a introdução da energia eólica tem suscitado preocupações devido ao impacto ambiental relacionado à construção de estradas e instalação de aerogeradores nas serras, o que pode afetar a vegetação nativa e a biodiversidade local (Pereira Neto; Oliveira; Silva, 2024).

Na região, alguns movimentos sociais, acadêmicos e instituições educacionais têm se mobilizado em defesa das serras do Seridó, reconhecendo sua relevância ecológica e cultural. Paulo Marinho, biólogo e doutor em ecologia, chama a atenção para os riscos enfrentados

pelas serras com a expansão das eólicas, ressaltando a importância de proteger essas áreas de vegetação intacta (Carneiro, 2022). A preservação das serras é essencial não apenas para a fauna e flora da Caatinga, mas também para a identidade cultural dos seridoenses, que veem nas grutas e formações rochosas fontes de histórias, lendas e inspiração.

Os rios e açudes

Os rios da região, com destaque aos rios Seridó, Acauã e Qui-pauá assumem importante função socioambiental nos sertões do Seridó. Conforme lembra o Padre Gleiber Dantas (2024):

A água existe! Agora, qual é a preocupação hoje que nós temos no poder público para a preservação de nossos rios? O Seridó e o Barra Nova em Caicó sofrem há décadas, pedem ajuda, pedem-socorro, pedem amparo e nós continuamos matando as veias, porque os rios são veias do nosso Seridó e veia seca ou veia entupida de entulho é veia que mais cedo ou mais tarde causa um colapso no corpo humano. No corpo social, os rios não podem de forma alguma ter o tratamento de desprezo que nós estamos dando. O Seridó é o nosso patrimônio!

Igualmente importantes, os açudes são sistemas técnicos e elementos significativos na paisagem e na história do Seridó. O Açude Itans, por exemplo, já foi o maior açude do estado do Rio Grande do Norte. Durante o auge das políticas de desenvolvimento do Nordeste, o Itans era visto como uma fonte de riqueza e abundância ainda inexplorada, em contraste com as necessidades básicas da população local. Um relato da época destaca:

Com o consumo de dez mil quilos mensais pelos natalenses, o Itans, só em pirarucu, daria para abastecer a nossa população durante setenta meses, ou quase seis anos. Mas, a riqueza e a abundância permanecem inexploradas, enquanto o povo morre de fome, clamando por carne e feijão. Não tendo a carne, peixe a substitui, de maneira a não deixar nada a desejar.

Além de seu potencial econômico, os açudes também se tornaram locais de lazer e turismo. Um evento histórico ilustra essa faceta: “Na madrugada do próximo sábado deverão viajar, em ônibus especialmente fretado, delegações de clubes que participarão em Caicó do ‘I Torneio de Pesca do Seridó’. Participarão representantes do Santa Cruz, Pampano, ABC F. C. America, além do Aéreo Clube, que patrocina a competição. Espera-se que mais de duas dezenas de pescado-

res estejam competindo no Açude Itans, local da prova”. No decorrer desse torneio inaugural, Leonio Fernandes de Araújo, do Aeroclube, sagrou-se campeão ao capturar um pirarucu que pesava 12.200 kg e media 1,09 metro de comprimento, somando 12.100 pontos devido ao número de peixes pescados. Além disso, destacam-se os açudes de Gargalheiras em Acari, considerado uma das sete maravilhas do estado do Rio Grande do Norte.

As casas de fazenda, os engenhos, as igrejas e os casarios

As casas de fazenda e os engenhos dos sertões do Seridó constituem um patrimônio cultural imerso no imaginário da população local, simbolizando a cultura material e a história do povoamento da região. Essas construções, que empregam técnicas do século XVIII e XIX, são objetos de estudo para pesquisadores e elementos fundamentais da identidade dos seridoenses, refletindo a economia tradicional baseada na pecuária, agricultura e mineração.

Com o declínio da economia rural a partir dos anos 1970 e a migração da população do campo para a cidade, muitas dessas casas de fazenda testemunharam mudanças significativas. No entanto, algumas famílias resistiram e continuaram a viver no meio rural, mantendo vivas as tradições de seus antepassados. Mesmo aqueles que se mudaram para áreas urbanas ainda se identificam com as práticas e o modo de vida rural. As casas de fazenda que sobreviveram ao desmonte das atividades econômicas rurais e às divisões de terras entre herdeiros representam um elo entre o passado e o presente (Araújo, 2003).

Nesse contexto, destaca-se ainda no Seridó a presença e resistência ainda dos engenhos de Timbaúba dos Batistas, onde o cultivo da cana-de-açúcar propiciou um conjunto de elementos culturais e socioeconômicos que merecem ser mais aprofundados em pesquisas futuras, revelando as possíveis conexões existentes entre o Seridó e o Brejo paraibano.

A pesquisa de Nathalia Diniz (2013) sobre a arquitetura dessas casas revela o estado de conservação variado dessas estruturas: algumas permanecem bem cuidadas e habitadas, preservando sua arquitetura original, enquanto outras enfrentam um processo de deterioração avançada, muitas vezes devido à falta de recursos financeiros para sua manutenção.

O fato é que muitos proprietários rurais do Seridó valorizam a vida no campo e resistem à mudança para os centros urbanos. Antônio de Medeiros Pereira, de 64 anos, morador do Sítio Batentes em Caicó/RN, exemplifica essa conexão e explica seu apreço pela vida rural: “desde que nasci moro aqui, gosto de ouvir os cantos dos passarinhos ao amanhecer, de criar os bichos. O ar é bom, a pessoa tem liberdade

de ir para onde quiser, qualquer lugar, não fica trancado em casa como na cidade” (Pereira, 2024).

De modo geral, as casas antigas são usadas como referências de localização e são fundamentais para compreender a trajetória histórica da região, revelando as dinâmicas sociais, econômicas e culturais do passado, bem como o processo de urbanização e planejamento das cidades. A arquitetura dessas construções nos permite vislumbrar as influências externas que chegaram ao Seridó, tanto de outras regiões do Brasil quanto do exterior (Oliveira, 2021).

Nos espaços urbanos, especialmente nos centros históricos, destacam-se ainda as igrejas, símbolos do surgimento e despertar da maioria de nossas vilas e cidades da região do Seridó. Além de sua rica arquitetura, essas construções preservam elementos socioculturais das diversas e múltiplas dimensões da vida cotidiana dos sertões de antigamente. Assim, é impossível pensar na história da sociedade sem considerar a relação com a Igreja na região. Um exemplo disso é a Igreja do Rosário e a Matriz de Sant’Ana com o Arco do Triunfo em Caicó. Tais igrejas da região do Seridó, no Rio Grande do Norte, são testemunhos marcantes da história e da cultura local, refletindo influências diversas de traços coloniais e barrocos.

Além disso, destacam-se igualmente a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e do Sagrado Coração de Jesus, no Jardim do Seridó, e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó, na Serra Negra do Norte, construída no final do século XVIII. Esta última foi projetada e decorada por artistas portugueses, apresentando características típicas da arquitetura colonial com forte influência barroca, destacando-se pela fachada imponente e pelos detalhes ornamentais elaborados.

Nesse cenário, merece ainda destaque a Igreja do Rosário e a Basílica Menor de Nossa Senhora da Guia, na cidade de Acari, reconhecidas como patrimônios culturais, históricos e religiosos do Rio Grande do Norte. Esta última foi elevada à condição de basílica menor pelo Papa Francisco em 2021, tendo sido construída em 1863, de modo a simbolizar a devoção e a fé dos seridoenses, além de ser um importante ponto de referência arquitetônica na região. Tais instituições abrigam ainda um acervo histórico de valor inestimável relacionado à própria cultura e identidade da vida seridoense. Diante desse cenário, é essencial que políticas públicas sejam implementadas para apoiar os proprietários na conservação e preservação dessas casas de fazenda, reconhecendo-as como patrimônio histórico e cultural dos sertões do Seridó – algo que pode fortalecer a identidade regional e valorização do patrimônio e promoção das atividades na zona rural.



**VALORIZAÇÃO
DO PATRIMÔNIO**

6 – VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ROTEIROS PATRIMONIAIS PARA O SERIDÓ POTIGUAR

Uma coisa bonita de vocês do Seridó é que, em qualquer lugar que vocês estão, *vocês se apresentam como seridoenses* [grifo nosso]. Isso é um marco da espiritualidade. Preservem isso, alimentem isso, cultivem isso e transmitam isso às outras gerações, pois isso é um elemento de resistência. Quem tem esse elemento tem uma capacidade de resiliência para enfrentar as adversidades da vida! [...] (Dom Antônio Carlos Cruz Santos, 2024¹⁹)

No Rio Grande do Norte, apesar de alguns esforços isolados, observa-se uma fragilidade nas políticas de preservação do patrimônio cultural e natural. As iniciativas, muitas vezes fragmentadas e desarticuladas, não acompanham a velocidade das transformações nos espaços urbanos e rurais. O Seridó, em particular, é um espaço repleto de patrimônios, tanto materiais – como fazendas históricas, arquitetura tradicional, artefatos de cestaria e instrumentos ligados à pecuária, mineração e algodão – quanto imateriais – festas, música, artes e lendas.

Além disso, em grande parte do país e sertões brasileiros, não há legislação específica que impeça a alteração de várias construções antigas. No entanto, devido à sua importância e ao vínculo afetivo que as pessoas estabelecem com essas edificações, muitos moradores se tornam defensores da preservação e conservação do casario histórico. Mesmo sendo propriedades particulares, as casas antigas das cidades e fazendas são vistas como um patrimônio de valor coletivo, e a comunidade valoriza sua manutenção. Contudo, as mudanças são uma realidade: “entre 1995 e 2000 foi feito o primeiro inventário das construções antigas das cidades do Seridó. [...]. Já nessa época era possível ver o nível de modificação em relação ao formato original delas. De lá para cá a coisa só foi aumentando” (Oliveira, 2021, p. 17)

Muitas cidades e fazendas da região do Seridó enfrentam atualmente o desafio de ver seu patrimônio de casarios antigos sendo alterado, e em alguns casos, até mesmo destruído. Isso ocorre quando as propriedades são vendidas a construtoras ou grupos comerciais que optam por demolir as estruturas históricas para dar lugar a novos empreendimentos, frequentemente localizados no centro ou nas áreas comerciais principais das cidades.

Um exemplo marcante foi o que aconteceu no centro da cidade de Caicó, no ano de 2021, quando uma casa de arquitetura antiga situada entre as avenidas Coronel Martiniano com a Celso Dantas foi demolida. Esse fato gerou indignação entre os moradores de Cai-

19 Última missa enquanto administrador diocesano de Caicó, na cidade de São João do Sabugi, no ano de 2024.

có, que expressaram grande descontentamento com a perda da “casa rosa”, um marco do patrimônio da cidade (Pereira, 2021). Um aluno relatou que, ao retornar da capital do estado e passar pela Avenida Celso Dantas, não reconheceu o local sem a presença da icônica casa. É sabido que a perspectiva do patrimônio material de uma região não deve ser congelada no tempo ou abandonada, mas sim adaptada para usos contemporâneos de forma a manter sua integridade estrutural e estilística e simbólica.

Diante do potencial e riqueza patrimonial de uma região, é crucial pensar em estratégias de salvaguarda, pois o tempo e as mudanças sociais podem ameaçar a preservação de nossa cultura e tradição. Esses patrimônios são valiosos para os seridoenses, simbolizando identidade e prestígio, mas correm o risco de serem desvalorizados em favor de interesses comerciais.

A necessidade de preservação é evidente, tanto para os patrimônios naturais quanto para os sociais, pois um está intrinsecamente ligado ao outro. Nesse cenário, a alteração das serras e sítios arqueológicos representa também a perda de uma parte da história e memória da população, bem como um desequilíbrio para a flora e fauna que dependem dessas áreas. Portanto, políticas eficazes de proteção são fundamentais. O IPHAN tem a missão de proteger os bens culturais do país, mas enfrenta desafios como burocracia e falta de conhecimento público sobre seu trabalho, resultando em degradação e perda de patrimônio material. “O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida” (IPHAN, 2012. p. 14).

Nas cidades do Seridó, a conservação dos bens patrimoniais depende do reconhecimento e inventário por parte de representantes políticos, secretarias municipais e da população, buscando a proteção desses bens. Embora existam leis de proteção patrimonial, muitas vezes elas não são efetivamente aplicadas, cedendo lugar a interesses capitalistas. Em todo caso, destacamos a reflexão realizada pelo padre Gleiber Dantas (2024):

Nós temos que pensar sobre a vida. [...]. Patrimônio, para que serve o patrimônio se aqui não existe ninguém? O patrimônio serve de que se não conseguimos viver no Seridó? Se essas nossas pesquisas não conseguirem frear a devastação da nossa caatinga do nosso bioma? Porque diariamente as fábricas de tijolos e telhas, as olarias, diariamente estão funcionando com quê? Com a queima de madeira. Nós estamos desertificando o Seridó. [...] Portanto, é uma pesquisa ousada,

porque quando nós falamos em patrimônio, nós devemos nos lembrar que o maior patrimônio que o Seridó tem é a vida. É ele mesmo [...]. O Seridó é um patrimônio. Nós ficamos querendo condicionar patrimônio a saberes, as celebrações, as expressões e a lugares como se patrimônio fosse somente o que se enquadrasse em saberes, celebrações, expressões e lugares. O Seridó é o patrimônio! O que é que o Brasil tem de melhor? O brasileiro! O que é que o Seridó tem de melhor? A pessoa que aqui vive! A pessoa que é forjada no calor, na pedra, na escassez, que sabe dar valor ao pouco que possui.

Moacyr Cirne (2013) desponta ainda com a ideia de que o sertão se revela por uma interação contínua entre o homem e a natureza, onde ambos estabelecem um diálogo constante. Nesse contexto, o meio natural se impõe, mas o homem responde com técnicas sociais para criar um sertão vivo e habitado, onde a vida humana se desenrola com toda a sua complexidade e riqueza simbólica. O sertão passa a ser entendido, portanto, como uma multiplicidade de “sertões”, cada um com experiências e relações únicas entre seus habitantes e o ambiente.

O sertão não é para qualquer vivente. Com pedra e fogo, natureza febril que se faz aurora grávida de mistérios e silêncios, o sertão, faca e bala, existe dentro do sertanejo através de alfenins, alpendres e lonjuras. O sertão somos nós: seus bichos, suas oiticicas, seus rios, seus açudes, suas mulheres, seus homens. E suas promessas de relâmpagos e trovoadas. E suas promessas de horizontes e arco-íris. No inverno, o cheiro da terra molhada alimenta aqui-acolá e alegria que substancializa a nossa nordestinidade” (Cirne, 2013. p. 20).

A relação entre o meio natural e o social é evidente na espacialidade do sertão, e é nesse cenário que emergem elementos identitários. Conforme Cirne (2013), o sertão se manifesta no sertanejo através de elementos culturais e naturais, como alfenins, alpendres, lonjuras, fauna, flora e corpos d’água. O sertanejo se vê refletido no alpendre, mas também na resistência da oiticica, que permanece verde mesmo durante as secas, simbolizando a resiliência e a esperança à espera das próximas chuvas. Portanto, o sertão do Seridó é um palimpsesto de histórias e relações, onde cada camada reflete a interação entre as pessoas e o ambiente, tecendo uma narrativa de identidade, resistência e adaptação que continua a evoluir com o passar do tempo.

Assim, a preservação do patrimônio brasileiro, e mais especificamente, no Seridó potiguar, é desafiada pela efetividade das políticas públicas e prevalência, por vezes, de interesses políticos e econômicos sobre as leis de proteção. A reflexão de Gleiber Dantas

amplia a noção de patrimônio, enfatizando que o verdadeiro valor da região reside na vida e na identidade de seu povo, ameaçadas pela degradação ambiental e dos bens culturais. Ele defende que o patrimônio do Seridó transcende aspectos físicos e culturais, abrangendo a própria existência e resiliência dos habitantes diante das adversidades naturais. Além disso, segundo ainda é destacado pelo entrevistado, a cultura nesse cenário surge como sendo “um organismo vivo! Por que fazer a preservação da memória? Para que os elementos que agora estão invisíveis não se percam. Porque faz parte da trama social também aqueles fios mais simples”.

A educação patrimonial torna-se, portanto, vital para a salvaguarda dos bens patrimoniais. Essa educação tem o potencial para a formação de cidadãos conscientes, capazes de proteger e conservar o patrimônio natural e cultural. A preservação dos patrimônios ambientais e culturais tende a trazer consigo, direto ou indiretamente, diversos benefícios e promove a sustentabilidade social e natural da região. Em relação à preservação do patrimônio regional, esse surge como um meio ainda de preservação da vida e da própria dignidade humana, a partir do qual padre Gleiber Dantas (2024) ainda destaca na entrevista que:

É um afeto, o Seridó é um afeto, porque o Seridó é a nossa vida! Nós aqui existimos, nós temos raízes aqui, nossas raízes não são somente subterrâneas, nós também temos raízes aéreas. Não é somente o passado, o presente também nos enraíza. Porque o passado tem raízes, mas o presente também tem. Eu digo até o seguinte, o passado tem raízes subterrâneas, mas o presente tem raízes aéreas, que são essas raízes que estão à mostra. E o patrimônio público, quando é destruído, patrimônio natural, patrimônio público, patrimônio político, enfim, todo o patrimônio que está ao nosso alcance ao ser destruído é um lugar a menos de nossas raízes subsistirem. Por isso a necessidade de preservação do patrimônio.

A proposta de roteiros patrimoniais pelos municípios do Seridó tem o potencial de destacar as particularidades de cada local e promover a cultura seridoense, mantendo vivas as tradições e protegendo os patrimônios ambientais. A preservação e a salvaguarda do patrimônio envolvem a atuação do IPHAN, dos governos estaduais e municipais e de toda a sociedade, com o enfrentamento dos desafios e ameaças perante o processo de degradação atual.

Ao planejar roteiros patrimoniais pelos municípios do Seridó, devemos abordá-los como sendo algo de grande complexo – seja a partir dos espaços rurais ou pelo espaço urbano, com suas ruas e vivências cidadinas. No espaço rural do Seridó, lugares relacionados

aos casarões antigos, aos açudes públicos, à vivência rural, às rústicas paisagens regionais. Tais roteiros podem ser ainda pensados diante de diferentes temporalidades, nos quais, em períodos de estiagem, a paisagem se torna acinzentada e, em períodos chuvosos, ela se transforma com vegetação verdejante e uma fauna vibrante.

A título de exemplificação, os açudes da região, como o Gargalheiras em Acari e o Itans em Caicó, são reservatórios de água que também carregam uma rica cultura e memória. As serras do Seridó oferecem trilhas e vistas espetaculares, enquanto os sítios arqueológicos, como os de Carnaúba dos Dantas e Jardim do Seridó, guardam pinturas rupestres que são tesouros dos primeiros habitantes da região. As casas de fazenda históricas e os utensílios de trabalho preservados são testemunhos vivos do passado rural do Seridó.

Ao adentrar as cidades, o visitante é convidado a explorar os centros históricos, onde a arquitetura eclética dos casarões antigos se mistura com construções modernas. As igrejas, muitas datando dos séculos XVIII e XIX, são pontos de referência e centros de atividade comunitária. Os museus locais, como o Museu do Tropeiro em São José do Seridó, o Museu do Seridó em Caicó, o Museu do Sertanejo em Acari oferece uma janela para a cultura e história da região. As feiras livres são um convite à socialização e ao comércio, onde se encontram produtos locais, artesanato, músicas regionais e pratos típicos da culinária seridoense.

A educação patrimonial e ambiental é, portanto, fundamental para a preservação desse rico legado e memória de um povo. As instituições públicas e privadas desempenham um papel crucial na proteção do patrimônio, mas enfrentam desafios como a burocracia e a falta de conscientização pública. A participação ativa da comunidade é essencial para garantir que as leis de proteção sejam mais do que palavras no papel. E, como nos aponta o pesquisador Helder Macedo (2024), o Seridó vai surgindo a partir de certas identificações:

O Seridó para mim. Eu acho que, acima de tudo, é a minha aldeia no sentido de ser o meu lugar. É aqui que eu nasci, é aqui, é de onde eu vim, onde eu nasci, é para onde eu quero voltar quando eu viajo mesmo adorando viajar, e é quando eu é onde eu quero estar também, quando eu partir desse plano. O Seridó tem, para mim, portanto, esse valor é quase místico de ligação. É isso, o Seridó para mim é um lugar muito importante, um lugar particular, e é um lugar onde eu me sinto bem.

O Seridó é esse espaço – simbólico e idealizado por muitos, a partir do sentir do cheiro das plantas, de seu gosto e de sua gente. É o berço de sua gente, é o criar raízes, se identificar e juntar suas histórias

e fazer moradia por esses sertões. É saber que ali é sua casa, uma casa que recebe de braços abertos e ensina a amar o Seridó. Em todo caso, como forma de valorização da cultura e do nosso patrimônio, Padre Gleiber Dantas (2024) ainda nos lembra o fato de que:

Existe no ser humano a necessidade de celebrar. Como é que a gente valoriza? Celebrando! Em novembro aconteceu um Festival Gastronômico em Caicó, promovido pela Agência Referência, que é um organismo que está entrando para a história porque é hoje responsável por muitos projetos de valorização do Seridó, porque eles entendem que é preciso celebrar. O que é celebrar? Celebrar é lembrar com. Lembrar com é celebrar, é fazer memória com outras pessoas. Então o que foi o que se fez nesse festival gastronômico da agência referência em novembro? Várias oficinas. Oficina de como fazer carne de sol, como assar carne de sol, como fazer farofa d'água que é chamado farofa de manteiga. [...]. O que é farofa de manteiga? Homem, é porque nós somos tão habituados a comer farofa de manteiga e a fazer farofa de manteiga que a gente faz sem celebrar. Como é que a gente valoriza? Celebrando! Agora, você tem a utopia ou a ilusão de achar que um dia o Seridó vai ser unanimidade para os próprios seridoenses? Não é todo mundo que tem sensibilidade não!

[...]

Agora, uma riqueza que existe no Seridó – a escrita. Para a valorização eu disse celebrar, é lembrar em comunidade, lembrar com outras pessoas. [...] Para não esquecer você está tomando nota. Ou seja, o Seridó escreveu. Quer valorizar a cultura? Escreva! Porque celebrar é não deixar cair no esquecimento, é escrever. No ano 2000, no final de no final da década de 1990, início da década de 2000, Dom Jaime Vieira Rocha bispo diocesano de Caicó, tomou como uma iniciativa de estimular pessoas a formarem, no Seridó, da Agência de Desenvolvimento Sustentável – a ADESE. Então vieram para Caicó alguns técnicos de alto gabarito, como Tânia Bacelar. E quem fez parte disso assim de dentro foi o professor Muirakytan Macêdo. Ele me disse que era o povo surpreso, porque quando eles foram fazer algo semelhante de um interior do Nordeste eles tiveram que escrever sobre a região. Eles tiveram primeiro que procurar levantar os dados da região, escrever, saber cultura, saber festa, tudo mais. Quando chegaram no Seridó o trabalho foi selecionar, por tanta coisa que já havia sido escrita sobre o Seridó. E isso valoriza o Seridó: a lembrança, a lembrança! Agora o que é que você está escrevendo? Para não esquecer. Você está tomando nota. Você está celebrando. Você está lembrando. Escrever um livro é lembrar para que outras pessoas não esqueçam.

Em suma, a valorização do patrimônio regional é um processo contínuo que depende da participação ativa da comunidade. Resgatar, documentar e celebrar parecem ser alguns dos pilares fundamentais nesse contexto, permitindo que as saberes e tradições sejam transmitidas às futuras gerações e que os aspectos de uma identidade regional permaneça vibrante e relevante.

O Seridó, com sua rica tapeçaria cultural tecida por celebrações e escritos, exemplifica como a perspectiva regional do patrimônio fortalece o senso de pertencimento e preserva as riquezas culturais ao longo do tempo. Cada região possui particularidades que a distinguem das demais, resultado de influências históricas, geográficas, sociais e culturais únicas. Ao enfatizar essas singularidades, promove-se o respeito pela diversidade cultural.

Conforme pontuado por diversas vezes, ao longo dessa obra, a celebração de tradições locais – como festivais, festas religiosas e eventos culturais – é uma forma eficaz de manter vivas as práticas culturais e transmitir conhecimentos às novas gerações. Esses eventos funcionam como espaços de sociabilidade, convivência comunitária e compartilhamento, onde os membros da comunidade reforçam laços sociais e culturais.

O exercício da reflexão e o processo de documentação tornam-se essenciais para a preservação a longo prazo do patrimônio regional. Registrar histórias, costumes, receitas, técnicas artesanais e outras expressões culturais garantem que essas informações não se percam com o tempo. Ferramentas como a escrita, a fotografia e a gravação permitem que o conhecimento seja acessível a futuras gerações e pesquisadores da cultura regional.

Trata-se, portanto, o resgate e a valorização do patrimônio regional de um ato de civilidade e de memória. A promoção de ações e estratégias que destacam o desenvolvimento da cultura local tendem a fortalecer tanto os indivíduos quanto o próprio Seridó. Nesse cenário, a educação desempenha um papel crucial na preservação dessa identidade, documentando e perpetuando a rica história e tradições da região. Assim, a promoção de iniciativas que reúnem e promovem o conhecimento sobre os aspectos regionais, culturais, históricos e geográficos, são fundamentais para manter viva a memória coletiva de um povo e garantir que o legado cultural seja lembrado e celebrado.

7 – CONCLUSÃO

O sertão tem seu próprio tempo, memória e patrimônio. A História dos sertões do Seridó é marcada pela simbiose do homem com o espaço natural no qual ambos se reconhecem e se alimentam constantemente. A vida humana e os seus sentidos são aguçados pelo contato com a Terra, com a criação de animais, pela convivência com a seca e, acima de tudo, pelas relações sociais familiares na região. A constituição étnica do Seridó perpassa, grosso modo, pela experiência e interações entre os povos indígenas, africanos e os europeus.

A região do Seridó, com sua rica tapeçaria cultural, emerge como um tesouro para o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte. Os municípios, entrelaçando festas religiosas, memoriais históricos e infraestrutura turística, formam um mosaico vibrante. Contemplar o Seridó vai além; propõe-se uma abordagem complexa, tecendo sentidos, percepções, vivências, afetos, a partir de distintas identificações, paisagens e territórios.

Este enfoque sinérgico não apenas tende a potencializar a preservação da memória da cultura e identidade regional, mas também promover e fortalecer o sentido de pertencimento do povo com a sua terra. O Seridó é esse berço feito de algodão Mocó, com uma cultura e forma de vivência singular. Basta-se evocar o aboio do sertanejo na tangida do gado, o cheiro da terra molhada, a chuva, o leite da vacaria tirado ao nascer do dia, o queijo de manteiga, a carne de sol, os doces caseiros que os seridoenses se reconhecem e gestam memórias.

Assim, a preservação da memória é vital para a própria identidade do Seridó. A conservação de suas múltiplas raízes resguarda a riqueza de nossa história. Isso não só fortalece a coesão social, mas também se possibilita um alicerce sólido para o desenvolvimento sustentável da região. Em um mundo cada vez mais globalizado, a valorização dessas identidades parece guiar a formação de rugosidades, proporcionando um sentido e um legado regional para as gerações futuras. Nesse processo, o isolamento, a fragmentação e a alienação do território se contrapõem ao lugar de reconhecimento e da interdependência que nutre a autenticidade regional do Seridó – com sustentabilidade, prosperidade e tradições que resistem.

Há nesse trajeto um exercício da cidadania e necessidade de reafirmar uma memória de um povo e de uma região. Ao percorrer os caminhos dos sertões do Seridó por meio dos dizeres, dos saberes e dos fazeres, é notório que essa é uma região na qual os seres humanos criaram e fortaleceram uma identidade a partir de seus símbolos, suas simbologias e suas representações.

Além de ser um espaço com características singulares no tocante aos aspectos naturais, os próprios agentes sociais souberam ges-

tar suas particularidades enquanto um povo que se reconhece e permite ao outro os reconhecerem. Ao longo do tempo, o ser floresce ao sentir o cheiro de sua ancestralidade e de seus costumes no primeiro sinal da chuva vindoura.

Assim, o Seridó foi sendo alicerçado pelas diferentes perspectivas humanas e a partir de atividades e ofícios diversos que aquele despndia. Essa região é substancialmente encravada a partir do desenvolvimento das fazendas de gado a criação das cidades. Esses são processos que se desenvolveram a partir das necessidades sociais. Todavia, as práticas do homem do campo chegam à cidade e permanece. Sua alimentação é baseada na agricultura de subsistência: no feijão, no arroz, no milho, na mandioca em sua mesa. É como se a todo instante a população evidenciasse: sai do campo, mas os costumes rurais caminham comigo para a cidade.

Além disso, o saber e a intelectualidade se fizeram das características do Seridó, daí pensarmos sobre a opulência dos filhos da terra em escrever e discutir sobre sua região e seus modos de vida. A educação é um elemento fundamental na cultura seridoense. Por meio dela, temos exemplos de políticos, intelectuais, magistrados, professores, entre outros. Isso ocorreu, tendo em vista que, desde cedo, os filhos dos fazendeiros foram incentivados à educação.

A memória, a cultura e a identidade coletiva do Seridó estão alicerçadas nos múltiplos aspectos dos sertões, bem como em seus símbolos e práticas cotidianas. É preciso uma política estruturante e de reconhecimento do patrimônio natural e cultural. A identidade regional é conferida pelo conjunto de elementos e bens materiais e imateriais da nossa cultura e da vida cotidiana, que constituem nossos patrimônios. Assim, esses bens, transmitidos de geração em geração, permanecem pulsantes no dia a dia dos seridoenses.

Eles se revelam no jeito de falar, nas relações sociais e familiares, nas construções e suas arquiteturas, na forma organizacional das cidades, que foram surgindo e se desenvolvendo, nos ofícios, nas festas e na religiosidade. Esse conjunto de elementos faz com que os seridoenses se reconheçam e sejam reconhecidos como o povo do Seridó. Assim, o resgate da memória fortalece o maior patrimônio: a vida!

REFERÊNCIAS

ABREU, José Capistrano. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 4. ed. Livraria Briguier, 1954.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ABVAQ, institucional. **Conheça os membros da nossa diretoria e veja um resumo da História dessa cultura**. 2024. Disponível em: <https://www.abvaq.com.br/institucional>. Acesso em: 25. fev. 2024.

ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti. **Discurso...** proferido do desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque, na “Solenidade Judiciária” do dia 11 de março de 1959, promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, na Secção do Rio Grande do Norte. 1961, p. 67.

AMADO, Janaína. **Região, sertão e nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

ARAÚJO, Douglas. **A morte do sertão antigo no Seridó**: o desmonte das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970-90). Recife: UFPE, 2003.

AZEVEDO, F. F. de. **Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar**. Tese de Doutorado em Geografia. Uberlândia: Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

AZEVÊDO, Francisco Fransualdo. O Seridó Potiguar e o (ser)idoense: debatendo o espaço vivido e alguns aspectos da cultura e da identidade. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Etal. Seridó Potiguar: sujeitos, espaços e práticas*. Natal: IFRN; Caicó: Biblioteca Seridoense, 2016.

BARROSO, Gustavo. **Os criadores da civilização do couro**. Rio de Janeiro, 1956.

BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**. 6. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BARROSO, Gustavo. **Terra de sol**: natureza e costumes do norte. Rio de Janeiro: Benjamim de Aguilá Editor, 1912.

BATISTA, Geraldo. **Moleque do Acari**. Natal: Edição do Autor, 1993.

BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRANCO, Renato Castelo. **A civilização do couro**. DEIP, 1942.

BRASIL. Decreto no 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15 agosto de 2013.

CARNEIRO, Giovanna. **Geração de energia eólica ameaça sítios arqueológicos e santuários ecológicos no Seridó**. Marco zero, 2022.

CARVALHO FILHO, J. **O Rio Grande do Norte em visão prospectiva**. Natal: Fundação José Augusto, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal/Rio de Janeiro: FJA/Achiamé, 1987.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O milagre da montanha**. Diário de Natal., 9 de janeiro de 1948, p. 2.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1956.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Uma história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

CAVIGNAC, Julie A. (et al). **Comida da terra: notas sobre o sistema alimentar do Seridó**. Natal: Sebo Vermelho, 2018.

CAVIGNAC, Julie A. MACÊDO, Muirakytan K. de. BRITO, Paula Sônia de. DANTAS, Maria Isabel. **O inventário da cultura do Seridó (RN) ou como dar conta do patrimônio imaterial de uma região**. Revista Memória em Rede: Pelotas, 2010.

CAVIGNAC, Julie; MACÊDO, Muirakytan K. (orgs.) **Tronco, ramos e raízes!: história e patrimônio cultural do Seridó negro**. Natal, RN: EDUFRRN, 2016. 402 p

CIRNE, Moacy. **Seridó, seridós**. Sebo Vermelho. Natal/RN, 2013.

CLEMENTINO, Maria Livramento. **O maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal: Editora Universitária/UFRN, 1987.

CORREIA, Manoel Antônio Dantas. Villa de Acari, 15 de junho de 1847. In: GUERRA, Phelippe; GUERRA, Theophilo. **Seccas contra a secca**. Rio de Janeiro: Typ. da Liv. Cruz Coutinho, 1909.

COSTA, Bruno Balbino Aires. **Comemorar a posse de Thomaz De Araújo**: a construção de um lugar para o Seridó na memória histórica do Rio Grande do Norte. Revista Galo, Parnamirim, Galo, n. 3, p. 169–182, 17 jul. 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

DANTAS, Gleiber Dantas de. Entrevista com Padre Gleiber Dantas. Entrevistador: Manoel Cirício Pereira Neto. Caicó/RN, 2024.

DANTAS, José Adelino (dom). **Homens e fatos do Seridó Antigo**. Garanhuns: O Monitor, 1961. p. 9-15.

DANTAS, José Adelino (dom). **Homens e fatos do Seridó Antigo**. Natal: Sebo Vermelho, 2ª ed., 2008.

DANTAS, Manoel. Discurso pronunciado pelo dr. Manoel Dantas, orador do Instituto Histórico, na sessão magna de 11 de maio de 1924, p. 181-182.

DANTAS, Manoel. **Homens de Outrora**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1941. p. 141.

DANTAS, Marcos. **63ª Festa da Colheita, com o 2º torneio leiteiro e exposição agropecuária movimentará o Seridó nos próximos 03 dias**. 2023.

DANTAS. A imprensa. *Jornal O Momento*. 1924. p. 32.

DANTAS. Analfabetismo e educação. *Jornal O Momento*. 1924a, p. 45.

DANTAS. As bibliothecas ruraes. *Jornal O Momento*. 1924b. p. s/n.

DANTAS. Instrucção pública. *Jornal O Momento*. 1924c. p. s/n.

DINIZ, M. T. M.; PEREIRA, V. H. C. Climatologia do estado do Rio Grande do Norte, Brasil: sistemas atmosféricos atuantes e mapeamento de tipos de clima. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 35, n. 3, p. 488-506, 2015.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte**. São Paulo, 2013.

DUQUE, José Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1964.

FARIA. Oswaldo Lamartine de. **Ferro de Ribeiras do Rio Grande do Norte**. 2ª ed., Natal: Sebo Vermelho, 2009. [1984].

FEIJÓ, Paulo Heider Forte. **A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa-grande de fazenda e a casa urbana**. Natal, 2002.

FELIPE, J. L. A. **Aspectos Naturais da Região do Seridó**. Mossoró/RN: ESAM. Coleção Mossoroense, Vol. XCV, 1978.

FREIRE, Adalberto Antônio Varela. **A caatinga hiperxerófila Seridó, a sua caracterização e estratégias para a sua conservação**, 2002.

FERREIRA, Aderaldo de Medeiros. **Tradições Ruralistas: marcas de gado, experiências, clima e outras histórias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo de; PERUCELLI, Tatiane. **Cultura e identidade: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito de identidade cultural**. Cadernos de estudos culturais, Campo Grande, 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓIS, Diego Marinho de. **Irmandades, Congregações de Leigos e suas Festas: Jardim do Seridó-RN no Império e na República**. Editora: CRV, 2020.

GOMES, Danilo Cortez. **De onde vim e para onde vou: o passado, o presente e o futuro do Seridó Potiguar com base no planejamento estratégico estadual.** Anais... 11º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte, 2017.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Câmaras. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 88-90.

GOVERNO DO RN/IDEMA. **Perfil do Rio Grande do Norte.** Natal, 2013. Documento.

GREGÓRIO, Chico. **Belo casarão no centro de Caicó derrubada para dar lugar a um empreendimento imobiliário.** 2021.

GUERRA FILHO, Adauto. **Entrevista com Adauto Guerra Filho.** Entrevistadores: Manoel Cirício Pereira Neto; Ariane de Medeiros Pereira. Caicó/RN, 2024.

GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na memória de seu povo.** 3. Ed. Caicó/RN: Referência Comunicação, 2020.

GUILLAUD, Dominique. Les multiples déclinaisons du Patrimoine dans les pays du Sud. In: MENGUE, M.T; SAULIEU, G; VIDAL, L. (Org). **La nouveauté du Patrimoine: actos de la journée Scientifique.** Yaoundé: Ifrikiya, 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Da diáspora: **Identidades e mediações culturais.** Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2012.

HOORNAERT, E. **A Igreja no Brasil Colônia.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais.** Brasília: Iphan, 2012.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial – RN**. 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/567/>. Acesso em: 25. fev. 2024.

KATZ, Esther. Introdução. In: WOORTMANN, E.; CAVIGNAC, J. (Org). **Ensaio sobre a Antropologia da alimentação**: saberes, dinâmicas e patrimônios. Natal: EDUFRRN; Brasília: ABA, 2016.

LAGO, Laurenio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**: dados biográficos 1828-2001. 3. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001. p. 235-238.

LAMARTINE, Juvenal. **Velhos Costumes do meu sertão**. Natal: Fundação José Augusto, 1996.

LIMA, Gláucia. **Carvoeiro**: Caicó terá uma casa de carne especializada em parrilla, espetos e hambúrgueres. 2022.

LIMA, Marcos Galindo. **O governo das almas**: a expansão colonial no País dos Tapuias, 2004.

LIMA, Nestor. Palestra realizada no dia 28 de março de 1952, no Instituto Histórico, como parte da SEMANA DA CULTURA POTIGUAR, **Revista do IHGRN**, 1953, p. 85.

LINDOSO, José Antonio Spinelli. **Da Oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 1992.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. Tese de doutorado em História, Universidade

LYRA, A. T. Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 5, n. 2, 1907.

MACEDO, Helder Alexandre de Medeiros. Entrevista com Helder Macedo. Entrevistador: Ariane de Medeiros Pereira. Caicó/RN, 2024. MACEDO, Helder Alexandre de; LOPES, Thiago Stevenny. A botija da Serra da Rajada: entre a memória e a história. **Revista Inter-legere**, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/55849/Downloads/editoresinterlegere,+4210-9564-1-CE.pdf>. Acesso em: 26. fev. 2024.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. José de Azevêdo Dantas: lembrando os 70 anos do início das pesquisas do primeiro arqueólogo do Seridó Potiguar em Carnaúba dos Dantas. **Revista de Humanidades** – Mneme. Caicó: UFRN, 2005.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Relações entre índios e colonos nos sertões do Seridó, Capitania do Rio Grande, no século XVIII. **Revista Clio** – Arqueológica. UFPE, 2013.

MACEDO, Helder, Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. Curitiba: CRV, 2020.

MACÊDO, Muirakytan K. de et al. **História & memória da Câmara Municipal de Caicó**. 2017.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal/RN. Ed: Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)** Natal/RN: Flor de Sal: EDUFRN, 2015.

MACÊDO, Muirakytan K. de. Tudo que brilha é ouro-branco – as estratégias das elites algodoeiro-pecuarísticas para a construção discursiva do Seridó norte-rio-grandense. **Revista de Humanidades: Mneme**, Caicó/RN: 2002.

MACÊDO. Muirakytan K. de. História e Espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX. **Revista de humanidades – Mneme**. UFRN, 2000.

MACHADO, Sebastiana Marta de Medeiros. Entrevista com Sebastiana Machado. Entrevistador: Ariane de Medeiros Pereira. Natal/RN, 2024.

MARIZ, Dinarte de Medeiros. Discurso pronunciado pelo Sr. Dinarte Mariz, na sessão de 29 de novembro de 1974. **Diário do Senado Federal nº 2 de 1975**. Brasília: Senado Federal, 1983.

MARTIN, Gabriela. Amor, violência e solidariedade no testemunho da arte rupestre brasileira. **Clio: Revista do Curso de Mestrado em História**. Recife, 1984.

MEDEIROS FILHO, João Quintino de. **Dior arremedado: a moda francesa no sertão potiguar (anos 1950)**. Natal: Offser, 2021.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2002 (Mossoroense, Série C, v.1268), p. 4.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico Senado Federal, 1984.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MEDEIROS NETA, Olívia Morais. de. Ser(tão) Seridó em suas cartografias espaciais. **Revista Espacialidades**, [S. l.], v. 1, n. 00, p. 01–35, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17591>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MELO, Cleonildo. **Celebridades brilham com roupas e bordados do Seridó**. 2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1998.

MONTEIRO, E. L. **Subsídios para a história completa do município de Caicó**. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.

MONTEIRO, Eymard L'E. **Caicó: subsídios para a história completa do município**. Natal: Nordeste Gráfica, 1999, p.12.

MORAIS, I. R. D. Seridó Norte-Rio-Grandense: reestruturação e planejamento regional. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 11., 2009, Bahia. **Anais[...]** XI ANPUR, Bahia, 2005.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. 1. ed. Natal: EDUFERN, 2020.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; DANTAS, Eugênia Maria. **Região**

e capital social: a reinvenção do Seridó Potiguar nos fios silenciosos da cultura. Territórios revitalizados: sinergia e capital social. UNISC, 2006. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos3/21.pdf>. Acesso em: 03. Jan. 2024.

MOREIRA, Keila Cruz. **Em nome da república:** escolas e tradições modernas. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

MUTZENBERG, Demétrio da Silva. **Gênese e ocupação pré-histórico do Sítio Arqueológico Pedra do Alexandre:** uma abordagem a partir da caracterização paleoambiental do vale do Rio Carnaúba-RN. Recife: UFPE, 2007.

NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite do; FERREIRA, Rogério Valença. **Geoparque Seridó (RN):** proposta. CPRM, 2012.

NÓBREGA, Janúncio Bezerra. **Saudades do Seridó.** Editora Clima: Natal, 1978.

OLIVEIRA, George Pereira de; FERREIRA, Bruno. As cercas da geodiversidade como retrato da apropriação e utilização de recursos naturais no Seridó Potiguar. **Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – Vol. 3:** Congestas, 2015.

OLIVEIRA, Livia Nobre de. **Arcaicó:** modo de amar. Caicó: Edições autor, 2021.

PAES, Daniella Lira Nogueira. **Sob o signo das boiadas:** as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

PAIVA, Lara. **Este fotógrafo foi o primeiro negro a exercer a profissão em Caicó.** Brechando, 2019. Disponível em: <https://brechando.com/2019/01/31/este-fotografo-foi-o-primeiro-negro-a-exercer-a-profissao-em-caico/>. Acesso em: 27. Fev. 2024.

PEREIRA NETO, Manoel Cirício. Fitogeografia da Caatinga no núcleo de desertificação do Seridó (Brasil). **Revista do Departamento de Geografia**, v. 44, e205638, 2024.

PEREIRA NETO, Manoel Cirício. Perspectivas da açudagem no semiárido brasileiro e suas implicações na região do Seridó Potiguar. **Revista Sociedade & Natureza**, v.29, n.2, 2017.

PEREIRA NETO, Manoel Cirício. Solos e paisagens no núcleo de desertificação do Seridó potiguar –Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 96, p. 305–317, 2023.

PEREIRA NETO, Manoel Cirício; FERNANDES, Ermínio. Fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do Rio Seridó (RN/PB –Brasil). **Revista Brasileira de Geomorfologia**, São Paulo, v.16, n.3, p.399-411, 2015.

PEREIRA NETO, Manoel Cirício; FERNANDES, Ermínio. Instabilidade emergente e aspectos de degradação ambiental da bacia hidrográfica do Rio Seridó (RN/PB / Brasil). **Revista de Geografia (Recife)**, v. 33, p. 84-97, 2016.

PEREIRA NETO, Manoel Cirício; Fernandes, Ermínio; Sales, Marta Celina Linhares. Unidades geoambientais do Seridó potiguar: bases para o planejamento natural do território. **Revista Geonorte**, v. 14, n. 45, 2023.

PEREIRA NETO, Manoel Cirício; OLIVEIRA, Damião Valdenor de; SILVA, Joadson Vagner. Os Refúgios da biodiversidade no Seridó potiguar – Brasil, frente a instalação de parques eólicos. **Revista GeoInterações**, v. 8, n. 1, 2024.

PEREIRA NETO, Manoel Cirício; SILVA, N. M. Relevos residuais (maciços, inselbergues e cristas) como refúgios da biodiversidade no Seridó potiguar. **Revista Geonorte**, edição especial, v.1, n.4, p. 262–273, 2012.

PEREIRA, Antônio de Medeiros Pereira. Entrevista com Antônio Pereira. Entrevistador: Ariane de Medeiros Pereira. Sítio Batentes, Caicó/RN, 2024.

PEREIRA, Ariane de Medeiros Pereira. Educação patrimonial na cidade de Caicó/RN: identidades gestadas. In: VIESBA, Everton; ROSALEN, Marilena (orgs). **Metodologias Ativas: aprendizagem baseada em projetos**. Diadema: V&V Editora, 2022.

PEREIRA, Ariane de Medeiros Pereira; FERNANDES, Paula Rejane. O empoderamento da educação nos sertões do Rio Grande do Norte: José de Azevêdo Dantas (1910-1920). Ceará/CE: **Revista em Perspectiva**, 2018.

PEREIRA, Ariane de Medeiros. A educação nos sertões do Rio Grande do Norte: o olhar de José de Azevêdo Dantas (1910-1920). **Mneme**

- **Revista de Humanidades**. Caicó/RN: 2018.

PEREIRA, Ariane de Medeiros. **Educação ambiental sobre o Seridó: uma experiência educacional**. Revista Barbante, 2023.

PEREIRA, Ariane de Medeiros. **Escravos em ação na Comarca do Príncipe – Província do Rio Grande do Norte (1870-1888)**. Teresina: Cancioneiro, 2021.

PEREIRA, Ariane de Medeiros; PEREIRA NETO, Manoel Cirício. Aspectos sócio-territoriais das irmandades das almas nos sertões da capitania do Rio Grande. **Revista GeoInterações**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2022.

PEREIRA, Nadir Maria de Medeiros. Entrevista com Nadir Pereira. Entrevistador: Ariane de Medeiros Pereira. Sítio Batentes, Caicó/RN, 2024.

PRADO JÚNIOR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Planejamento e Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Seridó. **Plano de desenvolvimento sustentável do Seridó: Diagnóstico**. v. 1. Caicó: [s.n.], 2000.

PEREIRA NETO, Manoel Cirício. **Fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do Rio Seridó (RN/PB –Brasil)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

ROQUE, Alan de Araújo; ROCHA, Renato de Medeiros; LOIOLA, Maria Iracema Bezerra. Use and diversity of medicinal plants from Caatinga in the rural community of Laginhas, Caicó Municipality, Rio Grande do Norte State (Northeast of Brazil). **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 12, p. 31-42, 2010.

SANTA ROSA, Jayme. **Acari: fundação, história e desenvolvimento**. Editora Pongetti, 1974.

SANTOS, Francimário Vito dos. **O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar**. São Paulo. Revista: CPC,2009.

SILVA, Bruno Goulart Machado. **Nego veio é um sofrer: uma etnografia da subalternidade e do subalterno numa irmandade do**

Rosário. 2012. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Antropologia Social) – UFRN, Natal, 2012a.

SILVA, Erivan Santos da. **Inventário da Arte de Cestaria da Família Domingos em Caicó-RN.** Caicó/RN: 2016.

SILVA, José Jaeder de Araújo; PEREIRA, Ariane de Medeiros. A musicalidade de Felinto Lúcio Dantas nos sertões do Rio Grande do Norte: memória perene. **Revista Galo**, n. 5, p. 31–42, 1 maio 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.53919/g5d3>>. Acesso em: 27 fev. de 2024.

SILVA, Livia Blandina de Araújo. **Arqueologia Pública no Seridó Potiguar: uma análise dos trabalhos realizados no município de Carnaúba dos Dantas-RN.** Recife: UFPE, 2011.

SILVA, Neusiene Medeiros da. **Entrevista com Neusiene Medeiros da Silva.** Entrevistador: Ariane de Medeiros Pereira. Caicó/RN, 2024.

SILVA, Neusiene Medeiros da. **Experiências de Inverno no Seridó Potiguar.** Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

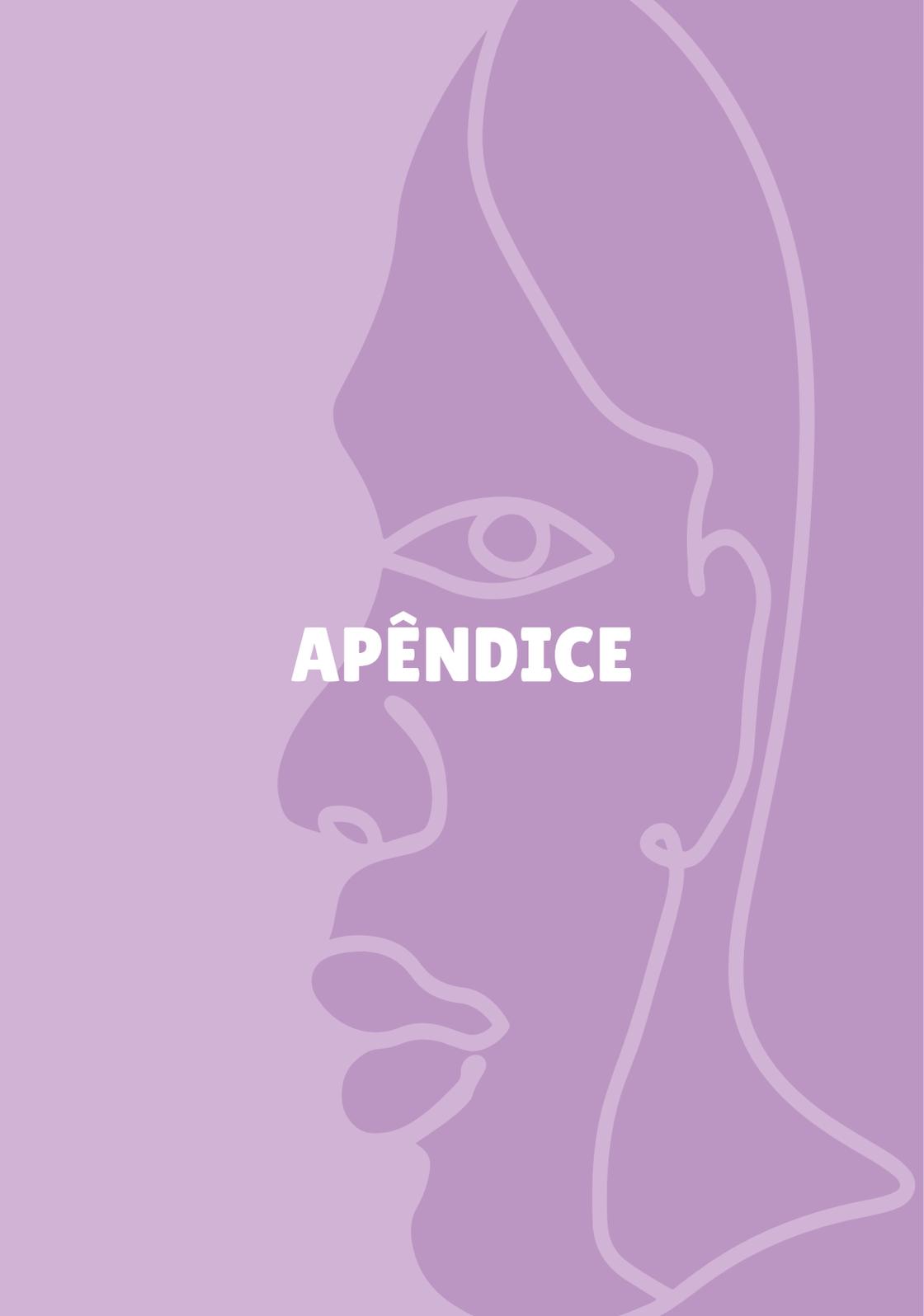
SOUZA, Itamar de; SILVEIRA, José Albano; LIMA, Auricéia Antunes. **Caicó.** Natal: Fundação José Augusto, 1982.

VALADÃO, Cati et al. Classificação climática da microrregião do Seridó/RN. In: XVI Congresso Brasileiro de Meteorologia: **Anais... Belém: CBMET, Sociedade Brasileira de Meteorologia.** 2010.

VEIGA, Cíntia Greive. Projetos urbanos e projetos escolares: aproximação produção de representações de educação em fins do século XIX. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.26, dez.1997.

VILLALTA, Luis. O que se fala, o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello (Org). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: cia das Letras, 1997.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2012.



APÊNDICE

CARTA DO SERIDÓ: A VIDA PULSA NO SEMIÁRIDO

Aos poderes constituídos e aos cidadãos do Seridó,

É o direito à vida algo fundamental à questão existencial, de modo que não há – ou não deveria haver – possibilidade de qualquer outra concessão frente a esse princípio constitucional. Além disso, o complexo direito à existência de todos os seres vivos e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, embora constituído de certa obviedade, necessita de ser permanentemente lembrado.

Igualmente importante, considerarmos o fato de que a ideia de um crescimento ou desenvolvimento econômico permanente, como justificativa ao bem-estar social, se revela de sobremaneira fragilizada quando pautada no contexto de crescentes índices de degradação ambiental e de exclusão social.

Ainda em 1971, o Papa Paulo VI se referiu à problemática ecológica para a qual, junto à exploração inconsiderada da natureza, [o ser humano] começa a correr o risco de destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação. E em 1973, dirigindo-se à FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), alertou que «os progressos científicos mais extraordinários, as invenções técnicas mais assombrosas, o desenvolvimento econômico mais prodigioso, se não estiverem unidos a um progresso social e moral, voltam-se necessariamente contra a humanidade».

Atualmente, diante das mudanças climáticas globais, a demanda por fontes de energia limpa à sociedade contemporânea de todo o mundo tem despontado questões diversas junto ao avanço e instalação de megaprojetos eólicos e fotovoltaicos. Na região do semiárido brasileiro, em particular, esse processo tem se dado vertiginosamente com complexidades diversas e sem espaço para o debate e identificação dos impactos socioambientais.

O modelo de expansão dos “negócios do vento”, como são também conhecidos, avança e se insere sobre áreas que reconhecidamente são prioritárias para a conservação ambiental no semiárido brasileiro. Nesse caso, soma-se o avanço dos processos de instabilidade ecodinâmica e desertificação (Pereira Neto; Fernandes, 2015), a extinção regional da biota, o ressecamento das reservas d’água e o aumento da desigualdade e vulnerabilidade social.

Na região do Seridó potiguar é preocupante o avanço desses empreendimentos sobre as áreas reconhecidas do patrimônio do povo seridoense, refúgios de biodiversidade e de suporte ambiental, tais como a Serra de São Bernardo e da Formiga, em Caicó/RN, o Com-

plexo de Gargalheiras, em Acari, o Cânion dos Apertados, em Currais Novos, a Serra dos Quintos, em Parelhas, a Serra de Santana, entre outras áreas reconhecidas dessa região.

No espaço do cidadão, onde estaria o direito ao entorno? As mudanças drásticas que se operam nos ambientes e nos meios de vida, sem a menor consideração pelos contextos locais, acabam por ofender e desenraizar identidades com o lugar de (r)existência. Além disso, tais mudanças e transformações não podem estar desconectadas com a segurança hídrica, alimentar e sanitária das zonas urbanas e rurais da região do semiárido.

Logo, a implantação desenfreada de empreendimentos eólicos nas serras do Seridó, trata-se de uma proposta descontextualizada, já que não se encontram nela perspectivas e cenários futuros condizentes com o aquecimento global, secura das paisagens semiáridas, dos alarmantes índices de extinção regional, do avançado processo de desertificação e valoração do nosso patrimônio cultural e natural. Em contraponto, de maneira valorosa, as áreas serranas do Seridó se revelam em importantes refúgios da biodiversidade e zonas regionais de amortecimento climático, com a configuração de ilhas de frescor e umidade.

É sabido que a relação entre a oferta de água e a conservação das nossas matas e florestas tem sido algo cientificamente e amplamente comprovado, de modo que no semiárido brasileiro as áreas serranas se apresentam como zonas prioritárias à questão da segurança hídrica, ambiental e sanitária deste território.

A biodiversidade ainda existente em meio ao processo de degradação ambiental teria na configuração e existência de unidades de conservação uma alternativa de sobrevivência. Entretanto, até o momento, a única unidade de conservação a nível federal existente na nossa região do Seridó, é a Estação Ecológica do Seridó (ESEC), situada no município de Serra Negra do Norte e implementada ainda na década de 1980, bem como as RPPN's (Reservas Particular do Patrimônio Natural) Fazenda Salobro e Refúgio Jamacaii.

Do ponto de vista ambiental, acreditamos que nosso potencial genético e ambiental regional do Seridó não pode ser facilmente transportado com os ventos dos megaprojetos eólicos e fotovoltaicos, descontextualizando aquilo que melhor nos identifica como sertanejos e seridoenses; de modo a ainda impossibilitar o direito ao entorno, de ir e permanecer no nosso lugar em meio a uma intrínseca relação de pertencimento.

Em relação aos projetos eólicos já apresentados para a região do Seridó, há ainda de se levar em consideração os anseios, direitos e dignidade das comunidades rurais – atingidas diretamente com esses

empreendimentos. Atualmente, nota-se praticamente o total desconhecimento destas para com a proposição dos projetos e as suas atividades. São comunidades excluídas do planejamento e das tomadas de decisões. É mister a organização social desse território e de seu povo para com o bem-estar social de todo o Seridó.

Igualmente importante, lembramos a todos e todas que o Seridó possui atualmente como projeto de desenvolvimento sustentável, à institucionalização de um Geoparque reconhecido pela UNESCO, tendo atualmente sua maior visibilidade internacional; ao passo que, o turismo histórico, cultural e ecológico tem sido implementado cada vez mais com a inclusão dos agentes sociais desse território.

Ademais, questões das mais complexas precisam ser consideradas. A diversidade de elementos socioculturais, científicos, filosóficos, políticos e espirituais se apresentam e se somam a esse interessante diálogo, com o qual se possibilita surgir alternativas às várias demandas existentes da sociedade. O direito à vida em toda a sua complexidade é algo essencial, diante de um semiárido pulsante e em meio ao avanço de áreas desertificadas.

A vida que ainda se faz presente e resistente presume questões morais à própria sobrevivência humana. O Seridó que tem sido historicamente um celeiro de gente que pensa e faz, precisa continuar sendo pensado pelo seu próprio povo, onde o direito ao entorno e à dignidade humana, junto à sua identidade e ao seu lugar, ainda resistem perante o contexto do capital globalizado e ganancioso, que desenraíza e não tem qualquer compromisso com os lugares e com as pessoas.

Nós, povo do Seridó Potiguar, lembramos ainda, aos poderes constituídos do Rio Grande do Norte e cidadãos deste território, da Carta elaborada e assinada pelos governadores de todo o Nordeste em 19 de abril de 2021. Nesse documento público é possível observar o compromisso dessa região com “a descarbonização da economia, conservação dos recursos e ambientes naturais e na adaptação às mudanças do clima” de modo a reafirmar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Na contramão do discurso e política de descarbonização está a instalação dos megaprojetos de geração de energia citados neste documento, que geram a degradação de vastas áreas de Caatinga em localidades reconhecidas de suporte ambiental para a região do Seridó.

O contexto do semiárido potiguar e seridoense se insere na perspectiva apontada e necessita urgentemente de ações que resguardem o potencial da biodiversidade regional para seu desenvolvimento sustentável, de modo a possibilitar os compromissos da transição ecológica e solidária de longa duração. Por esses motivos é que nós entendemos, com demais colegas do território potiguar, ser essencial a implantação dos pontos e objetivos a seguir:

- Reconhecer as propostas do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Assú, produzido e idealizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a partir de estudos científicos e das oficinas com as comunidades locais desse território;

- Criar e estabelecer áreas protegidas na região do Seridó, buscando qualificar a gestão das Unidades de Conservação Estaduais com a capacitação dos agentes sociais diretamente envolvidos nesse território;

- Fomentar Unidades de Conservação em nível municipal no estado potiguar;

- Considerar a necessária adaptação às mudanças climáticas e avanço da desertificação nos programas governamentais, reconhecendo os impactos de atividades econômicas e da convivência com o semiárido, e assim, definir estratégias de desenvolvimento na região;

- Identificar, resguardar e promover o patrimônio cultural e natural do semiárido potiguar, e em especial da região do Seridó, com possibilidade de capacitação e promoção dos agentes sociais nas comunidades locais.

As propostas aqui apresentadas têm como objetivo primeiro contribuir para reafirmar o restabelecimento de políticas públicas adequadas e a ampliação de ações para a garantia permanente da convivência digna, sustentável e plena com o semiárido potiguar e seridoense. Essas certamente estão relacionadas com a proposição de alternativas de convivência com o semiárido e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Cuidar da nossa casa e resguardar a vida contra as intempéries do mundo é algo essencial à existência humana. Nossos últimos refúgios climáticos e da biodiversidade agora se encontram na mira do capital estrangeiro. É preciso que, além de considerar o desenvolvimento da região, se resguardem as áreas de maior biodiversidade regional e de forte fragilidade ambiental. Nesse ponto, também se propõe a criação de territórios livres dos complexos eólicos e fotovoltaicos, junto ao estabelecimento das proposições elencadas nesta Carta Aberta; de modo que essa condição mitigue os cenários de avanço à desertificação e de aquecimento global – regional.

Por último, ao recorrermos ao Laudato Si, lembramos o questionamento do Papa Francisco: “Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer? Esta pergunta não toca apenas o meio ambiente de maneira isolada, porque não se pode pôr a questão de forma fragmentária. Quando nos interrogamos acerca do mundo que queremos deixar, referimo-nos sobretudo à sua orientação geral, ao seu sentido, aos seus valores. Se não pulsa nelas

esta pergunta de fundo, não creio que as nossas preocupações ecológicas possam alcançar efeitos importantes. Mas, se esta pergunta é posta com coragem, leva-nos inexoravelmente a outras questões muito diretas: com que finalidade passamos por este mundo? Para que viemos a esta vida? Para que trabalhamos e lutamos? Que necessidade tem de nós esta terra? Por isso, já não basta dizer que devemos preocupar-nos com as gerações futuras; exige-se ter consciência de que é a nossa própria dignidade que está em jogo”.

Assim é que toda a sociedade – e nela, especialmente o Estado – tem obrigação de defender e promover o bem comum. Que nós, povo potiguar e seridoense, saibamos construir nosso futuro da melhor forma possível. Da nossa parte, estaremos empenhados como sociedade organizada em apoiar efetivamente a construção de gestões comprometidas com esta agenda e discussão, a partir da nossa práxis de ação e reflexão.

É no Seridó que a vida pulsa. É no Seridó que o povo resiste!

Caicó, Rio Grande do Norte, 25 de julho de 2022

Assinam esta Carta Aberta*:

1. Antônio Carlos Cruz Santos – Bispo da Diocese de Caicó – RN
2. Manoel Cirício Pereira Neto – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
3. José Procópio de Lucena – Engenheiro Agrônomo, ADESE-SEAPAC
4. Sandra Kelly de Araújo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
5. Rebecca Luna Lucena – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
6. José Carlos Martins da Silva – Cáritas Diocesana de Caicó
7. Silvana Barbosa de Azevedo – Cáritas Diocesana de Caicó
8. Paulo Ambrósio de Medeiros Júnior – Cáritas Diocesana de Caicó
9. Inácio Libânio de Medeiros Araújo – Cáritas Diocesana de Caicó
10. Bruna Suianne – Cáritas Brasileira Regional Nordeste II
11. Ana Aline Moraes – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte – FETARN;
12. Francisco de Assis Araújo – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte – FETARN;

13. José Rafael da Silva – Agência de Desenvolvimento do Seridó – ADESE
14. Moema Hofstaetter – Doutora em Turismo e Desenvolvimento/UFRN
15. Rani Priscila de Sousa – Seridó Vivo
16. Joadson Vagner Silva – Seridó Vivo
17. Paulo Henrique Dantas Marinho – Biólogo e Doutor em Ecologia/UFRN, membro do Projeto Caatinga Potiguar e colaborador do Seridó Vivo
18. Julie Antoinette Cavignac – Chefe do departamento de Antropologia da UFRN e presidente do Conselho Consular (Recife) e Conselheira do Franceses (Brésil 2)
19. Leandro Vieira Cavalcante – Geógrafo, professor da UFRN/Caicó
20. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – Historiador, professor da UFRN/Caicó
21. Francisco Marques da Silva – Geógrafo, professor da rede pública
22. Geovani Robson Medeiros – Team da Serra Ecoturismo
23. Iranildo Silva de Souza – Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Servidor Público Estadual da SESAP/RN
24. Fernando Henrique de Medeiros Fernandes – Mestre em Ciências Ambientais/IFRN e Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável de Florânia – ADESF
25. Orquídea Costa de Araújo – Geógrafa, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Caicó
26. Joane Batista – Rede Manguemar – Rio Grande do Norte
27. Ariane de Medeiros Pereira – Mestre em História/UFRN. Carta do Seridó: a vida pulsa no semiárido

* Esta Carta Aberta foi aprovada em plenária, com mais de 150 pessoas, no “I Seminário regional a vida pulsa no Seridó” realizado em Caicó/RN.



**SOCIEDADE,
NATUREZA E CULTURA**



VOLUME III